

convergência

SETEMBRO ▪ 1997 ▪ ANO XXXII N° 305



convergência

- O ITINERÁRIO DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DE JESUS, SEGUNDO O EVANGELHO DE MARCOS
- UMA ESPIRITUALIDADE DE MISERICÓRDIA
- COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PASTORAL DE MASSA EM TORNO DO VII ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS
- SANTA TERESA DE JESUS E A AFETIVIDADE
- A IGREJA E AS OCUPAÇÕES DE TERRA

SUMÁRIO

EDITORIAL	325
Ir. Carmelita de Freitas, FJ	
PALAVRA DO PAPA	327
INFORME CRB	330
O ITINERÁRIO DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DE JESUS, SEGUNDO O EVANGELHO DE MARCOS	333
Frei Carlos Mesters, Carmelita	
UMA ESPIRITUALIDADE DE MISERICÓRDIA	348
Frater Henrique Cristiano José Matos, CFMM	
COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PASTORAL DE MASSA EM TORNO DO VIII ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS	357
Pe. João Batista Libanio, SJ	
SANTA TERESA DE JESUS E A AFETIVIDADE	366
Ir. Maria Elizabeth da Trindade, OCD	
A IGREJA E AS OCUPAÇÕES DE TERRA	375
Pe. Inácio Neutzling, SJ	

NOSSA CAPA

A ilustração para os próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegarray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu, de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

ASSINATURA PARA 1997:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 55,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 5,50

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

CONVOCADOS A UM MUTIRÃO DE PROFECIA E DE ESPERANÇA

A Vida Religiosa latino-americana e caribenha celebrou, há pouco tempo, mais um importante marco no seu itinerário histórico: a XIII Assembléia Geral da CLAR. O evento reuniu religiosos e religiosas dos vários países, numa vivência fecunda de fraternidade e num rico intercâmbio de culturas, de experiências de vida e de diversificadas formas de presença evangelizadora no mundo atual.

Captação perscrutadora dos novos sinais dos tempos, discernimento espiritual, lucidez crítico-profética diante das novas situações e audácia evangélica na seleção das linhas operativas para o próximo triênio foram as grandes características que marcaram as reflexões e decisões da Assembléia. O objetivo proposto para a nova etapa é, ao mesmo tempo, uma clara reafirmação das convicções profundas que animaram a caminhada de Religiosos e Religiosas do Continente e do Caribe nas últimas décadas e um solene compromisso de continuar sustentando a profecia e a esperança, em meio às ambigüidades e perplexidades do nosso tempo: "Em face do desafio da mudança de época, a CLAR se propõe dinamizar, com audácia evangélica, a partir da experiência de Deus e a partir de uma renovada opção preferencial pelos pobres, a Vida Consagrada da América Latina e do Caribe, para que seja sinal profético de esperança".

A Vida Religiosa no Brasil sintoniza profundamente com as perspectivas abertas

pela Assembléia da CLAR. De fato, na atual conjuntura brasileira, marcada pelas forças do neoliberalismo econômico, religiosos e religiosas sentem-se desafiados a ser, cada vez mais, sinal de esperança, presença profética e solidária no processo histórico do nosso povo. O ferido abandonado à beira da estrada, de que fala a parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37), ganha feições concretas nos excluídos do sistema e povoa não só as periferias das grandes metrópoles brasileiras, ou as áreas rurais mais pobres, senão a inteira geografia do país. O desafio é, sob muitos aspectos, inédito. Mas não se pode justificar a inação pela complexidade dos mecanismos que geram tal desafio. Para responder criativamente às mudadas condições de vida do povo, as comunidades religiosas buscam hoje novas formas de compromisso, capazes de articular um projeto de solidariedade e justiça, que confira novo rosto e novas mãos à opção pelos pobres, ou seja, novas formas de presença solidária entre as vítimas do sistema. O que está em jogo, em última análise, é a própria fidelidade criativa da Vida Religiosa à sua vocação-missão na Igreja.

Na vigília do grande Jubileu do ano 2000, a Assembléia da CLAR, com suas opções e seu objetivo, conclama a Vida Religiosa a um grande *mutirão* de profecia, de solidariedade e de esperança. Um *mutirão* chamado a ultrapassar as fronteiras da Vida Religiosa, da Igreja católica, do cristianismo para tratar de somar forças com todos aqueles e aquelas (indivíduos,

grupos, instituições, religiões) que apostam num futuro mais humano para todos. Um *mutirão* que vise acabar com as discriminações de qualquer signo intra e extra-eclesiais; que abra espaço para o leigo, a mulher, as culturas oprimidas ou minoritárias, superando todo tipo de monolitismo. Um *mutirão* capaz efetivamente de transformar arraigadas tradições, estruturas e práticas que impeçam a Boa Notícia de ecoar na casa de homens e mulheres do século XXI.

É nessa perspectiva que se situam a Mensagem da CLAR e os artigos publicados por CONVERGÊNCIA neste mês de setembro. O texto de Fr. Carlos Mesters — “O itinerário dos Discípulos e das Discípulas de Jesus, segundo o Evangelho de Marcos. Uma interpelação à Vida Religiosa Hoje” — quer ser uma chave de leitura para o seguimento de Jesus na Vida Religiosa hoje. Para o autor, “Jesus não se enquadra em nenhum esquema ou doutrina. Ele ultrapassa o estabelecido. Somos convidados a crer nele, na sua palavra, a caminhar sempre, a permanecer ‘em caminho’, junto com Ele, atrás dele, guiados por Ele, desde a Galiléia até Jerusalém”.

O artigo de Frater Henrique Cristiano José Matos — “Uma Espiritualidade de Misericórdia” — aborda com extraordinária competência e profunda sensibilidade humana o tema bíblico da Misericórdia, tão atual no contexto da globalização neoliberal de hoje. Em expressão do autor, a misericórdia constitui um “modo-de-ser-cristão”, no seguimento do Jesus histórico. “Este estilo-de-vida contradiz abertamente a mentalidade corrente que dá prioridade à eficiência do dinheiro e do poder. Questiona a fundo o modelo neoliberal imposto à nossa sociedade e busca privilegiar os valores autenticamente humanos e, portanto, cristãos.”

Pe. João Batista Libânio participou, como teólogo assessor, do VIII Encontro

Intereclesial das CEBs. Seu artigo — “Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral de Massa. Em torno do VIII Encontro Intereclesial de CEBs” — oferece de primeira mão aos religiosos e religiosas excelente matéria de reflexão sobre a temática central do Encontro e os principais desafios que ela apresenta hoje. “A década de 90 — diz o autor — trouxe de volta o fenômeno religioso de massa. Já não estamos em tempos de Cristandade nem de Contra-reforma, mas da Internet, da cultura de massa. É nesse novo contexto, portanto, que se impõe repensar a pastoral. E o Intereclesial o fez desde a perspectiva das CEBs. Recolhemos aqui, de modo preliminar, algumas das preocupações que vêm rondando as nossas CEBs”.

O artigo de Ir. Maria Elizabeth da Trindade — “Santa Teresa de Jesus e a afetividade. A amizade no *Caminho da Perfeição*” — apresenta uma reflexão interessante e atual a respeito das lições da grande Mestre da espiritualidade cristã sobre o tema da amizade. Para a autora, “dizer-se religioso, consagrado, alguém que segue Jesus, mas não descobrir na vida do Mestre os admiráveis exemplos de amizade que nos deixou é mutilar a mensagem do Evangelho”.

Pe. Inácio Neutzling no seu artigo — “A Igreja e as ocupações de terra. Uma reflexão ético-teológica sobre as ocupações de terra” — trata com grande competência essa questão particularmente polêmica no Brasil hoje. Traça as grandes coordenadas ético-teológicas do problema e insiste na missão que a Igreja está chamada a desempenhar nesta dimensão da vida social que é “a destinação universal dos bens, como direito primeiro e originário de todos os outros direitos socioeconômicos”.

A palavra do Papa para o dia mundial das Missões estimula todos os batizados a assumir com renovado ardor sua vocação missionária, levando o alegre anúncio da Salvação aos homens e mulheres de hoje, em todas as partes do mundo.

PALAVRA DO PAPA

LEVAR O "ALEGRE ANÚNCIO" DE CRISTO AOS PRISIONEIROSDAS INÚMERAS ESCRAVIDÕES DESTE MUNDO

Em preparação para o Dia Missionário Mundial, a ser celebrado em 19 de outubro deste ano, João Paulo II enviou aos fiéis de todas as nações a seguinte Mensagem:

"O Espírito do Senhor está sobre Mim... Enviou-Me a anunciar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4,18).

"Tenho de anunciar também a Boa Nova do Reino de Deus às outras cidades, pois para isso é que fui enviado" (Lc 4,43).

1. Caríssimos Irmãos e Irmãs! O Dia Missionário Mundial constitui uma celebração importante na vida da Igreja. Pode-se dizer que o seu relevo aumenta, à medida que nos aproximamos do limiar do ano 2000. A Igreja, consciente de que fora de Cristo "não há debaixo do céu qualquer outro nome dado aos homens que nos possa salvar" (At 4,12), faz próprias, hoje mais que nunca, as palavras do Apóstolo: "Ai de mim se não evangelizar!" (1Cor 9,16).

Creio que é oportuno, nesta perspectiva, chamar a atenção para alguns pontos fundamentais da Boa Nova que a Igreja é chamada a proclamar e a levar aos povos no novo Milênio.

2. Jesus Cristo, o enviado do Pai, o primeiro Missionário, é o *único Salvador do mundo*. Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida: como o era ontem, assim o é hoje e o será amanhã, até o fim dos tempos, quando todas as coisas serão n'Ele recapituladas para sempre. A salvação que Jesus trouxe penetra nas profundezas mais íntimas da pessoa, libertando-a da morte eterna. Em sentido positivo, a salvação é o advento da "vida nova" em Cristo. Ela é o dom gratuito de Deus que solicita a livre adesão do homem: com efeito, é conquistada dia após dia "à custa de um esforço cruciante" (cf. Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi*, 10). É necessária, portanto, a nossa pessoal e incansável colaboração, mediante o consentimento dócil da vontade ao projeto de Deus. É assim que se chega ao porto seguro e definitivo, que Cristo nos obteve com a Cruz. Não há libertação alternativa, graças à qual chegar à posse da verdadeira paz e da alegria, que só pode derivar do encontro com o Deus-Verdade: "Conhecereis a verdade e a verdade libertar-vos-á" (Jo 8,32).

Eis, em síntese, o "alegre anúncio" que Cristo foi enviado a trazer aos "pobres", aos prisioneiros das inúmeras escravidões deste mundo, aos "aflitos" de todos os tempos e latitudes, a todos os homens, pois a

salvação é dirigida a cada homem, e cada homem sobre a face da terra tem o direito de conhecê-la: disto depende o seu destino eterno. "Todo o que invocar o nome do Senhor será salvo" (Rm 10,13), recorda São Paulo.

3. Nenhum homem, porém, jamais poderá invocar Jesus, crer n'Ele, *se antes não tiver ouvido falar d'Ele*, isto é, se antes esse nome não lhe for anunciado (cf. Rm 10,14-15). Daqui o mandato supremo do Mestre aos Seus, antes do retorno ao Pai: "Ide... ensinai" (Mt 28,19). "Anunciai... Quem acreditar e for batizado será salvo" (Mc 16,16). Daqui a recomendação por Ele confiada à Igreja, enviada a prolongar no tempo a Sua obra, como "sacramento universal" da salvação (*Lumen gentium*, 48) e "canal do dom da graça" (Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi*, 14) para a humanidade inteira.

Disto deriva "o privilégio" e ao mesmo tempo "a gravíssima obrigação" (cf. *Mensagem para o Dia Missionário de 1996*) que, precisamente em virtude da fé recebida, compete a todos aqueles que na Igreja são incorporados: "privilégio", "graça" e "obrigação" de participar no esforço global da evangelização.

Diante de muitos que, embora amados pelo Pai (cf. *Enc. Redemptoris missio*, 3), ainda não foram alcançados pela Boa Nova da salvação, o cristão não pode deixar de advertir na própria consciência a emoção sentida pelo apóstolo Paulo, fazendo-o prorromper no "ai de mim se não evangelizar!" (1Cor 9,16). Com efeito, de alguma maneira cada um é pessoalmente responsável, diante de Deus, da "falta de fé" de milhões de homens.

4. A vastidão do empreendimento e a constatação da adequação das próprias forças podem, por vezes, induzir ao desânimo, mas *não nos devemos deixar atemorizar*: não estamos sozinhos. O Senhor mesmo nos assegurou: "Estarei sempre

convosco até o fim do mundo" (Mt 28, 20). "Não vos deixarei órfãos" (Jo 14,18). "Enviar-vos-ei o Consolador" (Jo 16,7).

Sirva-nos de conforto, especialmente nos momentos de obscuridade e de prova, saber que, por mais louváveis e indispensáveis que sejam os esforços do homem, *a missão é sempre, em primeiro lugar, obra de Deus*, obra do Espírito Santo, o Consolador, que é o seu indiscutível "protagonista" (cf. *Enc. Redemptoris missio*, 21). Ela realiza-se no Espírito, é "envio no Espírito" (ibid., 22). Com efeito, é graças à ação do Espírito que o Evangelho "toma corpo nas consciências e nos corações humanos e se expande na história" (*Dominum et vivificantem*, 42).

Todo o cristão, precisamente pela "unção" recebida no Batismo e na Confirmação pode, ou melhor, deve, aplicar a si mesmo as palavras do Senhor, crendo firmemente que também sobre ele "está" o Espírito Santo, o Qual o envia a proclamar a Boa Nova e coopera com o Seu apoio em todas as iniciativas de apostolado.

5. Resposta exemplar à chamada universal à responsabilidade na obra missionária foi dada, em seu tempo, por *Santa Teresa do Menino Jesus*, cujo centenário da morte comemoramos este ano. A vicissitude e o ensinamento de Teresa põem em evidência o *vínculo muito estreito que existe entre missão e contemplação*. Com efeito, não pode haver missão sem uma intensa vida de oração e de profunda comunhão com o Senhor e com o Seu sacrifício na Cruz.

Estar sentado aos pés do Mestre (cf. Lc 10,39) constitui, sem dúvida, o início de qualquer atividade autenticamente apostólica. Mas se este é o ponto de partida, há depois todo um caminho a percorrer, que tem as suas etapas obrigatórias no *sacrifício* e na *cruz*. O encontro com Cristo "vivo" é também encontro com Cristo "sedento", com aquele Cristo que, pregado na Cruz,

clama através dos séculos a Sua “sede” ardente de almas a salvar (cf. Jo 19,28).

E para saciar a sede de Deus-Amor e, ao mesmo tempo, a nossa sede, não há outro meio senão amar e deixar-se amar. *Amar*, assimilando profundamente o ardente desejo de Cristo “que todos os homens se salvem” (1 Tm 2,4); *deixar-se amar*, permitindo-Lhe que Se sirva de nós segundo “as suas vias que não são as nossas vias” (cf. Is 55,8), para fazer com que todos os homens, debaixo de qualquer céu, possam, por sua vez, conhecê-Lo e alcançar a salvação.

6. Certamente, nem todos são chamados a partir para as missões: “Somos missionários, sobretudo por aquilo que se é... e não por aquilo que se faz” (Enc. *Redemptoris missio*, 23). Não é determinante o “onde”, mas o “como”. Podemos ser apóstolos autênticos e, de modo mais fecundo, também em casa, no lugar de trabalho, num leito de hospital, na clausura de um convento...: o que conta é que o coração arda daquela caridade divina que — sozinha — pode transformar em luz, fogo e nova vida para todo o Corpo Místico, até os confins da terra, não só os

sofrimentos físicos e morais mas também a própria fadiga do dia-a-dia.

7. Caríssimos Irmãos e Irmãs, desejo de coração que, no limiar do novo Milênio, a Igreja inteira experimente um novo impulso de empenho missionário. Cada batizado faça seu e procure viver no melhor modo, segundo a sua situação pessoal, o programa da santa Padroeira das missões: “No coração da Igreja, minha mãe, serei o amor... assim, serei tudo!”.

Maria, Mãe e Rainha dos Apóstolos que, presente no Cenáculo com os discípulos, esperou em oração a efusão do Espírito e acompanhou desde o início o caminho heróico dos missionários, inspire hoje os crentes a imitá-la na solicitude cheia de desvelos e solidária no vasto campo da ação missionária.

Com estes sentimentos, enquanto encorajo todas as iniciativas de cooperação missionária no mundo, de coração a todos abençôo.

Vaticano 18 de maio de 1997, Solenidade de Pentecostes.

Joannes Paulus II

1. XIII ASSEMBLÉIA GERAL DA CLAR: MENSAGEM

Queridos irmãos e irmãs:

Que Deus, Pai e Mãe, nos conceda experimentar sua ternura e proximidade no esforço cotidiano por descobrir e tornar presente o Reino em nossa querida terra — a “pachamama” — latino-americana e caribenha. Saudamos a todos vocês com carinho, nós, as Superiores e Superiores Maiores, e os Delegados e Delegadas que representamos os 18 países do Continente e os 24 países do Caribe, reunidos em LIMA, para a XIII Assembléia Geral da CLAR, de 12 a 21 de junho de 1997, com o tema: **“A Vida Religiosa na América Latina e no Caribe em face da mudança de época: ser sinal na tensão entre modernização e exclusão”**.

1. Nossa experiência

A fraternidade e a unidade na diversidade, a comunhão dentro da pluralidade de nações, culturas e línguas (VC 51) foram uma experiência vivida e celebrada com lindos simbolismos em nossas orações da manhã e Eucaristias. Esta comunhão, unida ao calor da acolhida das Religiosas e Religiosos do Peru, facilitou a partilha de nossa reflexão a respeito da caminhada da Vida Religiosa nestes anos. Queremos manifestar à Irmã Elza Ribeiro, PGap, e à Equipe que a acompanhou na Presidência, Pe. Antonio Vidales, CFM, Irmã Mariela Peña, RSCJ, Irmão Telmo Meirone, FSC, e Irmão Pedro Acevedo, FSC, nossa gratidão e reconhecimento por seu trabalho imenso. Sua colaboração para a reconstrução dos tecidos de comunhão

eclesial, depois do sofrimento da intervenção, nos enche de júbilo e esperança.

A vida de tantos de vocês, Religiosas e Religiosos jovens de nossos países, esperança e desafio, bem como a de Religiosos e Religiosas de média ou avançada idade, que seguem Jesus com fidelidade e alegria em meio ao cansaço e à obscuridade próprios desse tempo, é motivo de agradecimento ao Senhor. A continuidade da Vida Religiosa na América Latina e no Caribe também se nutre do testemunho de tantos e tantas mártires que entregaram sua vida até o fim (cf. VC 86).

2. A realidade de nosso mundo...

Antes e durante a Assembléia vimos os processos acelerados que o nosso mundo vive nesta “mudança de época”. Assistimos ao fenômeno da globalização que, sob a matriz do neoliberalismo, assim como trouxe uma nova consciência de universalidade, gerou sérias e profundas diferenças entre os países e aumentou a pobreza de nosso Continente. Vivemos também numa época caracterizada pelo individualismo, pela injustiça e violência generalizada que criam confusão e desesperança. Denunciamos essa realidade como contrária ao projeto evangélico de Jesus (cf. Mt 23,37-39). Por outro lado, tais fatos ocorrem juntamente com processos de paz e democratização em nossas nações, com buscas de Deus e com novas e justas reivindicações, como a dignidade da mulher, a defesa da vida e a conservação da natureza.

3. ...e nossa realidade nele

Inseridos nessa realidade, olhamos para nós mesmos, Religiosos e Religiosas latino-americanos e caribenhos, e reconhecemos, pela mão do Deus misericordioso, nossas luzes e sombras. Caminhamos junto ao povo pobre, junto ao necessitado, em escolas, centros de saúde, paróquias, bairros populares, populações indígenas, em grupos marginalizados... E com gratidão comprovamos que, apesar das dificuldades, são muitos os jovens que se unem a nós, cada ano, no seguimento de Jesus. Mas reconhecemos que a confusão do tempo atual nos envolveu, em determinadas ocasiões, e cedemos ante a pressão do sistema, amoldando-nos a ele. Às vezes nos cansamos no serviço ao nosso povo e não demos o testemunho que ele esperava de nós, e, inclusive, experimentamos o desalento.

A necessidade de volver à nossa experiência do amor primeiro e de aceitar com alegria a fidelidade de Deus em nossa fragilidade e impotência (cf. 2Cor 4,7ss) nos ajudou a nos sentirmos mais próximos de tantos homens e mulheres que hoje sofrem a exclusão e o empobrecimento. Jesus continua identificando-se com cada um dos que carecem de pão, de trabalho, de liberdade, de saúde..., e, por intermédio deles, continua interpelando nossa fidelidade criativa (cf. Mt 25). Na perplexidade ainda, somos chamados a acompanhar as buscas dos pobres, aprendendo a escutar e estar presente entre eles. Atentos particularmente aos novos rostos que a pobreza vai adquirindo: mulheres solitárias, jovens desempregados, crianças trabalhadoras de rua, povos deslocados, indígenas ameaçados, migrantes, aidéticos...

O Deus da Vida, Pai e Mãe, nos chama à conversão para sermos sinal em nosso mundo em mudança: sinal profético de esperança a partir de nosso seguimento a Jesus demonstrado por nossa opção preferencial pelos pobres (cf. VC 82).

4. Objetivo e linhas inspiradoras

Com base nesta caminhada da Vida Religiosa nestes anos, e em nosso discernimento, a Assembléia formulou o seguinte OBJETIVO, proposto para orientar os rumos do próximo triênio:

Em face do desafio da mudança de época, a CLAR se propõe dinamizar, com audácia evangélica, a partir da experiência de Deus e de uma renovada opção preferencial pelos pobres, a Vida Consagrada da América Latina e do Caribe, para que seja sinal profético de esperança.

Para levar à prática esse objetivo, incentivar a comunhão e canalizar energias e esforços comuns em torno dele, foram estabelecidas **cinco linhas inspiradoras** que darão origem e continuidade aos projetos que trabalharemos nos anos seguintes:

a) **RENOVADA OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES.** Essa linha vem desde os anos posteriores ao Concílio e é uma das contribuições mais fecundas da Vida Religiosa de nosso Continente para a Igreja Universal. Esta opção configurou toda a vida e missão de Jesus e há de configurar a vida de seus seguidores (cf. Lc 4,16s).

b) **O MUNDO DOS JOVENS.** Nosso Continente se caracteriza como Continente de juventude. Os jovens são, como dizia MEDELLÍN, “manifestação dos sinais dos tempos”, “enunciam valores que renovam as diferentes épocas da história” (MEDELLÍN, Juventude 13). É a população mais sensível às mudanças; sem dúvida, a protagonista do Terceiro Milênio. Os jovens são certamente a alegria e a esperança da Vida Religiosa do amanhã, e constituem também um constante desafio: como apresentar-lhes Jesus Cristo de modo que os cativem e os provoquem a ir em seu seguimento (cf. VC 106)? Sua presença na Vida Religiosa exige que se renove a formação inicial e o estilo de vida de nossas comu-

nidades. Nessa tarefa não desejam ser meros espectadores, e sim construtores co-responsáveis.

c) A MULHER E O FEMININO. Pretendemos dar continuidade ao processo empreendido no triênio anterior. A prática de Jesus nos move a resgatar o lugar da mulher na Igreja e na sociedade. Somos convidados e convidadas a reler a Palavra de Deus, a teologia, a pastoral, a moral e toda nossa história com uma nova visão que integre adequadamente a perspectiva feminina. A ternura e a misericórdia de Deus são dimensões que nos interpelam, homens e mulheres.

d) ESPIRITUALIDADE ENCARNADA, LIBERTADORA E INCULTURADA. Queremos viver nossa identidade e missão na solidez que provém do encontro profundo e continuado com Jesus Cristo, o Senhor da história. Trata-se de cultivar uma espiritualidade que se alimente da escuta da Palavra e da vida do povo. A espiritualidade assim entendida nos compromete, desde a brisa suave da experiência de Deus, com as grandes causas da humanidade (cf. 1Rs 19,12).

e) NOVA ECLESIALIDADE. A mudança de época apresenta novos desafios à Igreja e à Vida Religiosa. Somos chamados a revisar nossas relações entre homens e mulheres, entre membros de nossas comunidades eclesiais (leigos, religiosos e clero) e com o mundo em sua diversidade. Essa revisão não é uma simples adaptação, e sim, de certa forma, uma refundação baseada nos critérios evangélicos da solidariedade, justiça, igualdade e jubiloso respeito pelas diferenças. Ao falar de nova

eclesialidade, aludimos à conversão radical de nossas relações humanas, eclesiais e comunitárias.

5. Gratidão e convite à esperança

Queremos agradecer a nossos irmãos e irmãs que aceitaram generosamente servir na nova Presidência da CLAR:

Frei GUIDO ZEGARRA, OFM, Presidente;

Irmã RAQUEL SARAVIA, SF, Primeira Vice-Presidente;

Irmão ANTÔNIO RAMALHO, FMS, Segundo Vice-Presidente;

Pe. DARIO TAVERAS, MSC, Terceiro Vice-Presidente; e

Irmã IRENE DÍAS, OP, Secretária-Geral.

Junto com eles queremos caminhar, confiando no Senhor, nesta nova hora de nosso Continente.

Nossa palavra final quer ser uma mensagem de esperança para todos vocês, irmãos e irmãs Religiosos, que diariamente gastam sua vida trabalhando pelo Reino de Deus nos mais diferentes ambientes. Esta esperança brota de nossa fé no Deus da Vida, que, por sua vez, nos chama a partilhá-la com nossos povos, especialmente com os mais pobres.

Que Maria, Nossa Senhora Morena da América Latina, invocada em todo o Continente sob tantos nomes nascidos do carinho do povo simples, nos ensine a seguir Jesus e anime sempre nosso caminhar.

O ITINERÁRIO DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DE JESUS, SEGUNDO O EVANGELHO DE MARCOS: UMA INTERPELAÇÃO À VIDA RELIGIOSA HOJE

Frei Carlos Mesters, Carmelita

Os homens chamados e eleitos por Jesus fracassaram. No Horto, dormiram. Judas traiu. Pedro negou. Ninguém acreditou. Retrato fiel dos que caminhamos na estrada de Jesus, caindo sem parar, levantando sempre.

O assunto proposto para este artigo é muito atual. Sempre é bom voltar à fonte do evangelho e perguntar: "O que Jesus quer mesmo de nós, religiosos e religiosas, hoje, aqui no Brasil? O que ele quer de mim?" Como discípulos e discípulas de Jesus precisamos de modelos que nos animem, orientem e critiquem. No seu evangelho Marcos oferece uma possível resposta ao que buscamos. Este artigo, mais do que uma reflexão sobre o evangelho de Marcos, quer ser uma chave de leitura e uma análise de alguns textos e temas. Para fazer este artigo, vou usar muitos elementos que se encontram nos dois livrinhos: *Com Jesus na contramão* e *Caminhamos na estrada de Jesus*.

I. CHAVE DE LEITURA

1. Informações sobre o meio que nos transmite a mensagem

O sentido de um escrito depende não só daquele que escreve mas também do destinatário. Quando alguém escreve uma carta, pensa no destinatário. É a situação deste que o ajuda a formular o pensamento e a escolher as palavras. O sentido nasce deste relacionamento entre escritor e destinatário. Por isso, para poder captar o sentido do evangelho de Marcos, devemos situar-nos neste fluxo e refluxo do diálogo entre escritor e destinatário. Como fazer isto? Como captar o sentido do Evangelho de Marcos? Como descobrir aquele espírito que o caracteriza e o movimenta por inteiro?

Para descobrir a Boa Notícia de Deus estampada no escrito de Marcos, é importante lembrarmos três coisas bem simples que nos revelam algo da estrutura literária e, por isso mesmo, nos aproximam do fluxo e refluxo do diálogo entre Marcos e as comunidades da época. Elas sugerem qual a atitude que se deve tomar, durante a leitura, para poder captar o sentido, o espírito, do escrito.

O resumo seguinte está baseado nestas três observações que acabamos de fazer sobre o Evangelho de Marcos. É apenas um esquema. Outros dividem de maneira diferente. Tanto faz. O que importa num esquema é que ajude o leitor, a leitora a

perceber a seqüência das idéias e a captar a mensagem. Os títulos das subdivisões ajudam a descobrir o rumo do vento, do Espírito, que percorre o Evangelho de ponta a ponta. Sinalizam o traçado do *Itinerário dos discípulos e das discípulas de Jesus*.

Introdução	1,1-13:	Início da Boa Nova Preparar o anúncio		
			dobradiça	1,14-15
1ª leitura:	1,16-3,6:	Cresce a Boa Nova Aparece o conflito		
			dobradiça	3,7-12
2ª leitura:	3,13-6,6:	Cresce o conflito Aparece o Mistério		
			dobradiça	6,7-13
3ª leitura:	6,14-8,21:	Cresce o Mistério Aparece o não entender		
			dobradiça	8,22-26
4ª leitura:	8,27-10,45:	Cresce o não entender Aparece a luz escura da Cruz		
			dobradiça	10,46-52
5ª leitura:	11,1-13,32:	Cresce a luz escura da Cruz Aparecem a ruptura e a morte		
			dobradiça	13,33-37
6ª leitura:	14,1-15,39:	Crescem a ruptura e a morte Aparece a vitória sobre a morte		
			dobradiça	15,40-41
Conclusão:	15,42-16,8:	Cresce a vitória sobre a morte Aparece a Boa Nova		
Apêndice	16,9-20	Ele vai na nossa frente		

2. A janela dos discípulos e das discípulas

O Evangelho de Marcos é como uma grande sala de muitas janelas, cheia de quadros bonitos, pendurados nas quatro paredes. Dependendo da janela pela qual você olha, verá estes ou aqueles quadros. Nenhuma janela é capaz de mostrar todos os quadros, pois cada uma delas está em um lugar diferente. Toda janela, isto é, toda chave de leitura, é limitada.

Eis algumas das janelas ou chaves de leitura através das quais é possível olhar

para dentro da sala do evangelho de Marcos: a janela do *Caminho*, da *Cruz*, das freqüentes *Ordens de Silêncio*, dos *Títulos de Jesus*, da atenção de Jesus para os *Marginalizados*, do papel das *Mulheres*, da *Expulsão* dos demônios; as janelas da *Fé*, dos *Milagres*, do *Quadro Geográfico* etc.

Para descobrir o itinerário dos discípulos e das discípulas, a janela que nos serve é a dos *Discípulos e Discípulas* que seguem Jesus. Janela curiosa! No evangelho de Marcos, eles são o xodó de Jesus. A primeira coisa que Jesus faz é chamar dis-

cípulos (1,16-20). A última que faz é chamar discípulos (16,7.15). Ele os leva consigo, do começo ao fim, em todo canto, homens (3,16-19) e mulheres (15,40-41), e chega a dizer: "Eles são meus irmãos, minhas irmãs, minha mãe" (3,34). Quando não entendem alguma coisa, eles perguntam, e Jesus, em casa, explica tudo dizendo: "A vocês é dado o mistério do Reino, mas aos de fora tudo acontece em parábolas" (4,11; cf. 4,34). O evangelista faz isto para que as comunidades e todos nós, seus discípulos e suas discípulas, saibamos e sintamos que, apesar de nós mesmos, somos o xodó de Jesus.

Mas não é só isto. Marcos quer dizer algo mais. A maneira de ele falar dos discípulos causa certa estranheza. No começo, eles parecem um grupo privilegiado, uma comunidade modelo. Mas, quase que de repente, tudo desanda, o itinerário muda. A gente fica impressionado quando olha de perto seu comportamento. Eles, a quem tinha sido dado o Mistério do Reino, começam a dar sinais de não entenderem mais nada e de serem tudo, menos discípulos de Jesus. Não compreendem as parábolas (4,13; 7,18). Não têm fé em Jesus (4,40). Não entendem a multiplicação dos pães (6,52; 8,20-21). Apesar de conviver com ele, não sabem quem é Jesus (4,41). Antes conseguiam expulsar os demônios (6,13), agora já não conseguem (9,18). Brigam entre si pelo poder (9,34; 10,35-36.41). Querem ter o monopólio de Jesus, pois acham que são os donos (9,38). Levam susto quando Jesus fala da Cruz (8,32; 9,32; 10,32-34). Desviam Jesus do caminho do Pai (8,32). Afastam as crianças (10,13). Judas resolve traí-lo (14,10.44). Pedro chega a negá-lo (14,71-72). Na hora em que Jesus mais precisa, eles dormem (14,37.40). E no fim, no momento da prisão, todos fogem e Jesus fica só (14,50).

O que será que Marcos queria dizer às comunidades (e a nós) com esta lista

tão impressionante de defeitos dos discípulos? Intimidar e afastá-las de Jesus? Certamente que não! Criticar os primeiros discípulos e discípulas de Jesus? Não! Marcos quer colocar um espelho na frente dos seus leitores. Quer acordar o pessoal das comunidades. Se ele insistia tanto nos defeitos dos primeiros discípulos, era para que os seus leitores tomassem consciência de seus próprios defeitos e se convertessem. E não só! Era, sobretudo, para que não desanimassem diante de seus defeitos e das muitas dificuldades. Pois o mesmo Jesus que tinha acolhido os doze depois da negação e da traição continuava no meio deles, sempre pronto e disposto a acolhê-los e chamá-los de novo!

Esta é a janela pela qual vamos ver de perto o itinerário dos discípulos e das discípulas que seguem Jesus. Mas não é só janela. É também espelho. Nele descobriremos o que se passa conosco. O itinerário que eles percorreram naquele tempo também o faremos. As palavras e fatos da vida de Jesus que Marcos nos transmite são como córregos, cujo traçado tortuoso nos leva rio acima até a fonte, até o nascedouro daquelas comunidades que reconheciam em Jesus o Messias e o aceitavam como nova revelação de Deus, como novo centro de sua fé, vivo no meio deles. Esta mesma fonte continua brotando de nossas comunidades até hoje. Um evangelho é como o álbum de fotografias do povo de Deus. Conserva fotografias de Jesus, do tempo em que ele vivia entre nós. Mas não são fotografias de alguém do passado. Quando abrimos o álbum, o próprio Jesus está do nosso lado, vivo, olhando conosco para as fotografias, ajudando-nos a completar o seu sentido. É o Espírito dele, de Jesus, presente nas comunidades, que nos ajuda a penetrar o sentido sempre atual das palavras antigas do passado (Jo14,26;16,13).

II. O ITINERÁRIO DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DE JESUS

1. Novos critérios para avaliar a missão

Logo no início do seu evangelho, depois de ter descrito como o anúncio da Boa Nova deve ser preparado (cf. 1,1-15), Marcos reúne sete episódios para mostrar aos discípulos e às discípulas dos anos 70 (e a nós) como encarnar a Boa Nova em suas vidas (1,16-45). Neles, Jesus aparece anunciando a Boa Nova. Em Jesus, *tudo* era revelação daquilo que o animava por dentro! Paixão pelo Pai e pelo povo abandonado da sua terra! Jesus não só anunciava a Boa Nova do Reino como também era, ele mesmo, uma amostra, um testemunho vivo da Boa Notícia de Deus. Nele aparece aquilo que acontece quando um ser humano deixa Deus *reinar*, tomar conta de sua vida. Nesta atividade inicial de Jesus, Marcos nos oferece sete critérios para verificar se estamos seguindo Jesus, anunciando a Boa Nova de Deus do modo que ele o fazia.

1º Critério: Marcos 1,16-20: Chamada dos discípulos - Formar comunidade em torno de Jesus

A primeira coisa que Jesus faz é chamar pessoas para segui-lo. Ele passa, olha e chama. Elas escutam, largam tudo e o seguem. É a primeira comunidade que assim se forma. Parece amor à primeira vista! Conforme João e Lucas, elas já conheciam a Jesus (Jo 1,39; Lc 5,1-11). Tiveram a oportunidade de conviver com ele, de vê-lo ajudar o povo ou de escutá-lo na sinagoga. Se Marcos apresenta o chamado como amor à primeira vista, é porque o encontro com Jesus deve provocar uma mudança radical na vida da gente! Esta adesão pessoal e incondicional a Jesus é a raiz da comunidade. Formar comunidade

deve ser a primeira preocupação de quem quer anunciar a Boa Nova.

2º Critério: Marcos 1,21-22: O povo fica admirado com o ensino - Criar consciência crítica

A primeira coisa que o povo percebe é o jeito diferente de Jesus ensinar. Não é tanto o conteúdo, mas sim a forma, que impressiona. Por este seu jeito diferente, Jesus cria no povo consciência crítica sobre as autoridades religiosas da época. O povo percebe, compara e diz: "Ele ensina com autoridade, diferente dos escribas". Quando o povo compara nosso modo de viver, de falar e de conversar, ele percebe alguma diferença? Qual? Somos Boa Notícia de Deus?

3º Critério: Marcos 1,23-28: Expulsão de um demônio - Combater o poder do mal

O primeiro milagre é a expulsão de um demônio. O poder do mal tomava conta das pessoas e as alienava de si mesmas. Este poder tinha vários nomes: satanás, beelzebu, diabo, demônio, espírito impuro, legião. Ele se encarnava de várias maneiras: em pessoas, nas doenças, no sistema religioso, no império romano. Hoje, muita gente é alienada de si mesma pelo poder dos meios de comunicação, da propaganda do governo, do comércio, da religião mal compreendida etc. A expulsão que Jesus realiza não começa com um exorcismo. Antes de qualquer exorcismo, os demônios já gritam: "Vieste para arruinar-nos!" É o simples anúncio da Boa Nova de Deus que desestabiliza o poder do mal e o arruína (1,24), traz consciência crítica e devolve as pessoas a si mesmas (cf. Mc 5,15). O nosso modo de anunciar a Boa Nova desestabiliza o poder opressor que exclui e marginaliza tanta gente? Quais os demônios a serem expulsos hoje? Às ve-

zes, para esconder nossas próprias falhas, satanizamos o que nos incomoda, como alguns faziam com Jesus: "Ele expulsa os demônios por meio de Beelzebu!" (3,22).

4º Critério: Marcos 1,29-31: Cura da sogra de Pedro - Restaurar a vida para o serviço

Jesus sai da sinagoga e entra na casa de Simão. No ano 70, a expressão *Casa de Simão* ou *Casa de Pedro* evocava a comunidade cristã, a Igreja. Na sinagoga havia um *homem* possesso. Na comunidade cristã havia uma *mulher* doente. Jesus faz com que a mulher se levante e comece a servir. As palavras usadas são *egeiro* (levantar, ressuscitar) e *diakonein* (servir). Jesus não só cura, mas cura para que a mulher possa ser *diácona*. No ano 70, na "Casa de Pedro" a mulher não estava bem. Jesus a levanta para a *diaconia*! E se Jesus voltasse hoje!

5º Critério: Marcos 1,32-34: Cura de doentes e endemoninhados - Acolher os marginalizados

Doentes e possessos eram as pessoas mais marginalizadas naquela época. Não tinham a quem recorrer. Ficavam entregues à caridade pública. A religião as considerava impuras. Não podiam participar na comunidade. Era como se Deus as excluísse. Mas Jesus as acolhe. Assim ele revela que a Boa Notícia de Deus consiste em acolher e incluir os excluídos. Qual o Deus que eu, religioso ou religiosa, pelo meu modo de viver e de trabalhar, anuncio ao povo, sobretudo aos pobres? Na Bíblia, Deus é ligado a pessoas: Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, Deus de Elias, Deus de Jesus Cristo. Cada um coloque o seu próprio nome e pergunte: qual o Deus que eu anuncio? (Quem deve dar a resposta não sou eu, mas sim o outro ou a outra que me vê e com quem convivo.)

6º Critério: Marcos 1,35-39: Reza e segue em frente - Unido ao Pai manter o rumo da missão

Jesus levantou-se mais cedo que os outros e foi a um lugar deserto para estar a sós com Deus. Muitas vezes, os evangelhos nos falam da oração de Jesus no deserto (Mt 14,22-23; Mc 1,35; Lc 5,15-16; 3,21-22). Os discípulos foram em busca de Jesus para levá-lo de volta ao povo que o procurava (1,37). Pensavam que ele fosse atender. Engano deles! Ele não atendeu: "Vamos para outros lugares" (1,38). Não era como eles o imaginavam. Jesus se fixa no Pai e se orienta por aquilo que o Pai quer: "Foi para isto que eu vim!" Jesus tem uma consciência muito clara da sua missão e quer transmiti-la aos discípulos. Como ele, os discípulos e as discípulas devem manter bem viva a consciência da missão. Os discípulos olham para trás. Jesus olha para a frente! E nós, queremos inovar ou restaurar, olhamos para trás ou para a frente?

7º Critério: Marcos 1,40-44: Cura de um leproso - Reintegrar os excluídos na convivência

Um leproso chega perto de Jesus. Leproso era considerado impuro. Um excluído. Devia viver afastado, no deserto. Quem tocava nele ficava impuro também! O leproso grita: "Se queres, podes curar-me!" Ou seja: "Não precisa tocar-me! Basta querer para eu ficar curado!" Este grito revela três coisas: a *doença* que o tornava impuro; a *solidão* a que era condenado pela sociedade e pela religião; a *fé* na pessoa de Jesus. Vendo a fé, Jesus cura não só a doença mas também a solidão. Não só diz: "Quero! Seja curado!", mas também *toca nele*, como que dizendo: "Para mim, tu não és um impuro. Eu te acolho como irmão!" Em seguida, envia-o ao sacerdote. Naquele tempo, para um leproso ser readmitido

na comunidade, precisava ter um atestado de cura assinado pelo sacerdote. Quer dizer, Jesus não só cura, mas também reintegra a pessoa na convivência. Porém, o homem, em vez de ir ao sacerdote, começou a proclamar o que Jesus tinha feito para ele. Assim, em todo canto o povo ficou sabendo que Jesus tinha tocado no leproso! Por isso, conforme a religião da época, ele mesmo, Jesus, se tornara um impuro e já não podia entrar na cidade. Como os leprosos, tinha de viver no deserto. Mas o povo não se importava. Diz o evangelho: “De toda parte vinham procurá-lo!” A subversão estava deflagrada! O efeito do anúncio da Boa Nova de Deus é o dismantelo do sistema opressor! O recado de Marcos é este: para levar a Boa Nova de Deus ao povo, você não deve ter medo de transgredir normas religiosas que são contrárias ao projeto de Deus e que dificultam a vivência do amor, mesmo que isto lhe traga dificuldades, como trouxe para Jesus e para os discípulos.

Estes são os sete pontos que Marcos reuniu, logo no início do seu evangelho, para esclarecer o objetivo da Boa Nova de Deus e ajudar-nos a fazer uma avaliação do nosso modo de anunciar a Boa Nova. São pontos incômodos e conflitivos que, até hoje, nos interpelam!

2. A tensão entre Jesus e os discípulos e as discípulas

No início do evangelho de Marcos, os discípulos seguem Jesus com entusiasmo, mas ainda não sabem bem a *quem* estão seguindo. Eles imaginam uma coisa. Jesus, na realidade, é outra! Só aos poucos vão percebendo que em Jesus existe algo que não confere com aquilo que eles pensavam e esperavam. Por isso, no meio daquele entusiasmo inicial, aparecem sinais de algo que não estava bem encaixado no relacionamento entre Jesus e seus discípulos. Sintoma de uma crise mais profunda

que, aos poucos, vai se manifestando ao longo da caminhada. Eis alguns sinais desta crise que cresce na mesma medida em que Jesus se revela.

1. Jesus tornou-se conhecido. A publicidade agradou aos discípulos. Eles foram em busca de Jesus para levá-lo de volta ao povo que o procurava, e lhe disseram: “Todos te procuram” (1,37). Pensavam que Jesus fosse atender. Engano deles! Jesus não atendeu e disse: “Vamos para outros lugares. Foi para isto que eu vim!” (1,38). Eis o início do desencontro. A primeira frustração! Bem pequena, é verdade. Mas devem ter estranhado! Jesus não era como eles o imaginavam.

2. Em outra ocasião, Jesus contou a parábola do semeador (4,1-9). Eles não entenderam e pediram explicação. Jesus estranhou. Pensava que tivessem entendido (4,13), e avisou: “Prestem atenção no que vocês ouvem! Com a mesma medida com que medirem, vocês também serão medidos e lhes será dado mais ainda. Para aquele que tem alguma coisa será dado ainda mais. Para aquele que não tem, será tirado até mesmo o que tem!” (4,24-25). Frase misteriosa! É como se o evangelista dissesse às comunidades e a todos nós: “Prestem bem atenção nas idéias com que vocês olham para Jesus! Pois se a cor dos óculos é verde, tudo aparece verde. Se for azul, tudo será azul!”

3. Mas o aviso de Jesus não ajudou muito. No interior dos discípulos existia algo que não se ajustava e que se manifestava sobretudo nos momentos críticos. Por exemplo, durante a tempestade, diante das ondas que entravam no barco (4,38), eles tiveram de ouvir de Jesus: “Então, vocês não têm fé?” (4,40) Eles não sabiam o que responder e se perguntavam: “Quem é este que até o mar e o vento lhe obedecem?” (4,41) Jesus parecia um estranho! Apesar da convivência amigável, não sabiam direito quem ele era.

4. O desencontro continua quando a mulher que há doze anos sofria de uma hemorragia tocou em Jesus para ser curada (5,27-28). Jesus parou e perguntou: "Quem foi que me tocou?" (5,30) Os discípulos reagiram: "O senhor está vendo a multidão que o comprime, como é que pode perguntar quem foi que me tocou?" (5,31) Jesus tinha uma sensibilidade que não era percebida pelos discípulos. Estes reagiram como todo mundo e não entenderam a reação diferente de Jesus.

5. O desencontro prossegue quando a multidão procurou Jesus no deserto (6,32-34). Os discípulos ficaram preocupados e disseram a Jesus: "O lugar aqui é deserto, já é tarde, mande esse povo embora para que possa ir até os povoados comprar pão!" (6,35-36). Mas Jesus respondeu: "Dêem vocês de comer ao povo!" (6,37). E eles: "Então o senhor quer que a gente vá comprar pão por duzentos denários?" (6,37). Não entenderam nada! Jesus tinha outros critérios para abordar e resolver os problemas do povo. O próprio evangelista Marcos faz um comentário crítico: "Eles não tinham entendido nada a respeito dos pães, e o seu coração estava endurecido" (6,52). Jesus também chegou à mesma conclusão e disse: "Então nem vocês têm inteligência?" (7,18)

Assim, ao longo da caminhada, o desencontro foi crescendo e quase chegou a uma ruptura. Incomodado pela incompreensão dos discípulos, Jesus lhes faz uma crítica muito séria e, em forma de perguntas, põe o dedo na chaga (8,14-21). Pois, por incrível que pareça, eles tinham chegado a um ponto em que já não se diferenciavam dos inimigos. Anteriormente, Jesus tinha ficado triste com a "dureza de coração" dos fariseus e dos herodianos (3, 5). Agora, os próprios discípulos têm o "coração endurecido" (8,17). Anteriormente, "os de fora" (4,11) não entendiam as parábolas, porque "tinham olhos e não

enxergavam, tinham ouvidos e não escutavam" (4,12). Agora, os próprios discípulos não entendem mais nada, porque "têm olhos e não enxergam, têm ouvidos e não escutam" (8,18). A impressão que se tem é que, quanto mais Jesus explicava, tanto menos eles entendiam! Por que será? Qual a causa deste desencontro?

A causa não foi a má vontade. Os discípulos não eram como os adversários de Jesus. Estes também não entendiam o ensinamento do Reino, mas neles havia má vontade e até uma certa malícia. Eles usavam a religião para criticar e condenar Jesus (2,7.16.18.24; 3,5.22-30). Os discípulos e as discipulas, porém, não tinham má vontade, nem estavam interessados em defender o sistema dos fariseus e dos herodianos contra Jesus. Eram gente boa! Então, qual era a causa?

Concretamente, a causa do desencontro entre Jesus e os discípulos tinha a ver com a esperança messiânica. De acordo com as diferentes interpretações das profecias, havia pessoas que esperavam um *Messias Rei* (cf. 15,9.32). Outros, um *Messias Santo* ou *Sacerdote* (cf. 1,24). Outros, um *Messias Guerrilheiro* subversivo (cf. Lc 23,5; Mc 15,6; 13,6-8). Outros, um *Messias Doutor* (cf. Jo 4,25; Mc 1,22.27). Outros ainda, um *Messias Juiz* (cf. Lc 3,5-9; Mc 1,8). Outros, um *Messias Profeta* (cf. 6,4; 14,65). Todos queriam um *messias glorioso*! Ao que parece, ninguém esperava o *Messias Servidor*, anunciado pelo profeta Isaías (Is 42,1; 49,3; 52,13). Eles não se lembraram de valorizar a esperança messiânica como um *serviço* do povo de Deus à humanidade.

Ora, ao contrário disso, no Evangelho de Marcos, desde o início (1,12-13), Jesus se orienta pela profecia do *Messias Servidor*. O próprio Isaías já tinha avisado: quem se fizer *Servo*, colocando sua vida a serviço dos irmãos, vai entrar em choque com os que preferem o privilégio e a domina-

ção. Vai sofrer, ser maltratado, condenado e morto (cf. Is 50,4-9; 53,1-12). Esta cruz, anunciada no Antigo Testamento como conseqüência do compromisso assumido, projetava sua sombra sobre a vida e a atividade de Jesus. Ele sabia que seu compromisso com os pequenos iria incomodar os grandes. Sabia que iam matá-lo, mas não voltou atrás.

Os discípulos é que não entendiam a Cruz. Apesar do entusiasmo inicial, não se deram conta de que tinham idéias erradas sobre o messias. Inconscientemente, queriam que Jesus fosse como eles o desejavam. Em vez de converter-se para Jesus, queriam que Jesus se convertesse para eles (cf. 8,32). Aqui está a causa do desencontro: eles pensavam conforme a ideologia dominante da época, que não combinava com o modo de pensar de Jesus. Tinham os pés junto do povo pobre e excluído, mas a cabeça feita pelo "fermento dos fariseus e herodianos" (8,15), que os impedia de enxergar.

O desencontro entre Jesus e os discípulos tinha ainda outra causa, mais profunda, a saber, a fidelidade de Jesus ao Pai. Em momento algum, Jesus cedeu aos apelos do "fermento dos fariseus e herodianos", mesmo quando vinham da parte dos seus amigos. Ele sempre agia conforme escutava do Pai e dos pobres: "Vamos para outros lugares! Foi para isto que eu vim" (1,38). E foi por ele ter sido tão fiel ao Pai, que o desvio dos discípulos apareceu. Se Jesus tivesse cedido aos apelos dos amigos, ninguém teria percebido nada de errado! A fidelidade de Jesus ao Pai desmascarou o desvio da ideologia dominante e tornou-se para eles e para todos nós uma luz que nos critica e uma força que nos convida à conversão.

E hoje, como a ideologia dominante interfere em nossa maneira de perceber e de viver a missão da Vida Religiosa? Provoca conflitos entre nós e o ideal da Vida

Religiosa? Como este conflito se manifesta e como procuramos superá-lo? Como a nossa fidelidade ao Pai pode contribuir para desmascarar e denunciar o desvio e o erro de uma ideologia dominante como o neoliberalismo que hoje invade o mundo e a vida dos povos?

3. O preço da Missão: a cruz e as rupturas

Aquela série de perguntas de Jesus aos discípulos (8,14-21) que parecia uma ruptura não o era, mas sim o início de uma nova atitude de Jesus. Ele começa a iluminar o itinerário dos discípulos com uma longa instrução sobre a cruz. O ambiente muda. Poucos são os milagres. Quase não há mais multidão: só Jesus e os poucos discípulos e discípulas! Não aparece mais o entusiasmo. Começa a longa caminhada em direção a Jerusalém, onde Jesus será crucificado. Os discípulos "seguem Jesus", vão com ele! E enquanto vão caminhando para o calvário, dele recebem a instrução sobre a Cruz: primeiro, em palavras (8,22 a 10,52); depois, em forma de testemunho e ação (11,1 a 12,44); no fim, por meio de um discurso (13,1-37).

A instrução por meio de palavras está entre duas curas de cego: no início, a cura de um cego anônimo (8,22-26); no fim, a cura do cego Bartimeu (10,46-52). As duas são símbolo do que se passava entre Jesus e os discípulos. Eles eram como cegos, pois "tinham olhos e não enxergavam" (8,18). Jesus fez todo o possível para romper o impasse e ajudá-los a recuperar a visão. A instrução em palavras parece um catecismo feito com frases do próprio Jesus. Consta de três anúncios da paixão: 8,27-38; 9,30-37 e 10,32-45. Entre o primeiro e o segundo anúncio (9,1-29), traz uma série de instruções para ajudar a entender Jesus como Messias *Servo*. Entre o segundo e o terceiro anúncio (9,38 a 10,31), outra série de instruções esclarece a conversão que

deve ocorrer na vida do discípulo que aceita Jesus como Messias *Servo*. O conjunto tem como pano de fundo a *caminhada* para Jerusalém, onde Jesus será preso e morto (8,27; 9,30.33; 10,32). É a *Cartilha do itinerário do discípulo e da discípula de Jesus!*

A instrução por meio de ação e de testemunho (11,1-12,44) descreve a última semana em Jerusalém. Tudo se passa no meio da tensão entre Jesus e as autoridades. Marcos usa a forma plural, sugerindo que Jesus está acompanhado de seus discípulos e discípulas (11,1.12.15.20.27...). Estes “seguem Jesus”, estão com ele e participam de tudo que ele faz. Vivem o conflito que a adesão a Jesus traz consigo e experimentam, no concreto, o que significa “seguir Jesus e carregar sua cruz”. Descubrem qual o preço da missão, ontem e hoje! Vejamos:

1. Marcos 11,1-11: Jesus se mantém no seu caminho

Poucos dias antes da Páscoa, Jesus entra na capital. O povoromeiro toma as ruas da cidade, introduz Jesus como Messias *Rei* e o aclama: “Bendito o que vem em nome do Senhor” (11,9). Jesus aceita a homenagem, mas com reserva. Sentado num jumento (11,7), evoca a profecia de Zacarias que dizia: “Teu rei vem a ti, humilde, montado num jumento. O arco de guerra será eliminado” (Zc 9,9.10). Os discípulos, que entendam o gesto e se convertam! Jesus não aceita ser Messias glorioso. Ele se mantém no caminho do serviço, simbolizado pelo jumento, animal de carga.

2. Marcos 11,12-26: Jesus rompe com o sistema do Templo

Jesus entra no Templo, expulsa os vendedores e derruba as mesas dos cambistas. O Templo deve ser casa de oração para todos os povos e não um covil de

ladrões (11,17). Em resposta, as autoridades começam a procurar um meio para matá-lo (11,18). Os discípulos, que tirem a lição! Seguir Jesus é perigoso. Exige coragem para denunciar o erro sem medo de morrer.

3. Marcos 11,27 a 12,12: Jesus rompe com os sumos sacerdotes, escribas e anciãos

Estes querem saber com que autoridade Jesus faz as coisas (11,28). Jesus não responde. Sua ação não depende da licença deles (11,33), e na parábola dos vinhateiros faz saber que vão perder a condição de povo eleito (12,1-11). Novamente, as autoridades decidem matar Jesus, mas têm medo do povo (12,12). Os discípulos, que estejam atentos! Quem anda com Jesus corre o perigo de ser perseguido por estas autoridades.

4. Marcos 12,13-17: Jesus rompe com os fariseus e os herodianos

Já bem antes, lá na Galiléia, alguns fariseus e herodianos tinham decidido matar Jesus (3,6). Agora, em Jerusalém, o provocam com a pergunta sobre o imposto a César (12,14). Jesus não responde nem discute a questão, mas exige que “dêem a César o que é de César, mas a Deus o que é de Deus”, a saber, que devolvam a Deus o povo, por eles desviado. Os discípulos, que tomem consciência! Pois era o fermento destes fariseus e herodianos que estava cegando os olhos deles (8,15).

5. Marcos 12,18-27: Jesus rompe com os saduceus

Os saduceus constituíam uma elite de latifundiários e comerciantes. Eram conservadores, contrários à fé na ressurreição. Questionavam Jesus neste ponto. Jesus responde duramente: “Vocês não entendem nada nem do poder de Deus nem da Escri-

tura! ... Vocês estão muito errados!” (12, 24.27). Os discípulos, que estejam de sobreaviso! Quem estiver do lado destes latifundiários estará do lado oposto de Deus!

6. Marcos 12,28-40: Jesus rompe com os escribas

Os escribas eram os responsáveis pela doutrina oficial. Incomodados com a pregação de Jesus, já tinham espalhado a calúnia de que ele era um possesso (3,22). Jesus questiona seu ensinamento sobre o Messias (12,35-37) e condena o comportamento ganancioso de alguns deles (12,38-40), mas sabe reconhecer neles as boas qualidades: “Você não está longe do Reino!” (12,34). Os discípulos, que aprendam dos fatos! Devem adquirir consciência crítica para poder discernir o ensinamento dos escribas.

7. Marcos 12,41-44: Jesus aponta para onde se manifesta a vontade de Deus

No fim, sentado em frente ao cofre do Templo, Jesus chama a atenção dos discípulos para o gesto de uma viúva que soube partilhar até do seu necessário. Os discípulos eram de opinião de que o problema do povo só poderia ser resolvido com muito dinheiro. Por ocasião da multiplicação dos pães, tinham dito a Jesus: “O senhor quer que vamos comprar pão com duzentos denários para dar de comer ao povo?” (6,37). Para quem pensa assim, os dois centavos da viúva não serviriam para nada. Mas para Jesus, “esta viúva que é pobre lançou mais do que todos que ofereceram moedas ao Tesouro” (12,43). Chamando a atenção dos discípulos para o gesto da viúva, ele ensina onde eles e nós devemos procurar a manifestação da vontade de Deus, a saber, nos pobres e na partilha.

Nesta longa e impressionante instrução em forma de ação e de testemunho estava

embutida para os discípulos a seguinte mensagem: “Você que quer ser discípulo ou discípula de Jesus, saiba bem o que está querendo! Seguindo a Jesus, acabará sem o apoio dos sacerdotes do templo, sem a segurança de estar com os anciãos, sem o amparo das leis dos fariseus, sem a certeza da expectativa messiânica dos herodianos, sem a proteção da doutrina oficial dos escribas, sem a vantagem que poderia receber dos ricos saduceus. Caminhando na estrada de Jesus, você acabará no meio dos pobres e das viúvas, que não têm poder nem dinheiro, e terminará no calvário em Jerusalém. Você aceita?”

Não foi fácil para os discípulos! Ou seguiam a opinião da maioria, e negariam a Jesus. Ou acreditavam cegamente em Jesus, e se opunham a todos os outros! Não havia outra alternativa! E por incrível que pareça, depois de terem convivido tanto tempo com Jesus e recebido tanta instrução, o “fermento dos fariseus e dos herodianos” acabou levando vantagem. No fim, os doze continuaram como cegos que “têm olhos e não vêem” (8,18). Não deram conta de crer. Na hora da paixão, todos fugiram e Jesus ficou só! Romperam com Jesus!

A insistência com que Marcos fala deste fracasso dos discípulos na paixão corresponde, muito provavelmente, a um fato histórico. Mas o interesse principal do evangelista não é contar o que aconteceu no passado, mas sim provocar uma conversão nos cristãos do seu tempo e despertar neles uma nova esperança, capaz de superar o desânimo e a morte. De fato, a maneira como o Evangelho de Marcos apresenta a atitude de Jesus durante o relato da paixão dá esperança e motivação até mesmo ao discípulo mais desanimado! Por maior que tenha sido o fracasso dos Doze, o amor de Jesus é maior! Na hora mesma de anunciar a fuga dos discípulos, ele já avisa que os esperará na Galiléia. Mesmo sabendo da

traição (14,18), da negação (14,30) e da fuga (14,27), Jesus apresenta a Eucaristia. E, na manhã de Páscoa, o anjo, por intermédio das mulheres, manda um recado para Pedro que o negou, e para todos os que fugiram: eles devem ir para a Galiléia. Lá, onde tudo tinha começado, tudo começará de novo. O fracasso dos doze não conseguiu provocar uma ruptura na aliança selada e confirmada no sangue de Jesus. Nós podemos romper com Jesus, ele nunca romperá conosco!

III. AS SURPRESAS DE DEUS QUE SINALIZAM O ITINERÁRIO

1. Jesus não cabe nos nomes e títulos que lhe damos

Um nome, por mais bonito que seja, nunca chega a revelar o mistério de uma pessoa, muito menos da pessoa de Jesus. Jesus recebe muitos nomes e títulos no evangelho de Marcos. Estes nomes expressam não só o que os discípulos pensavam sobre Jesus, mas também como entendiam o ideal da Boa Nova. No evangelho de Marcos, porém, alguns destes nomes, inclusive os mais importantes e os mais tradicionais, são questionados ou postos em dúvida pelo próprio evangelista. Assim, à medida que avançamos em sua leitura, Marcos nos obriga a rever nossas idéias e ideais e a nos perguntar: “Afim, quem é Jesus para mim, para nós? O que ele quer de nós, religiosos e religiosas, aqui no Brasil?”

1. O Santo de Deus!

Alguns esperavam que o Messias fosse o “Santo de Deus” (1,24), isto é, que fosse *Sacerdote* ou Sumo Sacerdote. O demônio alude a esta esperança (1,24). Jesus manda que ele cale a boca! E você pergunta: “Mas Jesus é ou não é o Santo de Deus?” O evangelho de Marcos não responde. Fica a dúvida!

2. O Filho de Davi!

Muitos esperavam que o Messias fosse *Filho de Davi*. Assim ele foi invocado pelo cego Bartimeu na saída de Jericó (10,47.48; cf. 11,10). Mas o próprio Jesus questionou este título: “Como é que o Messias pode ser filho, se o próprio Davi o chama de ‘meu Senhor’?” (12,35-37). Novamente, você se pergunta: “Jesus é ou não é o Filho de Davi?” O evangelho de Marcos não responde. Fica a dúvida!

3. O Rei dos Judeus!

Muita gente esperava o Messias como o *Rei* dos judeus. Jesus anuncia a chegada do *Reino* (1,15), mas nunca usou o título de Rei. E quando falava dos reis e governantes, insistia com os discípulos: “Entre vocês não seja assim!” (10,43) Quando Pilatos pergunta se ele é rei, Jesus não afirma nem nega, mas responde: “É você quem o diz” (15,2). O título de rei é o motivo da sua condenação (15,26). Afim, Jesus é ou não é *Rei*? O evangelho de Marcos não responde. Fica a dúvida!

4. O Messias!

O mesmo vale para o título central *Messias*. Este nome é usado pelo próprio Marcos (1,1), por Pedro (8,29) e pelos Sumos Sacerdotes (14,61; 15,32). Pedro confessa que Jesus é o *Messias*. Mas quando Jesus anuncia as conseqüências, Pedro não quer saber (8,31-33). Jesus é o Messias, mas não do modo que Pedro e os Sumos Sacerdotes o imaginavam. Cada um deles dava um sentido diferente! Qual o sentido certo? O evangelho de Marcos não responde. Aumenta a dúvida!

5. O Filho de Deus!

Os possessos chamam Jesus de “Filho de Deus” (3,11) e “Filho do Deus Altíssimo” (5,7). Mas Jesus dá ordem para que

o demônio se cale e saia deles (3,12; 5,8). Diante do tribunal, os inimigos acusavam Jesus e perguntavam: “És tu o Messias, o Filho do Deus bendito?”. E ele respondeu: “Eu sou! E vocês vão ver o Filho do Homem sentado à direita do Poderoso e vindo com as nuvens do céu” (14,62). Na hora de confirmar, Jesus não diz que é *Filho de Deus*, mas sim que é *Filho do Homem*. É a mesma coisa? Certamente, Jesus não é Filho de Deus do modo que o demônio (3,11; 5,7) e os inimigos (14,61) o imaginavam. Então, como Jesus é Filho de Deus? Fica a pergunta!

Afinal, quem é Jesus? É o Santo de Deus? O Filho de Davi? O Rei dos Judeus? O Messias? O Filho de Deus? Quanto mais se aproxima o fim do evangelho de Marcos, tanto mais se quebram as medidas e os critérios, os apoios e as seguranças. A gente vai se dando conta de que Jesus não cabe em nenhum destes nomes, em nenhum esquema, em nenhum título. Ele é maior! Surpreende sempre! Nunca podemos descansar nas idéias e nas certezas que temos ou conquistamos. Ele pede conversão, até o fim!

2. Um soldado pagão nos ensina quem é Jesus!

No início do evangelho de Marcos aparece o título *Filho de Deus* (1,1). Ao ouvir este nome, instintivamente, olhamos para o alto, para o céu, onde mora Deus. O mesmo título reaparece no fim, no Calvário (15, 39), onde estamos diante de um ser humano torturado, excluído da sociedade, condenado como herético e subversivo pelo tribunal militar e religioso. Ao pé da cruz, as autoridades religiosas confirmam, pela última vez, que se trata realmente de um rebelde fracassado e o renegam publicamente (15,31-32). Pendurado na cruz, Jesus grita: “Meu Deus! Meu Deus! Por que me abandonaste?” (15,34). Isolado, privado de tudo, de qualquer tipo de comunicação humana,

Jesus se sente abandonado até pelo Pai. E soltando um grito, ele morre!

É assim que morre o Messias *Servo*! Foi este o preço que Jesus pagou por sua fidelidade à opção de seguir sempre pelo caminho do serviço para *resgatar* seus irmãos. Ele mesmo disse: “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida como *resgate* em favor de muitos” (10,45). Jesus morre como um pobre, *gritando*, pois sabe que Deus escuta o clamor dos pobres (cf. Ex 2,24; 3,7; 22,22.26; etc.). De fato, “Deus o escutou” (Hb 5,7) e “o exaltou” (Fl 2,9). A ressurreição é a resposta do Pai à fidelidade de Jesus. Pela ressurreição de Jesus o Pai anuncia ao mundo inteiro esta Boa Notícia: “Quem vive a vida *servindo* como Jesus é vitorioso e viverá para sempre, mesmo que morra ou que o matem!” Esta é a Boa Nova do Reino que nasce da cruz e que nós procuramos anunciar!

É nesta hora da morte que um novo sentido renasce das cinzas, revelado por um pagão: “Verdadeiramente, este homem era Filho de Deus!” (15,39). Se você quiser encontrar, *verdadeiramente*, o Filho de Deus, não o procure no alto, num céu distante, mas procure-o ao seu lado, no ser humano excluído, torturado, desfigurado, sem beleza. Procure-o naquele que doa sua vida pelos irmãos. É lá que a divindade se esconde e pode ser encontrada. É lá que está a imagem desfigurada de Deus, do Filho de Deus, dos filhos de Deus. *Prova de amor maior não há que doar a vida pelo irmão!*

3. O encontro com Deus surpreende sempre

O evangelho de Marcos nos convida a não nos fechar em nenhum nome ou título, em nenhuma doutrina ou costume, a manter-nos sempre abertos para as surpresas de Deus. Os nomes e os títulos, as doutri-

nas e os costumes, as devoções e as rezas, são como os crachás que carregamos no peito para identificação. Ajudam a encontrar a pessoa que se procura. Mas quando a encontrar, não olhe o crachá, mas sim o rosto! Quase sempre, a pessoa é diferente da idéia que fazíamos dela. O encontro sempre traz surpresas! Sobretudo o encontro com Deus em Jesus. Conforme o evangelho de Marcos, as surpresas de Deus podem vir de onde menos se espera:

* de um pagão que faz profissão de fé e reconhece a presença de Deus no crucificado (15,39);

* de uma senhora anônima que escandaliza os discípulos ungindo Jesus para o enterro (14,3-9);

* de um pai de família que, forçado, carrega a cruz atrás de Jesus até o Calvário (15,21);

* de uma pobre viúva que oferece do seu necessário para partilhar com os outros (12,43-44);

* de um membro do sinédrio que tem a coragem de enterrar o corpo de Jesus (15,43-45);

* de um cego, cujos gritos incomodam e que nem sequer tem a doutrina certa (10,46-52);

* dos pequenos que vivem marginalizados, mas crêem em Jesus (9,42);

* dos grupos que usam o nome de Jesus para combater o mal, sem serem da "Igreja" (9,38-40);

* das mulheres que seguem Jesus e não o abandonam na hora da cruz (15,41);

* das mulheres que, naquela época, não eram reconhecidas como testemunhas oficiais, mas que foram escolhidas por Jesus para serem testemunhas qualificadas da sua ressurreição (15,40.47; 16,6.9-10). A continuidade da mensagem do Reino não passou pelos doze, mas sim pelos *outros*,

pelos não escolhidos, sobretudo pelas mulheres que receberam a *ordem* expressa de anunciar a ressurreição aos doze e de chamá-los de volta (16,7).

Concluindo. No início, Jesus atraía multidões. O povo vibrava com ele. Muitos discípulos! No fim, ele termina praticamente só! O último discurso tem apenas quatro ouvintes: Pedro, Tiago, João e André (13,3)! Durante a paixão, aqueles doze homens especialmente chamados e eleitos por Jesus (3,13-19), e por ele enviados em missão (6,7-13), fracassaram. Fracasso completo. No Horto, dormiram. Judas traiu, Pedro negou, todos fugiram, ninguém acreditou. Dispersão total! Eles são um retrato quase fiel de todos nós, discípulos e discípulas, que *caminhamos na estrada de Jesus*, caindo sem parar, levantando sempre!

Mas como reverso do fracasso de uns, aparece, até hoje, a força da fé de outros que não fazem parte dos escolhidos ou vocacionados. Estes *outros* não são freiras nem frades. Não são religiosos. Às vezes, nem são cristãos. Muitas vezes, eles nos ensinam como ser discípulo e discipula de Jesus. Eles ajudam a reencontrar o *itinerário*.

O evangelho de Marcos atinge o coração do nosso relacionamento com Deus. Ele nos pede para jogar fora "o fermento dos herodianos e dos fariseus". Convida para abrir mão das resistências e dos interesses pessoais. Seduz para aceitar Jesus da maneira que ele se apresenta. Descobrimos que Jesus é *verdadeiramente* o Messias, o Filho de Deus, mas não como nós o imaginávamos! Jesus é tudo aquilo que os nomes indicam e que o coração humano deseja. Sim! Mas o é de um modo novo e melhor. De um jeito todo seu, que só a fé nos faz experimentar e conhecer. Jesus não se enquadra em nenhum esquema ou doutrina. Ele ultrapassa o estabelecido. Somos convidados a crer nele, na sua pa-

lavra, a caminhar sempre, a permanecer “em caminho”, junto com ele, atrás dele, guiado por ele, desde a Galiléia até Jerusalém, desde a beleza do lago até a dor do

Calvário, para poder ressuscitar. Como diz o canto de Bacurau: “*Como Jesus vou carregar a minha cruz pra poder ressuscitar!*”

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O autor apresenta três critérios para orientar os discípulos e discípulas na leitura do texto de Marcos e para captar o sentido, o espírito, do escrito: Fazer parte de uma comunidade viva; estar numa caminhada de defesa da vida dos pobres e excluídos; ter consciência de que Jesus está vivo no meio de nós. Após uma leitura meditativa desta parte do artigo, comente em comunidade esses critérios.

2. A segunda parte do texto apresenta critérios para avaliar a missão. Como esses critérios interpelam você e sua comunidade?

3. Depois de refletir sobre o texto, procure responder em comunidade à pergunta inicial do autor: “O que Jesus quer mesmo de nós, religiosos e religiosas, hoje, aqui no Brasil?”

UMA ESPIRITUALIDADE DE MISERICÓRDIA

Frater Henrique Cristiano José Matos, CFMM
Belo Horizonte - MG

Quem procurar na Escritura a palavra misericórdia não será decepcionado. Encontrá-la-á em muitos lugares e situações. Sempre há, porém, um núcleo comum: bondade essencial, envolvimento do coração, ternura que comove.

1. CONCEITUAÇÃO

A reflexão sobre a *misericórdia* como estilo-de-vida evangélico aumentou consideravelmente nos últimos anos¹. Estamos diante da *redescoberta* de um importante

tema espiritual da tradição cristã que entrara no esquecimento. O uso freqüente e indiferenciado do termo, no entanto, pode facilmente levar a um desgaste e nivelação desta categoria tão eminentemente humana e evangélica. É oportuno situarmos o verdadeiro sentido e alcance da “misericórdia” como “modo-de-ser cristão” no seguimento do Jesus histórico.

Neste artigo queremos abordar o assunto de maneira global e introdutória, aplicando-o igualmente à nossa vida de consagrados e consagradas. No fundo apresentamos a *misericórdia como espiritualidade*, mostrando que não se trata de um tema periférico, mas de um traço absolutamente central da *sequela Christi*. Misericórdia é um *carisma* ou dom do Espírito que atinge o coração do Evangelho e nos faz entrar na intimidade trinitária como revelação máxima do amor divino.

1 Em 1980, João Paulo II deu forte impulso à reflexão sobre a misericórdia como categoria espiritual eminentemente cristã com a publicação da Encíclica *Dives in misericordia* (30-11-1980). Recentemente seguiram publicações notáveis sobre o mesmo tema, entre as quais salientamos: SOBRINO, Jon. *O princípio Misericórdia. Descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis, Vozes, 1994 (269 p.); MATOS, Henrique Cristiano José. *No movimento da misericórdia*. Belo Horizonte, O Lutador, 1996 (203 p.), desta publicação existe uma edição popular com o subtítulo: *Uma espiritualidade que atinge o coração do Evangelho de Jesus*. Belo Horizonte, O Lutador, 1996 (52 p.); MOREIRA, Gilvander. *Compaixão-misericórdia, uma espiritualidade que humaniza*. São Paulo, Paulinas, 1996 (98 p.).

Na “1ª Assembléia do Povo de Deus” da Arquidiocese de Belo Horizonte (12-13 de outubro de 1996), falou-se insistentemente de uma “Igreja misericordiosa ou acolhedora, que não faz distinção de pessoas. Igreja samaritana, austera, humilde e aberta a todos. Que se comove diante do sofrimento das pessoas. (...) Que tendo experimentado a misericórdia de Deus a revele às pessoas mais excluídas e esquecidas. Como disse Dom Serafim (...): não permitir que nenhuma lágrima se derrame, sem estarmos por perto para enxugar” (*Anais da Assembléia*, p. 37).

2. MISERICÓRDIA COMO FIO CONDUTOR DA REVELAÇÃO DIVINA

Quem procura na Escritura a palavra *misericórdia* não será decepcionado. Encontrará o termo em muitos lugares e situações diversas. Mas sempre há um núcleo comum na realidade indicada com “misericórdia”: uma bondade essencial, um envolvimento do coração, uma ternura que comove.

A *Aliança divina* para com o povo de Israel tem como *Leitmotiv* a imensa bondade de Deus que progressivamente se revela como um Pai que ama apaixonadamente. No início do caminho histórico-salvífico do Povo eleito está a compaixão-misericórdia de Javé, atitude divina que perdura. Sua característica mais saliente é “estar voltado amorosamente para o pobre, o pequeno, o excluído, o pecador”. O sofrimento de seu povo “comove o coração” de Javé: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o seu clamor por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo...” (Ex 3,7-8). O Deus da tradição judeu-cristã é o “Deus que se aproxima” para salvar; Ele “se acerca” por amor, de forma totalmente gratuita. Israel experimenta esta atitude de seu Deus como *fidelidade* à Aliança. O vocábulo hebraico “hesed” indica exatamente este compromisso de Javé, solenemente assumido para com o povo. Assim, o binômio *rahamim/hesed* traduz corretamente quem é, de fato, o Deus de Israel: um Deus de infinita bondade que tem “afetos de mãe” (suas “entranhas femininas”) e sempre mantém fidelidade (*hesed*) a esta sua atitude básica. Ele exerce a piedade e a compaixão (*eleos*); agin-

do assim mostra-se radicalmente *fidel* à Aliança de Amor². Na experiência religiosa do povo de Israel é a imagem de um Deus “feminino” que predomina, um Deus *movido por misericórdia*, que revela um coração extremamente terno e sensível diante da miséria, da dor e do pecado dos homens.

No **Sinai** encontramos esta mesma convicção quando Javé se apresenta como “Deus de ternura e de piedade, lento para a cólera, rico em amor e fidelidade...” (Ex 34,6). Aqui o próprio Senhor dá a entrever o âmago de seu ser: sua misericórdia — não obstante a falta, a transgressão e o pecado do povo — vai até a “milésima geração”, ou seja, infindamente. Esta experiência histórica é realmente fundante para o povo eleito e decisiva para sua caminhada ao longo do tempo. Interessante observar que semelhante atitude de Deus contém duas dimensões complementares: o *mansuete* — o aspecto feminino de bondade, ternura, desvelo, gratuidade — e o *fortiter* — a firmeza, a decisão, a fidelidade ofensiva, sobretudo tratando-se de pessoas ou estruturas que ameaçam a vida e contradizem o projeto de Deus em prol dos fracos, oprimidos e pobres (cf. Is 66,5-16).

A **mensagem profética** é toda embebida na misericórdia divina. Assim, *Oséias* apresenta Javé com “frêmitos de compaixão”, alguém cujo coração “se contorce” e suas “entranhas se comovem” (11,8). E *Miquéias* comenta: “Qual deus é como tu, que tira a culpa e perdoa o crime, que não guarda para sempre a sua ira, porque prefere o amor? Novamente ele nos manifestará a sua misericórdia...” (7,18).

Nos **Salmos** o tema da misericórdia é constante e insistente, traduzindo uma

2 Para um maior esclarecimento das expressões “hesed” e “rahamim” veja: JOÃO PAULO II, Encíclica *Dives in misericordia*, op. cit., nota 52. Também: LÉON-DUFOUR, Xavier (dir.). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1977, c. 594.

profunda certeza de Israel: "Louvai ao Senhor, porque ele é bom; *eterna é a sua misericórdia*" (Sl 117, trad. "Ave Maria").

Constatamos que "o rio da compaixão-misericórdia vai penetrando de mansinho o chão histórico do povo hebreu até chegar *ao mar* — a sua plenitude — que é Jesus Cristo"³.

3. JESUS, O MISERICORDIOSO, NOSSO IRMÃO

A misericórdia "constitui o conteúdo fundamental da mensagem messiânica de Cristo e a força constitutiva de sua missão"⁴. Efetivamente, a misericórdia é o que relaciona sistematicamente Jesus com o *Pai* e com o *Reino de Deus*. Este Reino, cuja chegada o Senhor vai realizando por meio de seu ministério evangelizador, consiste exatamente na ação ou processo de que Deus se serve para *libertar* o homem de todas as suas misérias, opressões e segregações, "partindo *da raiz* de todas elas no pecado e *para* instaurar uma ordem nova de vida e de convivência plenas que — como Pai — ele quer dar a todos os seus filhos"⁵. O Reino, anunciado e instaurado por Jesus, é oferecido preferencialmente aos "excluídos", sendo fundamentalmente uma realização da *misericórdia divina*. É justamente neste sentido que se fala de "Reino de Deus", uma *nova ordem* "segundo o coração de Deus". Jesus a quem a Carta aos Hebreus (2,17) se refere como o Sumo Sacerdote *compadecente* é o ícone por excelência do "Pai das misericórdias e Deus de toda consolação" (2Cor 1,3). Nele a misericórdia divina se torna palpável e próxima do homem em sua temporalidade.

Misericórdia é o **princípio estruturante** de sua vida; configura toda sua existência, determina sua missão e provoca seu destino. O modo de viver e conviver do Filho de Deus é essencialmente *misericordioso*. "Jesus aparece anunciando a aproximação de Deus como boa notícia e o acercamento de Deus como Pai bondoso, o que ocorre graciosamente e como pura iniciativa de Deus. Jesus insiste que Deus é assim e mostra isso positivamente nas parábolas do amor de Deus, em suas aproximações concretas aos pobres e pecadores; e negativamente nas controvérsias, denúncias e desmascaramentos dos que não querem que Deus se aproxime gratuitamente como Pai e dos que agem contra o Reino de Deus oprimindo economicamente, politicamente e religiosamente. Com palavras e com obras acentua que essa aproximação do Reino e do Pai é para os pobres e pequenos e para os pecadores segundo a lei"⁶.

O **Evangelho de Lucas** apresenta Jesus *misericórdia motus*. Aqui a compaixão do Senhor adquire uma fisionomia ainda mais pessoal e direta. Já na "declaração messiânica" (Lc 4,18-19; cf. Is 61,1-2), Jesus revela abertamente a preferência de Deus para com os pobres e os últimos. E toda a sua existência humana concretiza em gestos esta opção. Os evangelhos nos contam como Jesus se coloca *no meio* dos homens e mulheres de seu tempo. Sua simples presença constitui uma força curativa e unificadora. Junto dele as pessoas experimentam paz e se encontram no mais profundo de si mesmas. É significativo que nos relatos sobre cura e exorcismo os evangelistas mencionam que "dele saiu uma força" (Mc 5,30 ou Lc 8,46; Lc 6,19), que reintegra a pessoa e restitui a vida (Lc 5,17). O Jesus histórico foi, de fato, um

3 MOREIRA, *op. cit.*, p. 12.

4 JOÃO PAULO II, *op. cit.*, n. 44.

5 MUÑOZ, Ronaldo. *Evangelho e Libertação na América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1981, p. 61.

6 SOBRINO, *op. cit.*, p. 192.

Irmão misericordioso, sempre próximo e solidário com os pequenos e últimos (Lc 8,40-56; 13,10-13; 18,1-5; 21,1-4). Ele convive com os pobres (Lc 5,12-14), anda com eles (Lc 6,17; 7,11), senta com eles (Lc 9,14), partilha com eles (Lc 9,16), anima-os (Lc 8,4), questiona-os (Lc 17,17-18) e defende sua vida (Lc 10,34).

Jesus enxerga *fisionomias concretas* e não faz uma abstração do sofrimento humano. Sua atenção dirige-se diretamente à pessoa que sofre, sob qualquer forma que for. Seu relacionamento atinge o sofredor como indivíduo, entranhado com ele numa solidariedade de destino.

Lucas menciona *três episódios* que são como as colunas-mestras de seu Evangelho sobre a Misericórdia: “A ressurreição do filho da viúva de Naim” (Lc 7,11-17); “O bom samaritano” (Lc 10,29-37); “O filho pródigo” (Lc 15,11-32). Essas perícopes “revelam que Jesus e Deus são compassivos-misericordiosos concretamente e não apenas no discurso teórico e que seus autênticos discípulos (os *bons samaritanos*) são misericordiosos também na prática. Revelam ainda que quem é realmente compassivo-misericordioso transcende as barreiras de sexo (Lc 7,13), de raça (Lc 10,33), de religião (Lc 17,12.16) e de classe social (Lc 7,1-3)”⁷.

A prática da misericórdia é o *critério decisivo* de nossa salvação ou perdição, conforme Mt 25,31-46, o que mostra sua absoluta centralidade numa vida cabalmente humana e cristã.

4. A ESTRUTURA E A DINÂMICA DA MISERICÓRDIA

Vimos que a misericórdia é uma expressão típica do amor. Constitui uma “cari-

dade-em-ação” perante o sofrimento alheio numa atitude fundamental de solidariedade. Essa descrição global precisa de uma explicitação melhor.

O genuíno movimento de misericórdia compõe-se de três passos interdependentes e, por isso, inseparáveis⁸.

- O processo da misericórdia começa sempre com o VER e OUVIR. Enxergamos o sofrimento do outro e suas necessidades concretas. Com o homem ou mulher “caído(a) à beira da estrada” entramos em *relação pessoal*. Deslocamo-nos de nosso caminho para entrar no dele (dela). Somos tocados pela dor que encontramos e pomo-nos *em movimento*.
- A *compaixão* é precisamente a *interiorização* do sofrimento alheio. Somos atingidos no mais íntimo de nós mesmos: as “estranhas se comovem”, fazendo todo o nosso corpo tremer, sentir calafrio, revolver-se. Ficamos sensibilizados e afetados pela dor do outro e acercamo-nos dele com o coração. É o sentimento que predomina e que interiormente nos impele a uma ação.
- A *misericórdia* se realiza efetivamente quando não permanecemos nos “bons sentimentos”, na contemplação do sofrimento alheio, mas partimos para a práxis. Saímos de nós mesmos para tornar-nos de fato *solidários*. A compaixão se transforma numa exigência ética incontornável, num compromisso de partilha. Experimentamos esta ação como uma *fidelidade* essencial a nós mesmos, sem a qual faltaria algo muito fundamental em nosso ser-humano e ser-cristão. A solidariedade expressa-se em gestos concretos de ajuda e proximidade. No entanto, trata-se de um movimento “de mão dupla”: um mútuo

7 MOREIRA, *op. cit.*, p. 69.

8 Para uma abordagem mais completa veja: MATOS, *op. cit.*, cap. III: “A metodologia própria da práxis da misericórdia”, pp. 67-80.

dar e receber. Aqui não temos propriamente *sujeito e objeto*, mas ambos os envolvidos são “sujeitos”. Quem dá recebe e quem recebe dá: há uma humanização recíproca. Passamos por um processo de profunda *conversão*, que modifica radicalmente nossa vida e lhe confere um sentido novo e altamente humanizador.

Há na **dinâmica** da práxis-misericórdia *dois impulsos* que se completam e se integram mutuamente. De um lado está a *pessoa individual* que sofre (e existem inúmeras formas de sofrimento pessoal!), de outro lado estão os sofrimentos de *grupos inteiros* de seres humanos. Na nossa realidade latino-americana e brasileira referimo-nos aos “excluídos” pelo sistema vigente, aqueles “que estão por baixo”, os “descartáveis”. Deparamos com uma realidade radicalmente antimisericordiosa que faz da exclusão um princípio de funcionamento. Semelhante engrenagem sócio-política e econômico-cultural gera morte e corrói o tecido humano de convivência. São estruturas iníquas e impiedosas que sacrificam friamente grupos inteiros, considerando-os uma “massa sobrando”, sem utilidade lucrativa. O clamor desses *povos crucificados* tornou-se inocultável. Temos diante de nós uma lista infinita de “rostos sofridos e desfigurados”⁹, em que a consciência cristã contempla a fisionomia do próprio Senhor, o Servo Sofredor. Fechar os olhos a esta gravíssima realidade social ou ignorá-la é contribuir para reforçar as estruturas injustas e enfraquecer o fermento do evangelho destinado a renovar por dentro o tecido social. No fundo trata-se de uma profunda infidelidade ao evangelho como boa notícia de VIDA para todos.

Nem sempre é fácil manter em equilíbrio os dois níveis do dinamismo da misericórdia: o *pessoal* e o *comunitário-estru-*

tural. Vivendo concretamente em sistemas antimisericordiosos em que reina o poder do mais forte, somos quase inevitavelmente arrastados à mentalidade que os inspira e mantém. Daí a constante necessidade de discernimento evangélico.

Devemos exercer a misericórdia nos *dois níveis*, porque há entre ambos uma interação intrínseca. É impossível ficar numa posição de neutralidade. A misericórdia no plano pessoal nos empurra necessariamente para a “causa estrutural” deste sofrimento, enquanto a “luta por estruturas mais justas” nos confronta inevitavelmente com fisionomias individuais “que clamam por misericórdia”. Uma sociedade se torna verdadeiramente justa, solidária e fraterna quando é nutrida com a força vitalizadora e transformadora da misericórdia! Praticando a ação solidária em nível pessoal contribuimos para a formação de uma grande *rede de misericórdia* que influirá beneficentemente na macrotransformação das estruturas sociais. A luta por maior justiça social, por sua vez, remete-nos a uma prática concreta e real da misericórdia em dimensões pessoais.

“Segundo a história e cultura cristãs, podemos dizer que a compaixão/misericórdia é uma *raiz* com dupla direção: é profunda *verticalmente* a ponto de alcançar o mais humano existente na pessoa e é bastante extensa *horizontalmente* no sentido de que percorre todo o chão da história da salvação-libertação humana do seu início no Êxodo (1250 a.C., mais ou menos) do povo hebreu, passa por Jesus, chega até nós e vai continuar até o *fim dos tempos*. Nesse caminhar histórico a compaixão/misericórdia foi sendo explicitada e encarnada por pessoas e comunidades chegando à sua plenitude com Jesus de Nazaré”¹⁰.

9 Documento de Santo Domingo (1992), nn. 178-179.

10 MOREIRA, *op. cit.*, pp. 71-72 (os grifos são nossos).

5. MISERICÓRDIA, CORAÇÃO DA VIDA FRATERNA NA IGREJA E NA COMUNIDADE RELIGIOSA

“A Igreja deve considerar como um dos seus principais deveres (...) o de proclamar e introduzir na vida o mistério da misericórdia, revelado no seu grau mais elevado em Jesus Cristo”¹¹. São palavras proferidas por João Paulo II que ganham ainda maior força neste fim de século e preparação do novo Milênio. Só haverá futuro para a Igreja se ela, de fato, atualizar no hoje esta inspiração fundamental do Evangelho. Como “sinal e instrumento do Reino” a Igreja deve vivenciar a parábola do “bom samaritano” não apenas para fora, mas também dentro de seus próprios quadros. A práxis da misericórdia tem exatamente esta dupla dimensão. Uma Igreja Samaritana irá conscientemente ao encontro do drama humano, estará à escuta dos clamores dos sofredores e deslocar-se-á para solidarizar-se com eles. Mas é também dentro de si mesma que deve “cultivar a misericórdia” como imperativo do Evangelho e fidelidade à herança de seu Senhor. Isso significa concretamente que não exclui ninguém, que carrega os mais fracos, os pecadores, aqueles que incomodam pelo fato de questionar estruturas ou práticas eclesiais pouco condizentes com “o evangelho da misericórdia”. Ela é chamada a se aproximar dos afastados e acolhê-los com respeito e compreensão. Uma Igreja misericordiosa abandona radicalmente o

clericalismo prepotente e introduz o permanente diálogo entre seus membros no qual envolve todos os segmentos do povo de Deus. É o itinerário de uma Igreja que convence pelo testemunho da Boa Nova.

Agindo assim ela pode “comunicar *in actu* que seu anúncio, por palavra e obra, é *eu - aggelion*, boa notícia que não só é verdade mas também produz alegria. Uma Igreja que não transmite alegria não é uma Igreja do evangelho; ora, não deve transmitir qualquer alegria, mas a que é declarada em sua ‘carta magna’ das bem-aventuranças e, dentre elas, a da misericórdia”¹².

A vida religiosa consagrada, como dom do Espírito à Igreja, é convocada para realizar, mediante sua vivência concreta, a missão essencial da Igreja: ser no mundo sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade dos homens entre si (cf. LG, n° 1). Este mistério de *comunhão* é profundamente marcado pela misericórdia.

O coração da vida consagrada é a intimidade com o Senhor, diariamente alimentada pela reverencial escuta e a acolhida interior da Palavra de Deus, junto com a vivência sacramental, particularmente a eucaristia. A absoluta centralidade da Palavra faz com que a vida consagrada se mantenha “nos caminhos do Evangelho” e se inspire de fato na pessoa de Jesus¹³. E o que *estrutura* efetivamente a mensagem e a prática de Cristo é a misericórdia. Seria oportuno nos perguntarmos pessoal e comunitariamente qual é o lugar que damos à Palavra de Deus na nossa vida de consagrados. Nas nossas celebrações e no

11 João Paulo II, *op. cit.*, n° 96. Em número anterior da *Dives in misericordia*, o Papa afirmara: “A Igreja deve dar testemunho da misericórdia de Deus revelada em Cristo, ao longo de toda a sua missão de Messias, professando-a em primeiro lugar como verdade salvífica de fé e necessária para uma vida coerente com a fé; depois, procurando introduzi-la e encarná-la na vida tanto dos fiéis como, na medida do possível, na de todos os homens de boa vontade” (n° 78).

12 SOBRINO, *op. cit.*, p. 45.

13 Daí se percebe a grande importância do Projeto da CRB “Tua Palavra é Vida” (Coleção recentemente concluída com a publicação do 7° volume), sem dúvida a mais significativa contribuição a uma autêntica renovação da VR no Brasil que nos foi oferecida no período pós-conciliar.

ritmo cotidiano de nossa vida espiritual ela ocupa o lugar central? Sem esta nutrição substancial a vida consagrada arrefece e perde paulatinamente sua inspiração.

A construção da *comunidade religiosa* tem como pedra angular a **prática** da misericórdia¹⁴. Constitui o princípio de humanização da convivência que, alimentada pela espiritualidade evangélica, gera uma verdadeira *fraternidade*. Quando falta a dimensão de misericórdia, a vida em comunidade se torna fria, impessoal e distante. E com a ausência de acolhimento, de atenção, de ternura e de perdão mútuo, começam a funcionar os mecanismos de compensação que todos conhecemos. Uma comunidade religiosa se torna verdadeiramente cristã e evangélica quando é capaz de integrar, em nível autenticamente humano, as pessoas com opiniões diferentes do comum, os membros considerados “difíceis” ou “críticos”, os doentes e os idosos com sua problemática específica. Central na prática da misericórdia está o *perdão* dado e recebido, sem o qual a qualidade humana e evangélica da convivência se dilui.

No relacionamento com os(as) coirmãos(ãs) devemos fazer nossos “os sentimentos de Cristo” (Fl 1,8), tendo as “entranhas compassivas” de Deus e de Jesus (Cl 3,12; Ef 4,32; também 1Pd 3,8). A escuta perseverante da Palavra e a vivência sacramental proporcionam o crescimento da “vida de Cristo em nós” (Gl 2, 20), e exigem — por coerência interna — que nos “revistamos com as vísceras de misericórdia” (cf Ef 4,32).

A misericórdia como estilo-de-vida cristão procura estabelecer “morada no outro”, na convicção de fé que “da morte passamos à vida porque amamos os irmãos” (1Jo

3,14). O anúncio do Reino ressoa concretamente em nossa convivência quando deixamos transparecer em palavra e ação a *benevolência*: “Aprecio a sua pessoa e sua presença me faz bem!” A misericórdia nos descentraliza de nós mesmos e nos coloca no caminho do(a) coirmão(ã). Em certo sentido nos torna capazes de sentirmos *a partir* dele (dela), almejando com todas as veras aquilo que é o melhor para a pessoa do outro. Trata-se de uma “escuta existencial” feita de profundo respeito pela alteridade do meu (minha) irmão (irmã). Não pretende que o outro se amolde a minha maneira de ver ou sentir, mas deixa o outro ser profundamente ele mesmo. Assim lançamos a base para um autêntico encontro fraterno, inspirando-nos na própria atitude de Jesus para com as pessoas. Abrimo-nos por dentro para captar *o diferente do outro* e acolhê-lo com o coração. Quando numa comunidade não existe (e não se cultiva conscientemente) uma atenção muito pessoal para com os membros e predominam as prescrições dos Regulamentos, as determinações do horário ou a vontade do superior, corre-se o sério risco de fechar “a porta da vida” e, como consequência, a convivência fraterna morre. Temos aqui as comunidades formais, sem inspiração e dinamismo interno, onde a vida em comum é justaposição de pessoas que “se toleram”. Como se pode esperar de semelhante comunidade religiosa uma irradiação humana e testemunho evangélico?

A espiritualidade da misericórdia é um caminho a ser trilhado, uma vivência “a ser construída”, não uma conquista obtida. Contém em si a gratuidade do relacionamento, a dimensão desinteressada da doação. O misericordioso torna-se uma pessoa realmente *livre*, e isso lhe proporciona profunda *alegria* interior. Ele entende sua

14 Para maior desenvolvimento deste ponto veja: MATOS, Henrique Cristiano José. *Vida Religiosa, um projeto em construção*. Belo Horizonte, O Lutador, 1994, pp. 218-225.

vida como um serviço a Deus e aos irmãos, pois, como seu Senhor, “não veio para ser servido, mas para *servir e dar* a sua vida” (Mc 10,45).

Este estilo-de-vida contradiz abertamente a mentalidade corrente que dá prioridade à eficiência do dinheiro e do poder. Questiona a fundo o modelo neoliberal imposto à nossa sociedade e busca privilegiar os valores autenticamente humanos e, portanto, cristãos. O misericordioso segue a Jesus em suas atitudes para com os outros, dando preferência àqueles que “não contam”, às minorias, aos excluídos, e assim mostra que o Reino já se faz presente na contestação a uma sociedade de exclusão. Cultiva dentro de si uma abertura amorosa às pessoas que encontra em seu caminho, aceitando-as como são. Testemunha pelo seu modo de *ser* que o Reino “já está próximo” (Mt 3,2).

Ser compassivo para com os outros parte da experiência da própria necessidade de misericórdia. Efetivamente, somos nós mesmos que, por primeiro, fomos gratuitamente acolhidos pela misericórdia de Deus e dos outros, *apesar* de nossa infidelidade, incoerência, traição e pecado. A misericórdia recebida e experimentada é a base da postura compassiva, não como ato ocasional mas como estilo de vida evangélico. Torna-se o fundamento e a perene inspiração de uma existência de partilha e solidariedade. O que doravante determina o

rumo de nossa vida e lhe concede profundo sentido já não são as regras, por mais “sagradas” que se apresentem, nem o prestígio pessoal e comunitário, mas a prática do amor misericordioso que nos faz penetrar no próprio coração de Jesus e nos introduz na intimidade do mistério trinitário.

Entrar No Movimento da Misericórdia humaniza e cristifica essencialmente a pessoa do(a) consagrado(a), porque a misericórdia constitui “a estrutura fundamental do humano e do cristão”. Podemos falar do *princípio misericórdia*, entendido como “um amor específico que está na origem de um processo, mas que além disso permanece presente e ativo ao longo dele, dá-lhe uma determinada direção e configura os diversos elementos dentro do processo”¹⁵. Estamos diante de um *princípio* fundamental da atuação de Deus Pai e de Jesus, o Profeta do Reino. Esta misericórdia deve ser igualmente a inspiração básica de todo(a) verdadeiro(a) discípulo(a) de Cristo e da própria Igreja. “Elevar a princípio esta misericórdia pode parecer um mínimo; mas, segundo Jesus, sem ela não há humanidade nem divindade e, como todos os mínimos, é um verdadeiro máximo. O importante é que esse mínimo-máximo é o primeiro e último: não existe nada anterior à misericórdia para motivá-la, nem existe nada mais além dela para relativá-la ou recusá-la”¹⁶.

“Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7).

15 SOBRINO, *op. cit.*, p. 32.

16 *Id.*, *Ibid.*, p. 35.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O artigo apresenta um caminho de espiritualidade bíblica de grande atualidade hoje. Depois de ler o texto e rezar a partir dele, partilhe com a comunidade os sentimentos que ele suscita em você.
2. Segundo o autor, a misericórdia constitui o conteúdo fundamental da mensagem messiânica de Cristo e a força constitutiva da sua missão. Você concorda com essa afirmação? Como você e sua comunidade se sentem interpelados por essa afirmação fundamentada nos textos do Novo Testamento?
3. A misericórdia é uma "caridade-em-ação". Procure aprofundar em comunidade o sentido desta afirmação e suas exigências para a vida de seguimento de Jesus hoje.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PASTORAL DE MASSA EM TORNO DO VII ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS

Pe. João Batista Libanio, SJ

A pastoral de massa volta à ribalta. Na Contra-Reforma, a Igreja a cultivou com sucesso. Algumas iniciativas tiveram extraordinário êxito até os anos do Vaticano II. Depois, grupos menores, maiores exigências... Esta década de 90 trouxe de volta o fenômeno religioso de massa.

O tema das massas vem preocupando as Igrejas Evangélicas históricas e Católica. Não é a última razão dessa inquietação o sucesso inegável que as igrejas neopentecostais e autônomas e, em grau menor, a corrente carismática católica vêm conseguindo nesse setor. Um artigo de capa da revista *Time* (10 de abril de 1995) sobre milagres dizia que nos EUA a corrente pentecostal evangélica e católica é a que mais cresce e que 69% dos americanos crêem em milagres. Certamente o mesmo deve valer para o Brasil.

Ao terminar o VIII Encontro Intereclesial de CEBS em Santa Maria (1992), decidiu-se que o tema do próximo Encontro contemplaria tal problemática devido à sua relevância para o futuro das próprias comunidades.

Desde lá até o evento do Intereclesial, realizado em S. Luís do Maranhão, entre os dias 15 e 19 de julho de 1997, o tema proposto foi objeto de seminários, estudos, produção de subsídios. Percebeu-se a sua complexidade e sentiu-se a necessidade de elucidá-lo.

CONCEITO DE MASSA

A primeira questão girou em torno do próprio termo "massa" com seus diferentes significados. Sem querer aprofundá-lo aqui toda a riqueza semântica, vale a pena distinguir-lhe alguns aspectos fundamentais.

As CEBS experimentam o encontro com a realidade de massa, por primeiro, *no campo religioso*. Elas se entendem como comunidade em que as pessoas se conhecem ou, pelo menos, podem ter uma relação pessoal e comprometida com a vida da comunidade. O nível de participação religiosa é, em muitas CEBS, muito exigente. Os elementos religiosos característicos mais importan-

tes são os círculos bíblicos, as celebrações da Palavra e/ou dos sacramentos, as pastorais, a catequese, os cursos etc. Todos implicam participação ativa e consciente.

Em contraste com tal vivência, existe a massa de batizados, de católicos de nome, cuja participação é restrita ou de outra natureza. Assim as CEBs distinguem-se do catolicismo popular tradicional pela atuação de leigos, como animadores dos círculos bíblicos, das celebrações, da vida da comunidade. O ponto central não é o culto dos santos, as procissões, as rezas, as promessas¹, mas a evangelização baseada na Bíblia, por meio de encontros bíblicos e celebrações da Palavra. Criou-se verdadeira nova metodologia de abordagem da Escritura, tão diferente da posição tradicional popular apoiada antes em histórias sagradas tiradas da Bíblia do que em seu próprio texto. Os círculos bíblicos ensinam o fiel a articular a Palavra da Escritura com a sua vida e ação. É o famoso binômio fé e vida². As CEBs distinguem-se também do catolicismo privatizado em que as pessoas instituem uma relação com o Sagrado desde seu mundo pessoal. Nas CEBs, sua relação passa pela mediação da comunidade³.

Massa pode ser também entendida num *sentido psicossocial*⁴. Fala-se de acontecimento, de manifestações de massa, onde os setores sociais mais diversos se reúnem. Nesses momentos, todos se sentem irmanados indistintamente no evento. As pessoas congregam-se, muitas vezes, a partir de um interesse comum. Assim, temos multidões nos comícios, nas partidas de futebol, em

eventos religiosos ou artísticos etc. Mas também usamos o termo simplesmente para uma quantidade de pessoas em oposição a pequenos grupos. Referimo-nos à massa de freqüentadores dos shoppings, dos telespectadores, dos que circulam pelas ruas, prescindindo de que tenham ou não objetivos comuns. É um conceito um pouco fluido. Nos Intereclesiais e em outros acontecimentos semelhantes, as CEBs vivem essa experiência de massa.

Noutra perspectiva, massa pode ser entendida como uma categoria social. Desta sorte, referimo-nos à massa de trabalhadores, de marginalizados, de jovens etc. O fenômeno de massa vincula-se ao processo de urbanização que permitiu que se reunissem multidões. Associa-se ao processo de atomização, fragmentação da sociedade moderna.

Esse tipo de massa com identidade enfraquecida pela perda das raízes culturais e religiosas na sua migração do campo para a cidade torna-se presa fácil de manipulações políticas, culturais e religiosas. Sofre as pressões da propaganda comercial, o impacto da mídia, os engodos dos políticos populistas, a sedução do "mercado da fé". Existem estudos especializados a respeito do comportamento psicológico das massas, movidas mais pela emoção e sedução que pela razão crítica. Certas igrejas neopentecostais desenvolveram excelente "know-how" nesse campo. Diante de sua eficácia, as CEBs sentem-se desarmadas.

No *sentido político*, distingue-se massa de povo no referente ao nível de consciên-

1 Pedro R. de Oliveira, Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro, in: REB 36 (1976):131-141.

2 F. Teixeira, A fé na vida. Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, col. Fé e realidade, n. 23, São Paulo, Loyola, 1987.

3 Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Catolicismo de massa no Brasil: Um desafio para as CEBs., in Vida e Esperança nas massas. Texto-base do 9º Encontro Intereclesial. CEB's. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996: 26-28.

4 Ver: Manfredo A. de Oliveira, Nota prévia sobre o conceito de "Massa" in Vida e Esperança nas massas. Texto-base do 9º Encontro Intereclesial. CEB's. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996: 11-13; Luiz E. Wanderley, O movimento popular - CEBs e Massas, in op. cit.: 89-101.

cia, de organização, de participação. A massa é informe, desorganizada, enquanto o povo é sujeito de ações políticas, detém poder, embora seja também um conceito pouco preciso. Posto o papel de sujeito político do povo nem sempre se visibilize, pelo menos ele é um sujeito ético.

Com uma *conotação político-econômica*, hoje se empregam, em relação ao neoliberalismo, as expressões de “massa sobrança”, “massa dos oprimidos” para indicar as multidões excluídas do mercado.

O termo massa vem freqüentemente associado ao de cultura. É o caso da “*cultura de massa*”⁵. Na verdade, é mais uma “cultura para as massas”, embora elaborada, não raramente, por uma elite especializada. Há enorme ambivalência. De um lado, revela a face democrática e popular da modernidade. O nível de acesso aos veículos de cultura de massa cresceu. Só assim ela é possível, ao superar elitismos e exclusões. Cumpre papel integrador. No entanto, padece dos riscos da manipulação por parte dos detentores dos meios de comunicação, que geram uma indústria cultural segundo os interesses do capital, à custa da homogeneização e até mesmo da destruição de culturas tradicionais de povos e grupos humanos.

As CEBs sentiram na carne o impacto dessa cultura de massa, dificultando-lhes a vida, ao disputarem o tempo com programas televisivos que exercem papel sedutor maior que as motivações dos seus membros.

LEVANTAMENTO DA QUESTÃO PARA AS CEBs

O simples detalhar o conceito de massa serviu para levantar uma série de pro-

blemas que afetam evidentemente não só as CEBs, mas que serão enfocados aqui principalmente a partir delas.

As CEBs se perguntam porque algumas igrejas neopentecostais conseguem atingir as massas e elas não. Será que não estão a falhar em sua pastoral de massa? No fundo, é toda a Igreja católica que tem dificuldade de falar a essas massas, sobretudo populares.

Embora as pesquisas do Projeto Pastoral Construir a Esperança tenham sido feitas em Belo Horizonte, talvez se possa pensar que valem, pelo menos, para as grandes cidades⁶. Nelas, constatou-se que os dois segmentos sociais extremos da sociedade, a grande massa dos mais pobres e os mais ricos, não freqüentam a igreja.

Como entender esse fato de que as camadas mais pobres, ausentes de nossas igrejas, se tornam cada dia a presa mais fácil das igrejas neopentecostais e autônomas?

DIFICULDADES DE AS CEBs ATINGIREM AS MASSAS

A situação sociocultural em que vivem atualmente as massas populares afasta-as, de um lado, da tradição católica de que vieram e, de outro, deixa nelas um gancho espiritual, no qual as igrejas neopentecostais engatam seu projeto pastoral.

Elas migraram do campo. A urbanização do Brasil em proporções gigantescas é relativamente recente. As pessoas perderam suas raízes culturais religiosas, mas mantiveram a saudade do religioso, o resto de sede de um passado piedoso. Por conseguinte, ser-massa, em nosso contexto,

5 Regina Novaes, *Cultura de Massa*, in op. cit.: 68-80.

6 Arquidiocese de Belo Horizonte, *Religião na Grande BH*, Belo Horizonte, Projeto “Construir a Esperança”, 1991.

tem muito a ver com o desenraizamento de tradições populares religiosas do interior.

O fato de perder as raízes religiosas não significa necessariamente secularização do horizonte mais profundo da vida, como se pensou na década de 70. Desapareceu, sim, a referência visível da igreja matriz, do vigário, de certas festas religiosas, do ambiente sagrado que norteava o desenrolar da vida das pequenas cidades.

No entanto, permaneceu um inconsciente religioso em que residem as possibilidades de um trabalho religioso com as massas. Cada vez mais nos espantamos da força hercúlea do imaginário sagrado. Não estamos a ver o ressurgir religioso na Rússia com as igrejas cheias, depois de 70 anos do martelar de um ateísmo militante e violento sobre os corações e mentes do povo? Em sociedades cridas e julgadas supersecularizadas da Europa, não se assiste a um florir do sagrado?

Tanto é mais espantosa essa reviviscência quanto, no caso do Brasil, a terrível situação econômica absorve praticamente todas as energias psicossomáticas das pessoas, sobretudo das mais pobres, dificultando-lhes um mais-tempo e uma mais-energia para as exigências da prática religiosa. Onde elas encontram tempo e energia para frequentar os cultos neopentecostais?

As duas situações — perda dos referenciais religiosos do interior e o peso sufocador da condição socioeconômica das megalópoles — não conseguem explicar o paradoxo de que as massas tenham dificuldade de criar comunidade com suas exigências — problema de ser CEB —, mas estejam disponíveis para embalos religiosos: frequência às igrejas neopentecostais.

No Brasil, as massas, mesmo que não se identifiquem com os excluídos, são constituídas em sua imensa maioria por eles. Por isso, o problema das massas vincula-se fortemente à situação social. E todo

trabalho com as massas em vista de sua organização esbarra com a oposição dos setores conservadores da sociedade e do Estado a serviço deles.

Acrescente-se que, no final do dia e nos dias livres, as poucas energias restantes são ocupadas pela mídia, que consegue arrancar as pessoas da sua dolorosa realidade e transportá-las para o mundo imaginário dos sonhos. Cumpre, sob o prisma psicológico, tarefa terapêutica de alívio e, sob o prisma social, aliena-as de qualquer solicitação mais exigente.

COMO TRABALHAR COM AS MASSAS NESTA SITUAÇÃO

O desafio da pastoral é atingir estas massas. Nada como aprender da realidade. No momento, as massas são eficientemente trabalhadas pela “cultura de massa” e pelo neopentecostalismo. A “cultura de massa” caracteriza-se precisamente por ser elaborada para responder às demandas das massas. Veiculada pelos meios de comunicação de massa, rádio e TV, e, em crescente expansão, pelos videocassetes, ela constrói-se sobre os pilares da violência, do fantasioso, do sensacional, do sexo, da criação de sonhos de riqueza por meio de prêmios, sorteios etc. No fundo, arranca o telespectador da dureza de sua realidade e projeta-o no mundo imaginário dos desejos, dos sonhos. Para isso, a pessoa não precisa mover-se de sua cadeira, mas basta simplesmente deixar a fantasia passear pelos horizontes coloridos ou ensangüentados das cenas exibidas nas telas.

A religião só atingirá as massas por intermédio do simbólico e do terapêutico. Aí está a razão do sucesso do trabalho do neopentecostalismo e de outras formas religiosas junto a elas.

Com efeito, o milagre, a cura física e psíquica, o maravilhoso sagrado, as apari-

ções, as realidades paranormais, o demoníaco, os transe, os contatos extraordinários com o divino fascinam as pessoas e as arrancam de sua situação-massa, conduzindo-as aos templos, às peregrinações, aos lugares sagrados ou fazem-nas ligar-se a programas de TV e de rádio que giram em torno de tais realidades. Nesse sentido, as igrejas ou tendências eclesiais que exploram este campo religioso têm conseguido falar e arrebatá-las de maneira indiscriminada e para além das próprias classes sociais.

Lições e interrogações sobre tal realidade

Este trabalho de massa ensina-nos várias lições. Há um trabalho que procura influenciá-la, sem, contudo, preocupar-se com sua organização, deixando-a na condição de massa. Faz-se dela simples consumidora dos bens simbólicos que lhe são oferecidos. Em termos de *marketing*, tal tipo de proposta religiosa garante alto *ibope* com todas as conseqüentes vantagens comerciais. Em termos religiosos, há uma veiculação de determinados valores religiosos na linha de uma salvação individual e melhoria da situação pessoal na terra, embora vividos em situação de massa. Isso vem sendo feito intensamente pelas igrejas neopentecostais e autônomas. Se quisermos contentar-nos unicamente com essa presença simbólica, a solução é enveredar-nos pelo mesmo caminho, usando os mesmos meios.

Entretanto, levanta-se-nos uma questão ético-teológica. A Palavra de Deus pode ser proposta sob a forma de sedução, de manipulação, de impacto sobre o inconsciente das pessoas?

Problema complexo. Não se resolve com sim ou não. Sem dúvida, toda pregação da Palavra de Deus que se aproximas-se de qualquer processo de "lavagem cerebral" ou de inculcação subliminar, impon-

do-se à liberdade e decisão da pessoa, não condiria com o sentido do anúncio do Evangelho de Jesus Cristo. A resposta à Palavra de Deus chama-se "conversão" e esta só é veraz na liberdade e consciência.

As pessoas podem estar vivendo uma experiência de massa. No entanto, a Palavra de Deus deve ser-lhes dirigida em sua singularidade e individualidade. Não há conversão de massa, mas de pessoas no meio de uma massa. Evidentemente, os processos individuais não se fazem isoladamente. O ambiente pode favorecê-los ou dificultá-los. Desta forma, pode-se perguntar pela validade pastoral de criar ambientes de massa-acontecimento propícios a que indivíduos sejam tocados pela graça e se convertam. Nesse sentido, seria necessário que a mensagem proposta tivesse, ao mesmo tempo, de maneira indubitável, tanto o caráter orientado à sensibilidade de massa, com todos os seus reclamos próprios, como também uma clara exigência de conversão cristã em termos de fé e prática pessoal.

Em muitos acontecimentos neopentecostais, faz-se explícito apelo à conversão, mas reduz-se ao plano emocional subjetivo ou a práticas que não impliquem realmente uma mudança de opção fundamental de vida em vista da caridade fraterna, do serviço ao irmão, do compromisso social.

As CEBs, ao encarreirarem energias pastorais para o trabalho com as massas, nunca poderão esconder sua característica determinante da profunda articulação da fé com o compromisso social. Podem aprender, sim, recursos que facilitem a comunicação com as massas de acordo com a psicologia que preside tais encontros, sem, porém, abrir mão de sua especificidade libertadora.

Alguns aspectos do trabalho de massa nas diferentes faixas etárias

A pastoral de massa das CEBs pode ser pensada a partir das diferentes faixas

etárias. Emergem então problemas específicos. Pois, conforme as idades, o trabalho de massa varia.

As crianças são atingidas normalmente pela estrutura familiar, pela escola e, cada vez mais, pela mídia. O trabalho de catequese paroquial na Igreja católica consegue ainda algum sucesso até a primeira Eucaristia e a Confirmação. São as duas estruturas de um trabalho massivo com as crianças. Esporadicamente algum evento maior pode agrupar massa de crianças. Observando os programas infantis da TV, podemos ter uma idéia de como a mídia sensibiliza as crianças. Elas vivem do simbólico, do sonho, do afeto. Fora dessas telas, não são atingidas. Pode-se perguntar até onde as CEBs se preocuparam com esse mundo infantil e usaram os recursos próprios dele, cada vez mais influenciado pelo imaginário dos programas televisivos.

O jovem, por sua vez, que abandona as igrejas cada vez mais cedo, se motiva principalmente pelos festivais, pela música, pela vivência em grupos etários e pela busca de aventuras, sexuais e/ou violentas. A maneira clássica da pastoral da juventude tem sido os grupos. Estes falam aos jovens, mas desde que a experiência e o conteúdo deles respondam aos interesses do momento. Houve forte deslocamento do aspecto militante e empenhativo para o lúdico, prazeroso e também espiritual. O trabalho de massa com os jovens só consegue sucesso se eles percebem, na atividade em questão, a dimensão de prazer, de festa, de agradável convivência afetiva momentânea.

As CEBs, nos momentos mais duros de luta política, abriram pouco espaço para essa dimensão prazerosa da vida. Enquanto os jovens ainda eram muito atraídos pela dimensão de compromisso, participaram das CEBs. Mas, no momento atual, faz-se necessário criar ambientes mais leves, espirituais e gratificantes afetivamente. O

próprio compromisso, que se carregara, em décadas anteriores, de aura de heroísmo, de seriedade e risco, só atrairá a nova geração à medida que mostrar sua face de realização humana, pessoal.

Os adultos na faixa dos 30 e 50 anos têm-se mostrado mais arredios à participação na vida comunitária eclesial. Os movimentos que mobilizavam mais essa faixa etária na década de 70 minguam nos dias de hoje. Um tipo de pastoral de pequenos grupos de oração e de experiência cristã tem tido certo sucesso.

Vários fatores psicossociais influenciam as pessoas nessa idade. As exigências familiares e profissionais pesam cada dia mais, deixando pouca energia para outras atividades. As práticas eclesiais aparecem muito exigentes, pesadas e supérfluas num final de semana depois de intenso e cansativo trabalho profissional nos outros dias. Não há energia para esse empenho, que fica postergado e substituído pelo lazer, pela casa de campo, pelo clube, pela TV, pelo esporte.

Talvez valha a pena mencionar que a renovação carismática católica tem sido o único fenômeno pastoral e espiritual que tem atingido a massa na faixa etária juvenil e adulta indiscriminadamente.

Breve referência à condição de gênero

A massa de homens e a de mulheres não se comportam igualmente. A mulher é mais condicionada a reagir aos estímulos da casa, ainda que isso tenda a diminuir. O homem aos da rua. A pastoral que exprime um simbólico de casa, como igrejas, templos, rezas domésticas, fala mais à mulher. Aquela que o faz em termos de rua, como as procissões, romarias, ser festeiro, atinge mais os homens.

Entretanto, à medida que a cultura urbana se impõe essas referências perdem força. Em meios mais secularizados e im-

pregnados dos reclamos do movimento feminista, têm-se modificado os apelos religiosos dirigidos à mulher. Em muitos casos, rapazes têm-se mostrado mais abertos às solicitações religiosas do que as moças. Passa por profunda transformação o imaginário dos rapazes e o das moças, de modo que se exige repensar uma pastoral de massa em relação a eles.

Trabalho de criação de comunidade

De natureza bem diferente, é o trabalho com a massa em vista de criar comunidades e promover participação no seu seio. O procedimento pedagógico deve ser outro. As massas por constituição encontram-se numa situação de passividade e da lei do menor esforço. Para sair dela, só a alavanca de estruturas fortes, cogentes e/ou de motivação vigorosa que arraste as pessoas.

Duas estruturas fundamentais da vida humana continuam movendo as massas apesar de serem duramente exigentes: o trabalho e a escola. Todas as manhãs milhões e milhões de pessoas, às vezes com noites maldormidas, levantam-se e dirigem-se ao lugar de seu trabalho. E batalham para conseguir um trabalho, quando não o têm. Esta estrutura lhes garante a sobrevivência própria e a da família.

A escola faz o mesmo com a infância e juventude. Não deixa de ser impressionante ver não somente as crianças e jovens levantando-se cedo para rumarem para as aulas, mas sobretudo pessoas cansadas depois de duro trabalho durante o dia ainda encontrarem energias para estudar à noite. É a força da promessa de melhor futuro econômico.

É verdade que algumas estruturas religiosas e de lazer, embora de modo mais espaçado, mobilizam multidões. Conseguem encher estádios para celebrações, festivais, jogos.

O segredo de todo trabalho de massa é descobrir quais as estruturas que conseguem arrancar as pessoas de sua inércia. Quanto mais as igrejas encontrarem tais estruturas, respondendo a interesses e desejos diversificados das massas, tanto mais as atingirão. Os católicos conhecem as procissões, peregrinações, romarias, grandes celebrações em estádios etc.

Talvez o que nos cause mal-estar é ter ainda no inconsciente o modelo de Cristandade em que as estruturas religiosas tinham a mesma força que as do trabalho para moverem as massas. Na sociedade moderna, essas estruturas perderam seu poder constringente. E nem é de desejar que o recuperem, mesmo que fosse possível. Portanto, a presença da religião nas massas se fará cada vez mais pela proposta livre de valores, pelas ofertas de experiências religiosas que as pessoas, em sua liberdade, vivenciarão ou não.

O trabalho de formação de comunidade, algo constante e exigente, nunca será para massas. As comunidades poderão multiplicar-se, mas sempre continuarão minorias. Sua influência na massa se faz pelo contágio, pela força do fermento, que não transforma a massa em fermento, mas a leveda e faz crescer desde suas próprias potencialidades. Ser-comunidade depende de grau maior de exigências que ultrapassam a capacidade psicoenergética das massas. Mas a massa pode sofrer o influxo positivo da comunidade, sem deixar de ser massa. Simplesmente sobe de patamar qualitativo pela irradiação da presença da comunidade e de estruturas mais amplas religiosas que se criem.

Por isso, quem se dedica ao trabalho de construir comunidade deve contar com crescimento lento a fim de suscitar motivação forte para que as pessoas tenham energia para deslocarem-se de sua inércia até as reuniões de comunidade. E também deve saber que a influência da comunida-

de sobre a massa se faz de modo quase imperceptível e a longo prazo.

O trabalho de criar comunidade desenvolve-se, quase sempre, de uma experiência inicial em torno da qual as pessoas se reúnem: visitas de algum líder ou agente de pastoral, celebrações da Palavra ou da Eucaristia, encontro de oração, novenas, círculos bíblicos, luta reivindicativa ou construtiva etc. A organização do povo depende, portanto, da força motivadora e agregadora dessas experiências e de quem as conduz. E, entre todas as motivações, a mais forte para criar comunidade é a comunhão nas necessidades básicas materiais e espirituais. Por isso, a partir das exigências da sobrevivência material, psíquica e espiritual pode-se atingir as massas e organizar grupos de vida e de luta, de oração e de lazer, de realismo e de esperança.

No entanto, as necessidades imediatas, diárias, urgentes trazem o risco de os grupos se fecharem em si mesmos e se isolarem das massas e de outros grupos. A informática, que pouco a pouco também vai entrando nesse mundo da luta popular, poderá, no entanto, ajudar a vencer este perigo, interligando as comunidades e grupos em rede, potencializando-lhes a presença e o alcance de atuação sobre as massas. O horizonte da informática não é somente promissor para as forças do capital, mas também pode transformar-se em arma poderosa dos mais fracos, de suas comunidades visando atingir cada vez mais pessoas.

CONCLUSÃO

A pastoral de massa volta à ribalta. A Igreja da Contra-reforma cultivara-a com sucesso. As missões populares, as cruzadas pelo Mundo Melhor, movimentos marianos tiveram extraordinário êxito até os anos do Concílio Vaticano II. Depois entrou-se numa fase do cultivo de grupos menores e da implantação de maiores exigências até mesmo para os sacramentos, antes conferidos massivamente. Entrou-se na era dos cursos: de batismo para pais e padrinhos, de crisma, de noivos etc. As liturgias tornaram-se mais participativas com o uso da língua vernácula, com a introdução de novos ritos, com os espaços para novidades criativas segundo as comunidades. A dimensão de compromisso acentuou ainda mais a dimensão de minoria. "Crer é comprometer-se"⁷.

A década de 90 trouxe de volta o fenômeno religioso de massa. Já não estamos em tempos de Cristandade nem de Contra-reforma, mas da Internet, da "cultura de massa". É nesse novo contexto, portanto, que se impõe repensar a pastoral. E o Intereclesial o fez desde a perspectiva das CEBs. Recolhemos aqui, de modo preliminar, algumas das preocupações que vêm rondando as nossas CEBs. Resta-nos ainda longo caminho, evitando os dois extremos do recuo à tentação aos tempos de Cristandade e Contra-reforma e do fechamento numa obsessão de minoria comunitária. Só uma articulação correta entre essas duas dimensões da pastoral estará à altura do momento atual.

7 J. M. Gonzalez Ruiz, *Creer es comprometerse*, Barcelona, Fontanella, 1970.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O autor distingue alguns aspectos fundamentais do próprio significado do conceito de massa. Essa distinção ficou clara para você? Aprofunde esta questão com reflexões e comentários na Comunidade.

2. A partir de uma leitura analítica do artigo, procure identificar aquelas questões que você julga serem de maior importância para a missão da Vida Religiosa em relação com as massas no momento atual. Discuta essas questões com a comunidade.

3. "As CEBs — diz o autor —, ao encarregar energias pastorais para o trabalho com as massas, nunca poderão esconder sua característica determinante da profunda articulação da fé com o compromisso social. Podem aprender, sim, recursos que facilitem a comunicação com as massas de acordo com a psicologia que preside tais encontros, sem, porém, abrir mão de sua especificidade libertadora". Reflita pessoalmente e em comunidade sobre o que isso significa em termos de evangelização e de prática pastoral para as CEBs e para a Igreja de modo geral?

SANTA TERESA DE JESUS E A AFETIVIDADE

A AMIZADE NO "CAMINHO DE PERFEIÇÃO"

Ir. Maria Elizabeth da Trindade, OCD
Carmelo de São José, Passos - MG

Por medo de supostos desvios se enterrou um talento precioso na vivência da consagração religiosa, a amizade.

1. AFETIVIDADE — QUE É?

Etimologicamente a palavra AFETIVIDADE vem de AFFECTUS: TOCADO, e poderia ser definida como a relação que estabelecemos com o mundo, a peculiaridade como somos "tocados" pela realidade que nos cerca; nossa experiência e reação diante do mundo.

Por envolver relações torna-se uma realidade ampla e abrange todo o contexto da pessoa, interno e externo. Nossos afetos são vínculos que nos ligam a nós mesmos, aos outros, ao ambiente, ao mundo, a Deus.

Apenas como referência analisemos os seguintes níveis da afetividade humana:

1.1. Corporal

Somos um corpo com desejos, que busca o prazer, a satisfação de suas necessidades, a felicidade; um corpo que sofre e foge da dor e da infelicidade, vivendo momentos

de solidão e comunicação, de encontros e desencontros, de êxitos, angústias e derrotas. Não somos seres incorpóreos, mas organismos vivos, sentindo fisicamente todo um complexo de reações corporais diante de tudo o que experimentamos e vivenciamos. É no corpo e com o corpo que experimentamos os vários estados emocionais. Respondemos com o nosso corpo a tudo que percebemos. Assim, o nosso coração pode bater mais rápido, a respiração ficar alterada, os músculos, órgãos e todo o nosso organismo reagir conforme as emoções que vivenciamos em determinado momento.

Os impulsionadores e condutores dessas reações emocionais são o sistema nervoso e endócrino. Os hormônios também exercem influência mais indireta e constante sobre a afetividade, podendo ser estimulantes ou depressores. Nossos estados afetivos também são influenciados pela saúde, alimentação, medicamentos, cansaço e tudo que altera nosso organismo.

1.2. Relacional

O corpo não é o mais importante na constituição de nossa afetividade. É no relacionamento com o outro que ela adquire sua fisionomia, sendo trabalhada a partir deste confronto.

É dos pais que herdamos a base inicial e peculiar de nosso modo de ser afetivos. É na relação entre a criança e a mãe que começa o aprendizado ao desabrochar dos sentimentos. Com o crescimento e o desenvolvimento, a pessoa vai aprendendo as diversas formas de expressar suas emoções e sentimentos. Paralelamente também aprende, segundo o ambiente e cultura, a manifestar certas reações emocionais e a reprimir outras.

Assim como a água de uma usina hidrelétrica, geradora de luz e vida, pode ser fonte de morte e destruição quando acontece uma explosão da represa, também a afetividade, esta força propulsora da vida humana, quando não orientada, pode destruir a pessoa por dentro, prejudicar o relacionamento com os outros e se tornar sinal de doença e desequilíbrio para si e para a comunidade. Para que a afetividade seja verdadeiramente vida, é preciso cultivo, um clima adequado de calor, para que o coração humano possa se abrir aos vários níveis de amor, desde o filial, fraterno, de amizade, até o espiritual — de oblatividade.

1.3. Transcendental

É o nível das relações com o transcendente, o grande Outro, numa perspectiva teológica. É o ponto culminante da afetividade humana, porque Deus se deixou “marcar” profundamente pela humanidade, na qual entranhou-se ao se fazer Homem, convidando o homem a relacionar-se consigo mesmo.

O mistério da Santíssima Trindade expressa essa dimensão afetiva de um Deus “marcado” como Pai, como Filho e como Espírito Santo, com relações afetivas perfeitas, inteiramente abertas em si como Trindade de Pessoas, e fora de si, no amor

à criação. O mistério trinitário é o mistério de afeição eterna de Deus, que é amor-oblatividade.

É no relacionamento aberto e profundo com Deus que o ser humano vai encontrando maiores recursos para desenvolver sua maturidade afetiva. Tal relacionamento é também o ponto de referência das suas relações interpessoais, ou seja, se a pessoa vive uma relação profunda e aberta com Deus deverá também viver uma relação profunda e autêntica com os irmãos. Aqui tornamos presentes as palavras do Apóstolo João: “Se alguém disser: amo a Deus, mas odeia o seu irmão, é um mentiroso” (1Jo 4,20). E Edward Schillebeeckx comenta:

“Deus é o sentido profundo da nossa existência. Nós só O atingimos nas e pelas nossas relações no interior do mundo e, em primeiro lugar, nas e pelas relações interpessoais. No amor do próximo está presente Deus, o Terceiro transcendente”¹.

2. VIDA CONSAGRADA E A AFETIVIDADE

Por muito tempo na Vida Religiosa e em certos meios eclesiais se viu com desconfiança e até de modo negativo, nocivo as manifestações afetivas. Via-se em tais manifestações uma contraposição à racionalidade. Como se toda a pessoa se resumisse ao raciocínio. Hoje já existe maior abertura e diálogo e, até mesmo, uma sincera busca de conhecimento e integração neste aspecto de nossas vidas. Mas infelizmente ainda há preconceitos e repressões carregadas de desconfiança quanto a manifestações afetuosas na Vida Consagrada atual, numa postura moralizante e pessimista.

1 SCHILLEBEECKX, Edward. *Deus e o homem*. São Paulo, Paulinas, 1969, 100-101.

a
-
U
n
e
su
r
e
v
o
n
c

Sabemos que a consagração abrange toda a pessoa: corpo e alma; e não só a "alma". E é nesta totalidade que a pessoa se realiza e trabalha para a realização do outro. Por isso é importante, além dos cuidados de ordem espiritual e intelectual, que se dê a devida atenção ao desenvolvimento humano e principalmente à afetividade, pois é ela que possibilita o seguimento radical de Jesus Cristo na dedicação ao Reino. É por meio dela que a pessoa consagrada coloca à disposição do Reino suas possibilidades pessoais de amar e de servir.

A consagração religiosa, vista anteriormente como um "não", como renúncia, ascese, solidão, é hoje resgatada como um "sim" à vida, à fecundidade, à amizade, à sexualidade, ao amor.

O religioso é alguém marcado pelo masculino e a religiosa é alguém marcada pelo feminino. Não são seres "neutros", que negam sua sexualidade, aparentando neutralidade e esterilidade, como no passado se apregou como modelo para a Vida Consagrada. A renúncia a constituir uma família não significa renúncia ao amor, mas uma atitude que visa maior disponibilidade para um amor não exclusivo nem limitado. É um amor que se caracteriza por uma doação sem reservas, para além de antipatias e simpatias; um amor vivido com todo nosso potencial de vida a serviço da vida, tanto na comunidade como no serviço apostólico: um amor universal que atinja todo o criado, mas com características e expressões muito concretas. É a este amor que Deus convida os consagrados a viver e promover na relação com as pessoas.

É o sentir-se amado por Deus que dá sentido à própria vida. Este amor se expressa de forma afetiva, pois Deus se faz sentir à pessoa consagrada de várias formas durante sua vida. Esta experiência de Deus vai inspirando, fortalecendo e despertando sentimentos os mais variados: é

o Deus de amor que fascina e encanta, que seduz e inspira temor e tremor. Emoções de amor e medo, sentimentos filiais e fraternos estão presentes na experiência religiosa. É na oração pessoal e comunitária que a pessoa consagrada vai experimentando de maneira afetiva esta presença de Deus. Esta experiência, por sua vez, se torna fonte de integração para a afetividade consagrada.

A convivência comunitária harmoniosa é uma conquista, é algo de que sempre se é aprendiz. Para atingir uma comunhão comunitária, é preciso um trabalho sério de construção de pessoas, em que cada um descobre a si e ao outro. A experiência e a aceitação de si é a base para uma pessoa consagrada ser vibrante com a vida e ser, também, expressão da gratuidade e do dom. Também vai dar condições para criar laços afetivos e se comunicar com o outro em profundidade, estabelecendo relações interpessoais. Esta relação com o outro se expressa de forma afetivamente madura por meio do trabalho e ganha sentido e integração na experiência de Deus.

O homem não pode caminhar solitário. Ele tem necessidade de um clima de calor familiar comunitário, em que se busca a unidade, respeitando a diversidade de pessoas, no qual haja acolhimento, estima, valorização da pessoa — de seus dons e modo de ser —, e ela sinta que pode participar da vida e atividade da comunidade e que sua colaboração é importante e valorizada.

Numa comunidade religiosa existe um carisma e ideal congregacional como ponto de unidade comunitário. Se as pessoas são o centro e o valor mais importante, e são respeitadas as diferenças individuais de cada um, o clima comunitário é de unidade na diversidade. Importante também é que os afetos possam circular de maneira madura e criativa e se cultive de modo sadio a maternidade ou paternidade espirituais e um verdadeiro amor de amizade.

A maternidade/paternidade espiritual é algo que faz parte da vida do religioso, pois este é chamado a gerar pessoas para a vida, cuidando, amando e promovendo o outro. É uma dimensão essencial à maturidade afetiva humana, e esta somente acontece quando os outros tipos de amor são consolidados.

O amor de amizade é um verdadeiro suporte para uma consagração total. No passado a visão era bem outra, mas hoje a própria Igreja vem mostrar que “a capacidade de criar e manter relações pessoais válidas é um sinal de um celibato bem assumido”, como reza o documento da Sagrada Consagração para a Educação Cristã “Orientações educativas sobre o celibato eclesial” (1974-1976). Vemos que existe um vínculo estreito entre amizade e comunidade. Porém este tema será tratado mais amplamente no terceiro capítulo deste trabalho.

3. A AMIZADE NO “CAMINHO DE PERFEIÇÃO”

3.1. A Amizade na Vida Religiosa

Alguém já falou da Vida Religiosa como “sacramento de amizade” para um mundo que apregoa a competição e o egoísmo. E é verdade; pois se os religiosos/as se unem ardorosamente na busca de Deus que os seduziu, se congregam na oração buscando uma profunda comunhão com Ele, nada mais lógico que se ajudem nessa busca, na vivência da verdadeira amizade.

Talvez por influência do maniqueísmo — que desprezava o corpo e suas manifestações como sendo más — ou do jansenismo — que apresentava Deus como juiz implacável a condenar toda forma de benevolência e fonte de prazer —, a amizade na Vida Religiosa encontrou muitos

obstáculos para se manifestar. Por medo dos supostos desvios se enterrou um talento precioso na vivência da consagração religiosa: a amizade. O fato de a pessoa ter entregue toda a sua vida nas mãos de Deus criou a idéia de que o coração do consagrado deveria ficar “vazio” de todo afeto; pois este coração foi entregue, “como numa caixinha lacrada”, a Deus. Assim se bania a possibilidade de vivência de uma amizade entre os religiosos e, mais ainda, fora da comunidade. Esta idéia infelizmente ainda está presente, com maior ou menor intensidade, em muitas comunidades religiosas. Contudo, se analisamos a vida dos grandes santos da Igreja, ou a vida do próprio fundador da Igreja, Jesus Cristo, vemos outra realidade bem diferente.

3.1.1. Amizade — aspectos teológicos

Na Vida Religiosa a amizade começa no amor por Deus e pelo Reino; vai crescendo e amadurecendo e se expressando concretamente em forma de ternura. Ternura que, longe de se tornar um “perigo”, é fonte de integração da afetividade, uma expressão concreta do amor de Deus pelo outro e suporte para a consagração total.

Jesus é e sempre será o modelo para toda pessoa consagrada, também no que diz respeito à amizade. Dizer-se religioso, consagrado, alguém que “segue a Jesus” mas não descobre na vida do Mestre os admiráveis exemplos de amizade que nos deixou é mutilar a mensagem do Evangelho. Jesus vivia uma intensa amizade com os apóstolos (cf. Jo 15,15). A Pedro Jesus perguntou se O amava três vezes e não condenou Sua preferência pelos três íntimos: Pedro, Tiago e João, levando-os a participar de momentos solenes de Sua vida, tais como a Transfiguração e o Getsêmani. A Palavra de Deus é clara ao dizer que Jesus amava Lázaro, Marta e Maria; e era entre os amigos de Betânia que Jesus achava seu repouso e se sentia à

vontade. João, na Última Ceia, é encontrado a reclinar a cabeça no peito do Mestre e não se intimida ao se chamar “o discípulos que Jesus amava”.

“Assumindo a natureza humana inteira, Jesus Cristo assumiu também a afetividade — infra-estrutura psicológica da amizade —, tornando-a, desse modo, um valor teândrico. Valor paradigmático para todo ser humano, homem ou mulher”².

3.1.2. Aspectos psicológicos e ascéticos

O homem é essencialmente um ser “dialogal”, aberto à comunhão. Portanto, ser homem significa viver uma relação eu-tu com alguém. Como bem mostra Viktor Frankl ao definir o amor:

*“Amar significa poder dizer tu a alguém. E não significa apenas poder dizer tu a uma pessoa, mas ainda dizer sim a ela: portanto, não somente ocupar-se dela em sua essência, em sua singularidade e unicidade, mas ainda reconhecê-la em seu valor intrínseco”*³.

Para esta relação de amor-amizade são necessários alguns requisitos, tais como: a confiança, o conhecimento mútuo, a fidelidade e a gratuidade, entre outros.

Para um relacionamento maduro numa amizade é necessária também uma certa ascese. Podemos dizer que os consagrados levam vantagem sobre as demais pessoas na vivência de uma amizade profunda. O fato de conhecerem e amarem a Deus “com todo o coração e com toda a alma” torna-os livres para amar os irmãos, pois foi este o testamento deixado pelo Mestre. A vida de oração e o autoconhecimento contribuem sobremodo para este empenho, pois

leva a pessoa a conhecer os próprios limites e fraquezas que aos poucos vão sendo integrados pelo confronto com a pessoa amiga. Papel importantíssimo exerce neste aspecto o confronto homem-mulher na Vida Religiosa. Aí entra a castidade imprimindo no consagrado a capacidade de estabelecer relações maduras com outras pessoas, tanto homens como mulheres, pois, como vimos anteriormente, a castidade só é possível pelo cultivo do amor e da amizade.

A amizade “ad extra”, ou seja, com pessoas que não pertencem à comunidade, pode se tornar um enriquecimento incomparável para esta, desde que, como vimos, sirva para ajudar a pessoa consagrada a ser mais amiga das outras pessoas da mesma comunidade e colocar seus dons a serviço de seus irmãos.

De modo geral certa maturidade afetiva torna-se necessária na vivência de amizade tanto “ad intra” quanto “ad extra”, como entre pessoas de sexos diferentes. É sempre “um tesouro que trazemos em vaso de barro”. No entanto, a capacidade e o empenho em vivê-la é sinal de plenitude e maturidade.

3.2. Teresa de Jesus — A mulher das grandes amizades

Santa Teresa de Jesus nasceu em Ávila, Espanha, em 1515, numa época marcada por transformações profundas, quer no campo social e econômico, quer no religioso. Mulher de rara perspicácia, possui grande sensibilidade que, ao longo de sua vida de intimidade com Deus, vai sendo purificada e direcionada em vista de ideais mais elevados. Deus confiou a esta mulher singular a importante obra da renovação

2 MOHANA, João. “A vida afetiva dos que não se casam”. São Paulo, Loyola, 1995, 62. Almeida, Dalton Barros de, “Afetividade e Vida Religiosa”. Rio de Janeiro, CRB, 1989 (167p.). CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis, Vozes, 1993 (832p.).

3 FRANKL, Viktor E., “Psicoterapia para todos”. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1991.

da Ordem do Carmelo, transformando-a em “fundadora de uma nova Ordem”, e fez dela um luzeiro de vida e magistério espiritual, merecendo-lhe o título de Doutora da Igreja.

Em obediência a seu confessor, Santa Teresa escreveu a sua autobiografia, na qual narra com encantadora franqueza, ao lado do trabalho da graça de Deus, sua caminhada humana, apontando a influência das amizades em sua vida, até desembocar numa experiência profunda de amizade com Deus. É ali que encontramos sua célebre definição de oração como “trato de amizade com quem sabemos que nos ama” (V. 8,5). Santa Teresa foi dotada de uma natureza muito propícia a intercâmbios afetuosos. Ao lado dos encantos exteriores, possuía qualidades relevantes do espírito e do coração, transbordando vida de toda a sua pessoa. Conquistava e deixava-se conquistar, por sua agudeza, engenho, delicadeza, amabilidade e gratidão. Por tudo isto as amizades podiam constituir para ela grande ajuda ou grave perigo. E foram as duas coisas. Após a morte de sua mãe, Teresa, adolescente ainda, se lança apaixonadamente na leitura de romances — “novelas da cavalaria” —, despertando e exaltando sua sensibilidade e vaidade. A presença assídua de uma amiga de idéias levianas influenciou sobremodo o comportamento de Teresa, trazendo preocupação a seu pai. Contudo, a influência afetiva de uma religiosa do colégio das Agostinianas, onde fora internada pelo pai, trouxe Teresa de volta à vida de virtudes e boas disposições interiores. Por causa de uma amiga íntima, a jovem Teresa escolheu o Mosteiro da Encarnação de Ávila para se fazer monja; ali, mais tarde, numa conversa entre amigas, surgiu a idéia de fundar o Convento de São José, primeiro da reforma Teresiana. Por meio da amizade conquistou um mau sacerdote de volta à vida de santidade. Manteve amizades muito ricas e profundas com mulheres e

homens de seu tempo. Essas experiências foram marcando sua espiritualidade, fazendo com que a Santa legasse às pessoas de todas as épocas uma doutrina segura — e sempre atual — sobre a amizade segundo o Coração de Deus.

Foi na tranqüilidade do Mosteiro de São José, de Ávila, passadas as tempestades do início bastante conturbado da fundação que, a pedido de suas filhas espirituais, as irmãs deste mosteiro, Teresa escreveu a obra “Caminho de Perfeição”. Sem dúvida, é o “manual de formação” da Carmelita Descalça. Santa Teresa se propõe tratar neste livro um assunto muito em voga naquela época: a oração. O “como rezar” passa a ser um dos pontos centrais da obra, assim como o tema das virtudes que ocupa cerca da metade do mesmo livro. Daí se depreende a íntima ligação existente entre as duas realidades. Assim nos diz a Santa: *“Pedistes explicações sobre os fundamentos da oração, e não sei de outros senão os das virtudes... sem as virtudes não chegareis à verdadeira contemplação”* (C. 16,1.5). É justamente nesta primeira parte do livro que encontramos o conteúdo mais substancial sobre sua visão a respeito da amizade.

3.2.1. Doutrina teresiana sobre as amizades

É no capítulo VII do “Livro da Vida” que Santa Teresa fala da importância do porquê do cultivo da amizade no início da vida espiritual.

“Eu aconselharia aos que têm oração que, especialmente no princípio, procurem ter amizade e relações com pessoas que se ocupem da mesma coisa. Isso é importantíssimo, pois, além da ajuda mútua nas orações, muito há de lucrar aí!... Porque as coisas do serviço de Deus já andam tão fracas que é necessário, aos que O servem, apoiarem-se mutuamente para irem em frente... pois a caridade aumenta ao

ser transmitida, havendo mil benefícios a ser obtidos, de que eu não falaria se não tivesse grande experiência da enorme importância disso” (V 7,20-22).

Já no livro “Caminho de Perfeição”, Santa Teresa nos deixa uma doutrina sob o ponto de vista prático, revelando-se perita na arte de amar, e psicóloga penetrante para analisar os sentimentos, ajudando-nos a discernir e apreciar as amizades pela qualidade do amor que as inspira. Teresa analisa com maravilhosa profundidade a realidade da vida palpitante e nô-la apresenta tal qual a vê, em todo o seu realismo.

Nos capítulos IV a VII o livro nos apresenta três tipos de amizade: sensível, espiritual-sensível e espiritual. Todos os três procedem de Deus e, portanto, são bons em si, quando vividos em seu contexto próprio. Estão profundamente unidos entre si e em diversos níveis. O valor deles está na harmonia entre si e na direção que tomam em relação ao fim sobrenatural da pessoa que o vive em sua vocação.

a. Amizade sensível

Santa Teresa apenas faz menção deste tipo de afeição, por levar consigo exigências sensuais. É um amor legítimo dentro do matrimônio. Como a Santa escreve para religiosas que se oferecem a Deus pelo voto de castidade e o guardam como a um tesouro, não há espaço para este tipo de afeição puramente sensível. Por isso a Santa o considera “maus amores” e aconselha que suas filhas espirituais fujam dele. E logo aponta o tipo de amor que quer ver em sua comunidade:

“É coisa do inferno. Nunca nos cansaremos de condená-lo. O menor de seus males está fora de todo exagero. Disto, irmãs, não deveis falar, nem pensar que existe no mundo. Nem de brincadeira, nem de verdade, ouvir nem consentir que na vossa presença se trate de semelhantes

afeições. Não presta para coisa alguma e pode prejudicar só de ouvir falar” (C 7,2).

b. Amizade espiritual-sensível

O amor puramente espiritual, conforme a visão de Santa Teresa, é fruto das alturas, portanto é raro. O amor espiritual-sensível é muito mais freqüente, e é o que as pessoas espirituais costumam ter. É uma amizade lícita que se tem entre as irmãs, com os parentes e amigos. É sensível porque se sente e se demonstra alguma ternura e afeição. Neste tipo de amizade há a compaixão por algumas tribulações e enfermidades do outro, mesmo parecendo pequenas. É espiritual porque se quer que o amigo cresça na busca da santidade e de tudo que representa a vontade de Deus. Na mente de Santa Teresa, este amor espiritual-sensível, por meio de purificações, deve conduzir ao amor espiritual, ápice da caminhada de quem busca a Deus como Amor maior.

É um amor que traz consigo seus perigos e dificuldades, por isso é necessário prudência e atenção. Nos capítulos 6 e 7 do “Caminho de Perfeição”, ao lado da referência freqüente à amizade espiritual, a Santa mostra algumas distorções pelas quais pode passar a amizade espiritual-sensível:

1) Por excesso de expressão de carinho, a pessoa pode ficar apenas em palavras de ternura como “minha vida”, “minha alma”, “meu bem” e outras semelhantes. Teresa proíbe que sejam usadas nos mosteiros, e ensina outras formas mais concretas de se provar a amizade, como seja *“fazer o bem a todas, sacrificando-se pelas outras... tirando às irmãs o trabalho, tomando-o para si nos ofícios da casa”*, alegrando-se com o progresso que fazem nas virtudes, rezar umas pelas outras etc., (cf. C 7,8-10).

2) Uma amizade exclusivista, “particular”, não é ordenada a amar mais a Deus, mas incentiva rebeldia contra os superiores

e cria partidos dentro da comunidade. Santa Teresa a descreve como *“não se amarem tanto umas às outras em geral, o sentir o agravo feito à amiga, o desejar ter com que presenteá-la, o buscar tempo para conversar com ela muitas vezes mais para dizer-lhe coisas descabidas e quanto lhe quer bem, que para falar no amor de Deus”* (cf. C 4,6.9). Como “remédio” para este mal a Santa aconselha que tal amizade seja moderada desde o princípio, que as irmãs vivam a solidão com Deus mais fielmente e busquem amar a toda a Comunidade, constituída, na época, por apenas 13 irmãs e mais tarde passando ao número de 21. *“Todas as irmãs devem ser amigas, todas hão de se amar igualmente, todas hão de se querer, todas hão de se ajudar”* (C 4,7). O motivo teológico deste amor também é apresentado: *“Que gente haverá tão grosseira, vivendo na mesma companhia sem outra convivência, outros tratos ou recreações com estranhos, que não tenha mútuo amor? Ainda mais entre nós, pois cremos que Deus ama as nossas irmãs e elas O amam, tendo deixado tudo por Sua Majestade”* (C. 4,10).

3) Advertências sobre desvios afetivos no relacionamento com o confessor ocupam mais de um capítulo do livro (C. 4,13-5,16). Santa Teresa aborda o tema amplamente por ter experimentado este perigo quando ainda vivia no Mosteiro da Encarnação de Ávila, e por conhecer os danos causados a outros (cf. C. 5,1). Por isso ela quis ampla liberdade para suas irmãs buscarem outros confessores quando encontrarem problemas com o confessor habitual.

Este amor de amizade espiritual-sensível pode ser o primeiro passo para se atingir o que a Santa chama de “amizade espiritual”, a ser tratada a seguir.

c. Amizade espiritual

O amor espiritual descrito no “Caminho de Perfeição” é um amor altamente qualificado, dom de Deus para poucos. O

ponto de partida, como também a meta, é o amor de Deus e a consciência do valor das coisas terrenas:

“Quando Deus dá a conhecer claramente a uma pessoa o que é o mundo e quanto vale, e que há outro mundo; a diferença que há entre um e outro, e que um é eterno e o outro um sonho, ou que coisa é amar o Criador ou a criatura, não por fé ou persuasão mas por experiência, o que é muito diferente; quando esta alma vê e prova o que se ganha com um e se perde com o outro, que coisa é o Criador e que coisa é a criatura e muitas outras verdades que o Senhor ensina a quem se deixa instruir por ele na oração, ou a quem apraz a Sua Majestade ensinar, essa pessoa sabe amar muito melhor do que os que ainda não chegaram a essa perfeição” (C. 6,3).

É uma amizade que não se funda nos dons e graças exteriores, como os encantos do corpo, mas vai além, afeiçoando-se ao que é eterno, ou seja, ao “germe de virtudes” que encontra na pessoa.

“Quando as almas perfeitas amam a alguém, desejam ardentemente que o amigo tenha amor a Deus, para ser também amado por ele. Sabem que de outro modo o amor não é durável” (C 6,9).

É um amor gratuito, despojado de interesse. *“É amor sem sombra de interesse próprio. Tudo o que deseja e quer, é ver a pessoa amada rica dos bens do céu... É coisa estranha o amor veemente de uma alma santa! Quantas lágrimas custa! Quantas penitências! Que cuidado de encomendar o amigo às orações de quantos parecem ter valimento junto de Deus! Que desejo contínuo de vê-lo progredir, e que mágoa inconsolável quando assim não acontece!”* (C 7,1).

É uma amizade que encontra em Jesus seu modelo, principalmente no tocante a assumir todos os trabalhos e deixar que os outros, sem trabalhar, recolham os frutos.

"E amizade que lhes custa muito caro: não há diligência que deixem de fazer para aproveitamento da pessoa amada. Mil vidas dariam para lhe obter um pequeno benefício espiritual. Ó precioso amor, que tão fielmente imita o comandante-chefe do amor, Jesus, Nosso Bem!" (C 6,9).

Não há lugar para fingimento nesta amizade; sua base é a verdade, vivida inclusive na correção fraterna:

"Repugna-lhes tratar o amigo com fingimento. Se percebem que toma caminho errado ou comete qualquer falta, logo o advertem. É-lhes impossível proceder de outro modo. Se não vêem emendas, não recorrem a lisonjas, nem dissimulam coisa alguma. É uma situação intolerável! Assim, ou há emenda ou o próprio amigo acaba com a amizade, porque de ambas as partes é contínua guerra". (C. 7,4).

Esta é uma amizade carregada de expressões muito humanas, como sejam a alegria e a solicitude por todas as necessidades do outro, tendo compaixão de suas tribulações e enfermidades, ainda que pareçam pequenas. Sobre esta característica de amizade espiritual Santa Teresa desenvolve todo o parágrafo 6 do capítulo VII do livro. Mais ainda, se analisarmos sua vida e o relacionamento de amizade que manteve com algumas pessoas, mormente Padre Jerônimo Graciano - 1º provincial da então nascente Ordem Carmelita Descalça; Madre Ana de Jesus - priora do

Carmelo na França; Madre Maria de São José - priora do Carmelo de Sevilha; e Irmã Ana de São Bartoloméu - sua enfermeira, veremos Santa Teresa expressando de incontáveis formas este amor espiritual com todas as riquezas divinas e humanas de que é portador. Sua morte nos braços de Irmã Ana de São Bartolomeu, depois de passar horas nesta posição reclinada sobre o coração de sua querida e fiel amiga, é um quadro que mostra como Santa Teresa conservou até o último instante de sua vida uma atitude e uma expressão delicadamente humana.

4. CONCLUSÃO

É sempre difícil concluir algo sobre afetividade-amizade. Dá a impressão de estar tudo pronto, acabado.

E amizade é dinamismo, porque amor é dinamismo, é vida, é crescimento, é impulso para a frente.

Deixar viver, em forma de amizade, a afetividade que pulsa no coração de um consagrado é um desafio. E seremos sempre aprendizes desta escola de amor.

Santa Teresa, em sua obra "Caminho de Perfeição", vem lançar algumas luzes sobre a vivência da amizade, apresentando a amizade espiritual como meta e, paralelamente, como ponto de referência para quem se coloca no caminho da libertadora "arte" de ser e fazer amigos.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como posso viver minha afetividade na Vida Consagrada?
2. Santa Teresa nos apresenta a amizade espiritual como um amor altamente qualificado. Neste contexto de modernida-

de no qual vivemos, em que o egoísmo, a competição e o isolamento vão tomando sempre maior espaço, é possível viver este relacionamento de amizade proposto por Santa Teresa?

A IGREJA E AS OCUPAÇÕES DE TERRA: UMA REFLEXÃO ÉTICO-TEOLÓGICA SOBRE AS OCUPAÇÕES DE TERRA

Pe. Inácio Neutzling, SJ
CEPAT - Curitiba, PR

A propriedade da terra na Constituição Brasileira inviabiliza a reforma agrária, pois a propriedade é erigida num direito sagrado e inalienável.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra nos últimos anos, e especialmente nos últimos meses, emergiu com força no espaço público e, tendo suas ações intensamente divulgadas, tornou-se um ator social importante na política nacional. O MST constituiu-se, assim, gradualmente, no protagonista do debate sobre a reforma agrária, as formas de luta no campo, os novos assentamentos e, especialmente, as ocupações de terra. O MST colocou o tema da reforma agrária no centro das atenções da sociedade brasileira. As pesquisas de opinião pública mostram que a absoluta maioria da população brasileira, hoje, apóia a reforma agrária. No imaginário social da sociedade brasileira torna-se cada vez mais claro que a construção da democracia exige a efetivação imediata da reforma agrária, democratizan-

do o acesso à propriedade da terra. Democratizar o acesso e a propriedade da terra é criar oportunidades de livre iniciativa e de afirmação da cidadania, liberando a sociedade brasileira desse entrave histórico ao aprofundamento da democracia.

A luta pela reforma agrária no Brasil tem tido, por sua vez, na Igreja católica um importante aliado. A preocupação da Igreja católica no Brasil com a questão agrária começa a expressar-se, de modo mais consistente, por uma carta pastoral do bispo de Campanha, MG, Dom Inocência Engellke, de setembro de 1950. Ela resultou de um encontro de 60 párocos, 250 fazendeiros e 270 professoras rurais. Nesse encontro não esteve presente nenhum trabalhador rural, nenhum camponês. A carta pastoral de Dom Inocência é de teor nitidamente conservador. Sintomaticamente, o documento surgiu poucas semanas após o Partido Comunista do Brasil ter lançado um manifesto em favor de uma reforma agrária radical. A ação da Igreja ganhava sentido numa proclamação emblemática: "Antecipai-vos à revolução". O título do documento episcopal esclarece as condições em que a Igreja decidiu aceitar a conveniência da reforma agrária:

8
1
0
E
0
0
1
0
>
E
0
0

“Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”¹.

Desde então a posição da Igreja mudou radicalmente. Cada vez mais ela se colocou ao lado, e junto, dos trabalhadores rurais sem terra. Há muitos estudos e análises da participação da Igreja na luta pela terra². A Igreja, em inúmeros documentos emanados das assembleias gerais dos seus bispos, da Comissão Pastoral da Terra e do Setor Pastoral Social da CNBB³, tem insistido na urgência “de uma política agrícola que garanta a permanência do pequeno agricultor no campo e da execução imediata de uma Reforma Agrária justa, urgente e eficaz”⁴. Quando da promulgação da Constituição de 1988, os bispos brasileiros lamentaram que as esperanças dos trabalhadores rurais e urbanos, “expressas por manifestações e milhares de solicitações populares para efetivar-se a Reforma Agrária”, fossem frustradas ao não conseguirem um texto constitucional “que respondesse a essa urgente e imediata necessidade”. É preciso lembrar que o Congresso Constituinte foi incapaz de levar em consideração as duas emendas populares referentes à reforma agrária que foram subscritas por 1.148.469 brasileiros(as). Para a Igreja a Reforma Agrária é “uma questão de paz, justiça social e garantia da democracia”⁵.

No final do século XX, caminhando rumo ao novo milênio, a questão fundiária é o sinal mais inequívoco do atraso e do poder deste na configuração sociopolítica da sociedade brasileira. O quadro da concentração fundiária no Brasil é vergonhoso e deprimente. O Brasil tem uma das maiores concentrações fundiárias do mundo: apenas 2% dos proprietários rurais possuem 50% das terras com área igual ou superior a mil hectares. Somente 28,3% das terras brasileiras estão produzindo e 62,4% são improdutivas⁶. Certamente aqui está uma das dívidas sociais mais urgentes a ser resgatadas no ano jubilar⁷.

Não obstante, a opinião pública nacional acompanhou perplexa e os(as) cristãos(ãs), estarrecidos(as), leram as manchetes dos jornais no mês de maio último, logo depois da grande marcha dos sem-terra a Brasília. “Igreja condena invasões de terra” era a manchete de primeira página da **Folha de S. Paulo** do dia 24 de maio. O subtítulo dizia que o “presidente da CNBB afirma que ocupações defendidas por líder do MST ‘contrariam a doutrina da Igreja’”. Em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 30 de abril, D. Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, já asseverara que “pessoalmente e como presidente da CNBB, não posso esquecer palavras muito claras da doutrina social, do magistério da

1 A carta pastoral de D. Inocêncio é significativa porque expõe, sem procurar disfarçar, o contexto ideológico, idéias e preocupações que se manterão no centro das inquietações da Igreja nas décadas seguintes, como estas: “os dias confusos em que vivemos”, o êxodo rural e o despovoamento do campo, os efeitos desagregadores da vida na cidade, o perigo do comunismo e a agitação política no campo.

2 Entre outros estudos cf. MARTINS, José de Souza, “Camponeses e Índios na renovação da orientação pastoral da Igreja no Brasil” in: MARTINS, José de Souza, **O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta**, Hucitec, São Paulo, 1994, pp. 95-144.

3 Cf. Setor Pastoral Social - CNBB - 2ª Semana Social Brasileira, **Brasil: Alternativas e Protagonistas. Por uma Sociedade Democrática**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1994, 2ª ed., pp. 67-69.

4 **Igreja: Comunhão e Missão**, Documentos da CNBB no. 40, nº 32 e nº 178.

5 **Exigências Éticas da Ordem Democrática**, Documentos da CNBB nn. 42, 18 e 109.

6 Os dados fazem parte do Atlas Fundiário Brasileiro, lançado pelo Ministério de Política Fundiária. Cf. CEPAT Informa n. 22/1996, p. 4.

7 Resgate das Dívidas Sociais é o tema da 3ª Semana Social Brasileira. Segundo o documento 3ª Semana Social Brasileira. **Rumo ao Novo Milênio. Para Animadores de Semanas Sociais**, Ed. Salesiana Dom Bosco, São Paulo, 1997, p. 20, o resgate da dívida social com os agricultores sem terra significa fazer a reforma agrária que atingiria 4,8 milhões de famílias.

Igreja e do papa João Paulo II em discursos dirigidos aos bispos brasileiros, de posição contrária à invasão de terras". No principal editorial, no domingo, dia 25 de maio, intitulado "A CNBB contra-ataca", **O Estado de S. Paulo** exultava com a posição de D. Lucas: "De repente ouviu-se a voz que faltava há muito tempo" — afirmava o editorial. Para o editorialista, "o presidente da CNBB não desmerece a causa dos sem-terra — como de resto não o fazem os brasileiros bem-intencionados — e de outros desvalidos da sorte. Repudia, porém, os métodos pregados pelo MST, por *contrários à moral cristã e à ordem democrática*". No dia 1º de junho, Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça, ex-senador e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, denunciava que "está em curso um processo de erosão da autoridade. Já invadem terras com dia e hora marcados. Depois das fazendas, passaram a invadir imóveis urbanos. Quanto falta para que invadam automóveis? Isso acaba mal, muito mal". E do alto da sua presumida autoridade jurídica pontificava: "Não nos esqueçamos que a invasão de propriedade é um dos poucos casos em que o Código Civil admite a legalidade da reação da vítima"⁸. D. Amaury Castanho, bispo de Jundiá, reconhece que "em si os 'sem-terra' e o MST são legítimos e têm o direito de pressionar. Não o de invadir propriedades agrícolas ou outras. Não convence a não ser aos tolos afirmar que o MST está 'ocupando' e não 'invadindo'. Ninguém tem o direito de o fazer à margem da lei". Para ele, "*a estratégia das invasões exercida pelo MST certamente é incorreta, antidemocrática e nada bíblica*"⁹.

Ao mesmo tempo fizeram-se ouvir outras vozes, também episcopais. Para D. Tomás Balduino, dominicano como o presidente da CNBB, bispo de Goiás, "qualquer autoridade que age contra as ocupações age contra a história". E peremptório assegura: "Eu apóio as ocupações porque a Igreja tem um compromisso com o povo e a terra desde os anos 80"¹⁰. Por sua vez, para D. Moacyr Grechi, bispo de Rio Branco, no Acre, os trabalhadores rurais sem terra organizados no MST "são o Chiapas do Brasil, já que representam a explosão de uma injustiça profunda que se tornou insuportável"¹¹. Para D. Orlando Dotti, bispo de Vacaria, "o direito de propriedade no Brasil sempre foi tido como sagrado. Acima do direito à fama e à honra. Acima do direito à vida. Nunca se confrontou o direito de propriedade com o direito à propriedade". Para ele "a estratégia de pressão social exercida pelo MST para acelerar a reforma agrária funciona. Mais de 90% dos assentamentos foram feitos em terras 'ocupadas' ou ameaçadas de ocupação pelos sem-terra. Feitos alguns reparos circunstanciais nessa estratégia, ela só deixará de ser correta quando o governo tiver um projeto de reforma agrária global e drástico, como supõe o próprio conceito de reforma agrária"¹².

Toda esta discussão recoloca no debate a questão da propriedade no Ensino Social da Igreja e, mais especificamente, na Teologia Moral Social, da qual faz parte¹³. O objetivo deste artigo é refletir ético-teologicamente sobre a questão da propriedade

8 Folha de S. Paulo 1º-06-97 1-14.

9 Dom Amaury Castanho, "Dentro da lei, sim; na 'marra', não", respondendo à questão: "É válida a ação do MST?", *Contexto Pastoral* ano VII, no. 37, 1997, p. 4; cabe aqui recordar que o próprio decreto que dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado à reforma agrária, pela primeira vez, fala, no artigo 4, em "ocupação" e não mais em "invasão". Os grifos são meus.

10 *O Estado de S. Paulo* 16-06-97 A-15.

11 *II Regno* 8/1997, p..

12 Dom Orlando Dotti, "A pressão social do MST funciona", respondendo à questão: "É válida a ação do MST?", *Contexto Pastoral* ano VII, n. 37, 1997, p. 4.

13 Segundo a *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41g., "a doutrina social da Igreja pertence ao domínio da teologia e especialmente da teologia moral".

a partir da realidade agrária do Brasil no final do século XX rumo ao Terceiro Milênio.

A PROPRIEDADE PRIVADA NA TRADIÇÃO CRISTÃ

Um dos fundamentos do magistério social da Igreja, no que concerne à questão, é a concepção tomasiana de propriedade privada¹⁴. Por isso é importante, ainda que sucintamente, retomar a formulação de Santo Tomás sobre a propriedade.

Para Santo Tomás de Aquino colocam-se duas questões:

1º “Se é *natural* ao homem a posse dos bens exteriores” (Quoad potestatem - Summa Theologiae II-IIae, q. 66, art.1).

2º “Se é *lícito* a alguém possuir alguma coisa como própria” (Quoad usum - ib., art. 2).

Para Tomás de Aquino, “o mais importante (o que é de “direito natural”) é a comunidade de bens. A apropriação privada não se lhe opõe, mas é fruto de uma convenção humana, traduzida logo em direito positivo”¹⁵. Há, portanto, para Tomás de Aquino, “uma subordinação da apropriação privada à comunidade de bens” de tal modo que esta é de direito natural e aquela é só de direito positivo. É nesta perspectiva que vale recordar o que Guillaume d’Auxerre escreve em 1500 na sua *Summa Aurea*: “Omnia esse Communia est justum et bonum sec. ius naturale. Unde aliqua esse propria est de iure naturali

quase *ex permissione* naturae; sed omnia esse communia est de iure naturali quase *ex beneplacito naturae*”¹⁶. Ou seja, para a tradição mais antiga, “é em virtude de um direito universal (*ius gentium*) mas de invenção humana que as coisas são apropriadas, mas, segundo o direito natural, todas as coisas são comuns”¹⁷.

A apropriação privada dos bens é de caráter funcional. Isto é, admite-se a propriedade privada para permitir uma melhor administração, maior paz, ou seja, se ela possibilitar a melhor realização da destinação universal dos bens, a comunidade de bens. O instituto da propriedade privada é legítimo, portanto, *porque e até* quando serve melhor que um outro instituto o senhorio de Deus sobre todos os bens da terra e torna possível a disponibilidade destes bens para todos as pessoas da terra. Enfim, o homem tem o poder de gestão e de disposição dos bens da terra. É o que Tomás de Aquino chama de “potestas procurandi et dispensandi” (II, IIae, p. 66, art. 2). Mas quanto ao *uso* dos bens, as coisas não devem ser tidas como próprias, mas como comuns.

Tudo isto fica mais claro quando Santo Tomás, no artigo 7 da IIa. IIae, q. 66, tratando da questão da liceidade do roubo por necessidade, afirma categoricamente que “in necessitate, sunt omnia communia”. Aqui o raciocínio de Tomás é progressivo:

a) Aquilo que alguém tem superabundantemente é, por direito natural, e não só por dever de caridade, devido ao sustento dos pobres;

14 Veja o interessante artigo CAMPANINI, Giorgio, “Il problema della proprietà privata. Tommaso d’Aquino nella dottrina sociale cristiana”, *Rivista di Teologia Morale* 24/1992, pp. 194-195.

15 CAMACHO, Ildelfonso, “A doutrina sobre a propriedade privada: história e presente”, *Perspectiva Teológica* 50 (1988) p. 38.

16 “Segundo o direito natural, é justo e bom ser tudo em comum. Daí segue-se que é quase uma concessão do direito natural algo ser próprio. Mas, segundo o mesmo direito, é quase um beneplácito da natureza todas as coisas serem comuns” - cit. em SOUSBERGUE, L. de, “Propriété de droit naturel: thèse néoscholastique et tradition scolastique”, *Nouvelle Revue Théologique* 72 (1950) p. 548.

17 SOUSBERGUE, L. de, art. cit. p. 583.

b) Uma vez estabelecido isto, o pobre, em estado de necessidade urgente e evidente, pode, por sua própria iniciativa, tomar aquilo que ele necessita. Isto não é furto, porque o necessário lhe é devido. Pois, segundo Santo Tomás, “se a necessidade for de tal modo evidente e imperiosa que seja indubitável o dever de obviá-la com as coisas ao nosso alcance (...) então podemos licitamente satisfazer à nossa necessidade com as coisas alheias, apode-rando-nos delas manifesta ou oculta-mente”(cf. II, IIae, q. 66, art. 7)¹⁸.

Enfim, em toda quaestio 66 da Summa Theologiae aparece claramente a doutrina evangélica e patrística: “o primeiro dever moral em matéria econômica e de posse-são privada é o dever de fazer de tal modo que seja assegurado o direito natural de toda pessoa humana de dispor dos bens suficientes para a sua vida. Assim o dever de não roubar nasce como caso parti-cular deste dever, isto é, para assegurar uma distribuição pacífica dos bens terre-nos”¹⁹.

Ou seja, para Santo Tomás, as coisas exteriores são ordenadas à satisfação das necessidades humanas. Assim, a divisão e a apropriação das coisas se destinam a satisfazer às necessidades da pessoa hu-mana. E portanto, as coisas que possuímos além do necessário são devidas, pelo direi-to natural, ao sustento dos pobres.

A doutrina moral dos Padres e de San-to Tomás afirma, antes de tudo, o “jus altum” que limita a propriedade privada. A propriedade nunca é um direito natural.

Ela nasce sempre de uma convenção so-cial, e assim pode ser considerada no má-ximo um direito natural secundário e, como tal, nunca sagrado e inviolável. Mais ain-da: a propriedade privada comporta sem-pre o dever de justiça (e não só o dever de caridade) para com aquele que está na necessidade. “Enquanto há indigentes, aqui-lo que digo ‘meu’ é antes ‘deles’: estes têm um verdadeiro *jus ad rem* que deve prevalecer, moral e juridicamente, sobre o meu *jus in re*”²⁰.

Reafirma-se aqui mais uma vez que o direito positivo não pode opor-se ao direi-to natural de satisfazer às necessidades hu-manas. Mais precisamente, o direito à pro-priedade está subordinado a outro direito mais radical e mais primário: ao uso de todos os bens por parte de todas as pes-soas humanas. Afirma-se aqui o radical direito à vida. A este direito sagrado, o direito de propriedade é subordinado.

A doutrina da propriedade, para a tra-dição cristã, arraigada na Bíblia e no ensi-namento dos Santos Padres, passando por Santo Tomás de Aquino, constitui-se dos seguintes pontos que formam o quadro para a intelecção ético-teológica da proprieda-de privada dos bens:

1 - Os bens da terra têm uma destina-ção universal. Esta é a vontade do Criador. Este é o princípio fundamental e o primei-ro ao qual todos os outros estão subordina-dos.

2 - A propriedade privada se justifica somente e na medida em que ajuda a rea-lização mais eficaz da destinação univer-

18 As recentes declarações de lideranças do MST sobre a ocupação de supermercados pelas populações famin-tas e que causaram tanto escândalo, aliás muito hipócrita, são extremamente tradicionais na teologia moral cristã. Ou seja, o que é visto como chamado à convulsão social é algo que pertence ao mais tradicional da teologia moral. Nas grandes secas do nordeste, por exemplo, a Igreja tem tido muito presente esta tradição teológica quando instada a se pronunciar sobre o saqueio de mercados e armazéns pelas populações atingidas pela seca.

19 CHIAVACCI, Enrico, *Teologia Morale e Vita Economica*, 3/1, Cittadela Editrice, Assis, 1985, p. 44.

20 CHIAVACCI, Enrico, “Dignità umana e etica economica”, *Rivista di Teologia Morale*, 17 (1985) p. 20.

sal dos bens criados. Ela, portanto, nunca é um direito absoluto e inviolável.

3 - O proprietário somente é administrador de bens que pertencem a Deus para o bem dos outros e nunca dono absoluto.

4 - É uma *obrigação* do proprietário, e não mera questão de generosidade, estar atento às necessidades dos pobres.

5 - Em caso de extrema necessidade esta obrigação torna-se específica e irrenunciável, isto é, enquanto há pobres estes têm um verdadeiro *jus ad rem* que deve prevalecer, moral e juridicamente, sobre o *jus in re*.

A PROPRIEDADE PRIVADA NO ENSINO SOCIAL DA IGREJA NO PRÉ-CONCÍLIO VATICANO II

A inviolabilidade da propriedade privada

O que para os Santos Padres e Santo Tomás de Aquino era meio e realização do desígnio divino, o liberalismo torna um fim em si mesmo. Para a tradição liberal, que se expressa mais precisamente em J. Locke, a propriedade privada passa a ser compreendida, juntamente com a vida e a liberdade, como um direito natural antes que um direito positivo. A pessoa humana só é verdadeiramente pessoa humana na medida em que ela é proprietária. Tocar na propriedade é tocar na pessoa humana. O direito de propriedade é o direito fundamental de ser

pessoa. Mais ainda, a propriedade privada é parte constitutiva da pessoa mesma. A propriedade torna-se, assim, um direito que cada pessoa humana adquire antes do seu ingresso na sociedade. Por isso é um direito intangível, sagrado e inviolável, inclusive por parte da sociedade civil.

Por isso, como lembra Paulo Brossard, anteriormente citado, no Código Civil brasileiro a invasão de propriedade é um dos poucos casos em que é admitida a legalidade da reação da vítima. A posição que alguns bispos recentemente tomaram, como já reportado, nos remete a esta concepção legalista e extremamente positivista.

A posição legalista e positivista diante da questão das ocupações de terra, por parte de setores da Igreja católica, se fundamenta na teologia moral social pré-conciliar. A teologia moral social no pré-concílio se fundava, basicamente, em dois princípios: o respeito e a intocabilidade da propriedade privada e a obediência às leis civis²¹. E as leis civis nos nossos países, especialmente o Código Civil, se inspiram, no que se refere à propriedade, no artigo 544 do Código de Napoleão. Neste Código, "a propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que não se faça delas um uso proibido pelas Leis e os Regulamentos"²². A Declaração dos Direitos do Homem adotada pela assembléia nacional constituinte da França em 1789, no artigo 2 afirma: "O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão". O direito de proprie-

21 Para a história da teologia moral social veja os textos de CHIAVACCI, Enrico, *Teologia Morale e Vita Economica*, 3/1, Cittadela Editrice, Assis, 1985. Lamentavelmente este excelente manual de Teologia Moral Sócio-Econômica, em dois volumes, ainda não foi traduzido para o português.

22 Citado em RODRÍGUEZ, Federico, "Algunos Problemas de la Propiedad en Juan Pablo II", *Revista de Fomento Social* 45/178, 1990, p. 181. Como lembra muito bem o autor, o artigo 544 do Código de Napoleão foi reproduzido, quase sem nenhuma variação, nos Códigos Civis da Espanha, da Alemanha, da Itália, da Suíça. Os países anglo-saxões têm o mesmo direito absoluto de propriedade.

dade é proclamado sagrado pelo legislador e será posteriormente reconhecido como direito natural pelo moralista cristão²³.

Portanto, a tradição liberal, especialmente J. Locke, instaura uma fratura epistemológica na compreensão da propriedade privada. Se os Santos Padres e Santo Tomás compreendem a propriedade dentro de um modelo teleológico de raciocínio ético-normativo, J. Locke passa a compreender a propriedade privada dentro de um modelo deontológico.

A PROPRIEDADE PRIVADA NA RERUM NOVARUM

O conceito de propriedade assumido pelo Ensino Social da Igreja é o que se refere a J. Locke. Isto foi brilhantemente mostrado no importante artigo de Léon de Sousbergue em 1950. Trata-se de um texto clássico para o estudo do conceito de propriedade privada na Teologia Moral Social e, especificamente, no Ensino Social da Igreja. O autor contesta a tese da propriedade de direito natural como algo possuído desde sempre pela teologia moral e fazendo parte da tradição católica. Sousbergue mostra que foi o jesuíta Taparelli d'Azeglio que introduziu o conceito, em 1840, num manual de teologia moral. Depois disto, afirma o autor, este conceito foi retomado com seus argumentos, eventualmente se improvisaram outros argumentos, às vezes muito peremptórios, mas geralmente pouco sólidos e sem fazer menção ao iniciador deste conceito. E isto passou a ser considerado como fazendo parte da tradição

católica. E, com fina ironia, Sousbergue anota: "A tradição católica começa apenas na metade do século XIX".

O conceito liberal de propriedade é assumido, em 1891, na *Rerum Novarum*. Ou seja, o modelo deontológico é o que prevalece quando se fala da propriedade privada no Ensino Social da Igreja no pré-concílio. A doutrina da propriedade da *Rerum Novarum* está muito mais próxima da tradição liberal do que da tradição patrística e tomasiana. "A formulação que o magistério social faz do direito natural de propriedade privada não corresponde à tradição da Igreja anterior à *Rerum Novarum*"²⁴. O Ensino Social da Igreja deixou de lado o princípio da destinação universal dos bens. Sem este princípio, recorrer a Santo Tomás para defender o direito natural à propriedade privada fez com que o Ensino Social da Igreja e a própria Teologia Moral Sócio-Econômica assumisse uma dimensão extremamente conservadora, de pura e simples manutenção das relações de propriedade. Isto possibilitou que o Ensino Social da Igreja e a própria doutrina tomasiana da propriedade fossem usados ideologicamente²⁵ para a manutenção de um estado de coisas injusto embora juridicamente legal. "Não deixa de ser trágico que a tradição pastoral e o peso social da Igreja tenham contribuído para que o direito de propriedade — que a Igreja defendeu como um direito ao qual o trabalhador deve ter acesso — fosse usado precisamente como legitimação da propriedade já adquirida"²⁶. Esta concepção, com matizes, se estende até a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no Concílio Vaticano II.

23 Cf. SOUSBERGUE, Léon de, SJ, "Propriété 'de droit naturel', thèse néo-scholastique et tradition scolastique", *Nouvelle Revue Théologique*, 1950, p. 592.

24 Isto é uma constatação comum entre os estudiosos do Ensino Social da Igreja. ANTONCICH, Ricardo - SANS, José Miguel M., *Ensino Social da Igreja*, Vozes, Petrópolis, 1987, p. 147; Cf. CAMACHO, I., art. cit., p. 46.

25 Cf. CAMPANINI, Giorgio, "Il problema della proprietà privata. Tommaso d'Aquino nella dottrina sociale cristiana", *Rivista di Teologia Morale* 24/1992, p. 194-195.

26 ANTONCICH, R., *Ensino Social*..., p. 161.

B
1
0
1
0
1
0
1
0
1
0
1
0

A PROPRIEDADE PRIVADA NO ENSINO SOCIAL DA IGREJA DO PÓS-CONCÍLIO

A *Gaudium et Spes* instaura uma ruptura epistemológica²⁷ no Ensino Social da Igreja. A ruptura consiste em retomar a tradição mais antiga, fundada na Sagrada Escritura, passando pelos Santos Padres e Santo Tomás de Aquino, da destinação universal dos bens²⁸. A *Gaudium et Spes* situa a propriedade privada dentro de coordenadas em que a primazia cabe à atividade humana. Primazia que a *Laborem Exercens* posteriormente irá reafirmar com mais decisão e convicção. Para a *Gaudium et Spes* “o trabalho humano que se exerce na produção e no comércio de bens ou na prestação de serviços econômicos é superior aos outros elementos da vida econômica, pois estes são de ordem meramente instrumental” (GS n° 67). E o sujeito do trabalho é a pessoa humana. “É como pessoa que o homem é sujeito do trabalho. É como pessoa que ele trabalha e realiza diversas ações que fazem parte do processo do trabalho; estas, independentemente do seu conteúdo objetivo, devem servir todas para a realização da sua humanidade e para o cumprimento da vocação a ser pessoa, que lhe é própria em razão da sua mesma humanidade” (LE n° 6).

O sujeito do trabalho se projeta sobre o mundo exterior para transformá-lo em pro-

duto que servem à *satisfação de suas necessidades*, “para melhorar as suas condições de vida” (GS n° 34). O trabalho torna disponível o mundo exterior para um sujeito, cuja dignidade orienta a *produção e a distribuição* dos produtos produzidos pelo trabalho do conjunto dos sujeitos.

Assim, a sociedade deve ser organizada de tal maneira que cada um possa, a partir do seu trabalho, derivar o sustento de uma vida digna para si e para os seus. A *Gaudium et Spes* destaca que “a vida e os meios necessários para mantê-la dignamente” (n° 27) têm prioridade em relação aos outros elementos da vida socioeconômica. E é neste sentido que se descreve o bem comum como “o conjunto de condições da vida social que tornam possível aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição” (GS 26). Para o Ensino Social da Igreja e a Teologia Moral Social, a necessidade da pessoa humana é fonte de direitos. A pessoa humana é portadora do direito à participação equitativa dos bens da terra, não em virtude de um contrato, mas de suas necessidades e da destinação universal dos bens. Aqui há uma total e insofismável contradição com a tese liberal segundo a qual a necessidade não é fonte de direitos.

A *Laborem Exercens* é peremptória: “a propriedade nunca pode ser possuída contra

27 Não há espaço aqui para aprofundar este conceito. Mas quando o usamos temos presente as contribuições de Thomas Kuhn. M. Schooyans fala de uma “revolução copernicana” e de uma mudança qualitativa no Ensino Social da Igreja - cf. SCHOOPYANS, Michel, “Centésimo Anus et la ‘sève généreuse’ de Rerum Novarum” in: Conseil Pontifical “Justice et Paix”, De “Rerum Novarum” à “Centésimo Anus”, Cité du Vatican 1991, p. 51-52 e p. 40; Cf. também HINKELAMMERT, F. J., *Democracia y Totalitarismo*, DEI, San José da Costa Rica, 1987.

28 Gustavo Gutiérrez vê na atualização e no aprofundamento do tema da destinação universal dos bens um dos importantes desafios para a reflexão teológica, hoje. Cf. GUTIÉRREZ, G., “Un nuovo tempo della teologia della liberazione”, *Il Regno* 10/1997, p. 298-315. Aqui p. 313-314. A Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, n. 13, lembra que “as premissas de semelhante tradição eram estritamente teológicas, ligadas, antes de mais nada, à teologia da criação e da Divina Providência. Na verdade, era convicção comum que só a Deus como Criador competia o “dominium altum”, isto é, a soberania sobre todo o criado e, de modo particular, sobre a terra”.

o trabalho, nem pode ser possuída por possuir, porque o único título legítimo para a sua posse é que ela sirva ao trabalho e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, torne possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum” (n. 14c). Portanto: “a posse dos meios de produção (...) é justa e legítima, se serve para um trabalho útil; pelo contrário, torna-se ilegítima, quando não é valorizada e serve para impedir o trabalho dos outros, para obter um ganho que não provém da expansão global do trabalho humano e da riqueza social, mas antes da repressão, da ilícita exploração, da especulação e da ruptura da solidariedade no mundo do trabalho. Semelhante propriedade não tem qualquer justificação e constitui um abuso diante de Deus e dos homens” — afirma a *Centesimus Annus* (n. 43c).

A ruptura epistemológica operada pela *Gaudium et Spes* permite a contundente afirmação de Paulo VI na *Populorum Progressio*: “A propriedade privada não se constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto” (PP 23). Sem peias, Paulo VI chamará o capitalismo que considera “o lucro como o motivo essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como um direito absoluto, sem limites nem obrigações correspondentes” como um “nefasto sistema” (PP 26). Nesta perspectiva a *Populorum Progressio* terá a ousadia de justificar a expropriação. Afirma Paulo VI: “O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculo à prosperidade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou

nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causados aos interesses do país” (PP 24)

É muito importante anotar que Paulo VI não faz nenhuma referência à necessidade de indenização. Na *Gaudium et Spes* há, ainda, uma rápida referência à indenização²⁹ “de acordo com a equidade, levando-se em conta todas as circunstâncias” (GS 71f). Parece claro que a expressão de “acordo com a equidade” deve ser interpretada como um critério alternativo ao valor do mercado. Ou seja, “o valor no mercado nunca será critério determinante”³⁰. Além disso, as quatro causas que justificam a expropriação na *Populorum Progressio* não são cumulativas. No texto latino estas quatro causas estão unidas pela partícula disjuntiva “vel” e não “et”. Ou seja, Paulo VI não afirma que as quatro causas precisam estar juntas para que se justifique moralmente a expropriação. Basta uma causa para que se legitime a expropriação. Portanto, a mera extensão da terra, embora produtiva, já justifica a expropriação para o Ensino Social da Igreja. Isto porque a acumulação da propriedade é considerada um mal para a sociedade ou para uma parte dela. A posição de Paulo VI é tão radical que para a *Populorum Progressio* trata-se “de uma verdadeira e simples confiscação”³¹.

Enfim, para a Teologia Moral Social, a propriedade privada só se constitui legitimamente num direito quando a) a propriedade estiver subordinada ao direito de todas as pessoas humanas usarem todos os bens da criação; b) o direito à propriedade estiver delimitado pela “hipoteca social”³² que delimita a legitimidade do direito, suas condições de exercício legítimo; c) se a

29 O texto latino fala de “compensatio ex aequitate”. Para E. Chiavacci, a *Gaudium et Spes* abandona a idéia de indenização. “Compensatio”, para Chiavacci, não pode ser traduzido pelo termo técnico indenização. Cf. CHIAVACCI, E., *Teologia Morale e Vita Economica*, 3/1, Cittadella Editrice, Assis, 1985, p. 30.

30 CAMACHO, I., art. cit., p. 59.

31 ANTONCICH, Ricardo - SANS, José Miguel M., *Ensino Social da Igreja*, Vozes, Petrópolis, 1987, p. 167.

32 Cf. *Sollicitudo Rei Socialis* n. 42e.

propriedade estiver subordinada ao direito e ao dever do trabalho.

NA LEI, SIM; NA MARRA, NÃO!

A Constituição Brasileira, no capítulo III do Título VII, artigos 184-186:

1. Reconhece a função social da propriedade: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social" (art. 184). No artigo 186, o texto constitucional descreve os critérios e graus para que uma propriedade cumpra a sua função social: a) o aproveitamento racional e adequado; b) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; d) a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. O texto constitucional afirma que estes critérios devem ser atendidos *simultaneamente*.

2. Reconhece que a desapropriação far-se-á "mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária" (art. 184) e estabelece no parágrafo 1º do mesmo artigo que "as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro".

3. Estabelece que a propriedade produtiva é "insuscetível de desapropriação para fins de Reforma Agrária" (art. 185).

Quanto ao primeiro ponto, a função social refere-se somente ao uso da propriedade e não à propriedade mesma. A concepção do direito de propriedade da Constituição Brasileira é sagrado, "primeiro", independente da função social. Para o Ensino Social da Igreja e para a Teologia Moral não basta afirmar a função social da propriedade privada. "Sobre a propriedade privada pesa uma hipoteca social, quer dizer,

nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens" (*Sollicitudo Rei Socialis* 42e). O recente decreto 2.250/97, estabelecendo a norma que impede a vistoria em áreas ocupadas, suspende qualquer possibilidade de o Executivo aplicar o princípio constitucional da função social da propriedade. O decreto, assim, restringe ainda mais o limitado conceito de função social da Constituição Brasileira. Reforça-se a concepção privatista da propriedade fundiária.

Quanto ao segundo ponto, "a prévia e justa indenização em título da dívida agrária", conseguiu-se que a indenização não fosse "em dinheiro" mas não se conseguiu, por outro lado, que fosse introduzido o moderno conceito de "tornar indene", isto é, indenizar só aquilo que o proprietário pagou ou investiu para a aquisição do bem, como princípio jurídico para calcular o valor das indenizações. Trata-se de uma questão importante. Na Constituição de 1946 falava-se em "prévia e justa indenização em dinheiro". Foi o Estatuto da Terra de 30/11/1964, promulgado pelas oligarquias que promoveram o golpe militar de 1964, que, por Emenda Constitucional, mudaram o texto constitucional para a "prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública". Aliás, foi a CNBB, por intermédio de sua Comissão Central, que, em 1963, apontou para a possibilidade de a indenização ser feita em títulos da Dívida Pública³³.

Quanto à terceira questão que se refere à insuscetibilidade da propriedade produtiva ser desapropriada, trata-se do nó central do texto constitucional no que se refere à Reforma Agrária.

"Produtivo" segundo o dicionário Aurélio, significa "que produz, fértil", mostrando claramente uma conotação de capacidade de produzir, de fertilidade intrínse-

33 Cf. Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30/04/1963.

34 Cf. GOMES DA SILVA, José, "O conceito de terra produtiva", *Tempo e Presença*, Julho 1988, p. 22.

ca. Trata-se de uma terra com essa qualidade de potencial produtivo, mas que não se encontra sob uso econômico. Uma vez que as propriedades produtivas tornam-se insuscetíveis para a desapropriação, só restam as improdutivas³⁴. Para a Constituição de 1988, o referencial para a definição da função social da propriedade fundiária é a produtividade. A recente Medida Provisória do atual governo estabelece, no seu artigo 11, que os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão submetidos ao Conselho Nacional de Política Agrícola. Isto significa simplesmente inviabilizar a concretização da função social da propriedade determinada na Constituição. Como constata D. Tomás Balduino, o conceito de produtividade é "uma pedra do tamanho da Serra do Mar na reforma agrária"³⁵.

A propriedade da terra na Constituição Brasileira, no capítulo da reforma agrária, inviabiliza a reforma agrária justa, urgente e eficaz, pois a propriedade é erigida num direito sagrado, inalienável, independente da hipoteca social que grava sobre toda a propriedade.

Ou seja, para os(as) cristãos(ãs) se estabelece uma contradição no que se refere à questão da propriedade entre o que diz a Constituição Brasileira e a Teologia Moral pós-conciliar, da qual o Ensino Social da Igreja é parte constitutiva. Esta contradição coloca para o(a) cristão(ã) a questão da obediência às leis no que se refere à propriedade.

NA LEI, SIM? - O(A) CRISTÃO(Ã) E A OBEDIÊNCIA ÀS LEIS CIVIS

O(a) cristão(ã) tem o dever geral de obedecer às leis do Estado. Este dever não

deriva de uma espécie de sacralização do Estado ou da autoridade pública, mas do dever de promover o bem comum. Portanto, há um dever geral de obedecer às leis e aos regulamentos que provêm das autoridades legítimas. Mas este dever nunca é absoluto. Há dois tipos de situação a que se deve desobedecer³⁶.

Em primeiro lugar, quando uma lei impõe um comportamento imoral ela é definida como "injusta ex parte obiecti", isto é, a lei é injusta porque impõe um comportamento em si mesmo injusto. Neste caso o(a) cristão(ã) sempre tem o dever moral de desobedecer.

Pode ocorrer que outras leis imponham comportamentos que o(a) cristão(ã) julga contrários ao bem comum. Estas leis são definidas como "iniustae ex parte finis", isto é, a lei é injusta porque não busca o bem comum como fim. Neste segundo caso, o discernimento do comportamento moral é um pouco mais complexo e deve ser feito tendo presente dois elementos.

Antes de tudo, a correspondência ou não de uma lei com o bem comum, em sociedades complexas como a nossa, é sempre uma questão que suscita muitas opiniões e discussões. Todas as leis podem ser discutidas sob o ponto de vista da sua maior ou menor utilidade em vista do bem comum. Em princípio, podemos afirmar que em regimes democráticos as decisões da maioria devem ser obedecidas. Na nossa sociedade vai se consolidando o princípio de que é injusto que um grupo tente tomar, por vias não legais, o que não pode obter pelas vias democráticas normais. Mas, ao mesmo tempo, vai-se percebendo também que "a verdadeira democracia é mais do que um sistema em que a lei é, meramente, aquilo que representantes eleitos

35 Cit. por HAFERS, Luiz, 'Dificuldades na Questão Agrária', Folha de S. Paulo 25-06-97, 1-3.

36 Cf. CHIAVACCI, Enrico, *Teologia Morale 1: Morale Generale*, Citadella, Assis, 1979, pp. 192-202; e CHIAVACCI, Enrico, *Teologia Morale, 3/2, Morale della Vita Economica, Politica, di Comunicazione*, Citadella, Assis, 1990, pp. 286-288.

2
1
0
1
0
0
0
0
0
0
0

pela maioria decidem. Democracia genuína é participação num processo de auto-governo, em que a lei trata todos os cidadãos com igual respeito e preocupação; de modo que a própria democracia fica em perigo quando qualquer governo, mesmo os escolhidos em eleições justas, falha em corrigir uma injustiça profunda e manifesta contra um grupo³⁷. Neste caso existe a possibilidade da desobediência civil.

Em segundo lugar, de acordo com a doutrina de Santo Tomás (S. Th. I-II q. 96), quando estou certo que uma lei é contrária ao bem comum é claro que tal lei não tem em si mesma nenhuma vigência para minha consciência. Mas pode acontecer que a desobediência sistemática a uma lei pode induzir a uma desagregação do corpo social. Isto é, certamente, um mal para o bem comum. É tarefa da consciência de cada um discernir, em cada caso, se é mais vantajoso desobedecer ou obedecer à lei para, assim, garantir o bem comum, que no caso pode ser a paz da sociedade.

No entanto, a obrigação em consciência de obedecer a uma lei claramente 'iniusta ex parte finis' não nasce da lei mesma, mas pode nascer do dever de agir no interesse geral da comunidade. É este o tipo de problema que se apresenta para o objetor de consciência quando uma lei não lhe impõe um comportamento em si imoral. No entanto, diante de uma lei 'iniusta ex parte obiecti' a objeção de consciência é sempre um dever indiscutível. Nos dois casos permanece, entretanto, o dever moral de lutar para que a lei seja mudada.

No caso das invasões e das ocupações de terra por parte de trabalhadores(as) rurais sem terra, pode-se claramente afirmar que a lei civil, no que se refere à propriedade da terra, é contrária ao bem comum, não

permitindo que se realize a destinação universal dos bens e não possibilitando que o critério primeiro do atendimento às necessidades básicas das pessoas seja realizado. Portanto, tal lei não tem nenhum vínculo que obrigue o(a) cristão(à) a obedecê-la. Pode obedecê-la para evitar uma convulsão social que poderia causar um dano social maior que o cumprimento da lei. Por exemplo, no caso da propriedade da terra, obedeço à lei para evitar o derramamento de sangue. Ou seja, se a dignidade da pessoa humana, isto é, o direito de viver dignamente, é o fundamento lógico do direito à propriedade; se um mínimo denominador comum de fruição dos bens terrenos é necessário para a realização de tal dignidade para todo ser humano, então, o direito de propriedade privada não é sacro e inviolável, mas subordinado e instrumental para assegurar o direito primário — este sim sagrado e inviolável — de todo o ser humano de dispor deste mínimo. Quando o direito de propriedade dos atuais proprietários é obstáculo ao direito à propriedade de pessoas que lutam por satisfazer as necessidades básicas, então é possível deduzir que as leis civis (do Estado), as normas constitucionais, o Código Civil e os regulamentos de atuação destas leis, que não permitem a realização, ainda que parcial desta finalidade, ou proíbem comportamentos necessários para a sua realização, podem ser consideradas injustas seguramente 'ex parte finis' e de tal forma também 'ex objecto'. E como tais não são vinculantes em consciência e de tal forma devem ser desobedecidas³⁸.

Neste sentido pode ser moralmente levantada a seguinte questão: será que as ocupações de terra não são ações legítimas de desobediência civil? Ou seja, será que o MST não é, em termos jurídico-morais, um legítimo movimento de desobediência civil?

37 DWORKIN, Ronald, "Os Sem Terra vistos de Fora", O Estado de S. Paulo 24-05-97 A-2.

38 Cf. CHIAVACCI, E., "Dignità umana...", p. 23.

MST: MOVIMENTO DE DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Quando falamos de movimentos de desobediência civil logo nos recordamos, entre outros, de M. Gandhi, Martin Luther King, das grandes manifestações contra a guerra do Vietnã ou contra o desenvolvimento do poderio nuclear na Europa.

Realmente, para quem conhece mais de perto o MST e a realidade dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra que ocupam a terra, as prementes necessidades pelas quais passam, será mais prudente simplesmente afirmar a lei e condenar a assim chamada invasão de terra. Diante do sofrimento e da extrema necessidade de milhares de famílias rurais sem terra é fácil demais clamar: "pela lei, sim! contra a lei, nada!" A ocupação de terra para os(as) trabalhadores(as) rurais (e urbanos) sem terra é uma forma de pressionar as autoridades competentes e a sociedade quando se esgotaram as outras formas de pressão. Ela nunca é a primeira ação dos(as) trabalhadores(as). Quando ocorre a ocupação, outras ações já foram utilizadas, sem resultado. São reuniões em grupos e comunidades, assembleias, audiências com as autoridades, abaixo-assinados, ajuda na preparação de processos desapropriatórios, idas e vindas aos órgãos públicos competentes. Na maioria das vezes, contudo, resta a ocupação como a última possibilidade de fazer com que o diálogo com as autoridades se torne mais eficaz. A ocupação de terra tornou-se para o(a) trabalhador(a) rural sem terra a principal prova de que precisam de terra, que querem terra e que a querem para trabalhar, morar e produzir. O sofrimento e o desgaste que as ocupações implicam são, por parte dos(as) trabalhadores(as) e suas famílias, o testemunho vivo de que, real e efetivamente,

necessitam da terra para trabalhar e viver e não para negociar.

Ronald Dworkin, professor de Jurisprudência em Oxford, Inglaterra, e de Direito na Universidade de Nova Iorque, EUA, refletindo sobre a realidade das ocupações de terra, feitas por trabalhadores(as) rurais sem terra sem o consentimento dos donos e contra a lei, constata que o MST "levanta questões novas e particularmente complicadas a respeito de como e até que ponto esse motivo, em particular, oferece justificativa moral para que se quebre a lei". E pergunta: "Que parâmetros deveriam ser usados para decidir quando a desobediência civil é, de fato, moralmente justificável? Os sem-terra passam pelo teste?"³⁹

Para Norberto Bobbio, maior filósofo político vivo, a desobediência civil "é uma forma particular de desobediência, na medida em que é executada com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a mudá-la"⁴⁰. A desobediência civil sendo um ato de transgressão da lei é muito mais um ato inovador do que destruidor porque visa, precisamente, fazer com que a lei seja mudada. Ela se caracteriza por um comportamento que põe, intencionalmente, em ação uma conduta contrária a uma ou mais leis. Na medida em que ela exclui a obediência, a desobediência civil constitui um ato de ruptura que questiona o ordenamento constituído ou uma parte dele, mas não o coloca efetivamente em crise.

A desobediência chama-se "civil" precisamente porque quem a pratica acha que não comete um ato de transgressão do próprio dever de cidadão, julgando, bem ao contrário, que está se comportando como bom cidadão naquela circunstância particular que pende mais para a desobediência do que para

39 DWORKIN, R., art. cit..

40 Norberto Bobbio, Verbete Desobediência Civil, em: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, 2ª ed., pp. 335-338; as citações entre aspas são de N. Bobbio.

a obediência. Exatamente pelo seu caráter demonstrativo e por seu fim inovador, o ato de desobediência civil tende a ganhar o máximo de publicidade. Este caráter publicitário serve para distingui-la nitidamente da desobediência comum: “enquanto o desobediente civil se expõe ao público e só expondo-se ao público pode esperar alcançar seus objetivos, o transgressor comum deve realizar sua ação no máximo segredo, se desejar alcançar suas metas”.

Como N. Bobbio anota, pertinentemente, a origem da desobediência civil é religiosa. A lei obriga toda pessoa humana enquanto pessoa, e, portanto, obriga independentemente da coação. Ela obriga, portanto, em consciência. No entanto, a lei promulgada pela autoridade política obriga apenas exteriormente, e se alguma vez obriga em consciência é apenas na medida em que é conforme à lei moral. Esta idéia foi posteriormente laicizada na doutrina do direito natural. Assim que, na tradição da filosofia política, há um direito à resistência consagrado.

Na medida em que busca por meio de suas ações apelar à consciência da sociedade brasileira como um todo, procurando persuadi-la a ver e sentir a injustiça fundiária do País, chamando a atenção para a força política dos grandes proprietários que utilizam o seu poder para evitar ou retardar a reforma agrária, o MST faz ouvir a sua alegação de que os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra estão sendo vítimas de discriminação injusta e egoísta. E como constata R. Dworkin, “havendo evidência para demonstrar que um grupo não é tratado como participante, em igualdade de condições na aventura política de uma nação, a democracia falhou⁴¹ e, nessa medida, até que mude a atitude do governo,

atos não violentos se incluirão na honrada tradição da desobediência civil”.

ALGUMAS POSSÍVEIS ORIENTAÇÕES ÉTICAS PARA AS OCUPAÇÕES

Desta breve reflexão sobre a propriedade da terra apontamos algumas orientações éticas que podem contribuir no discernimento ético sobre as ocupações de terra⁴².

a - Os bens da terra se destinam a todas as pessoas. O sistema legal de propriedade deve servir a este ideal, que não é auto-aplicável. Quando a lei positiva não “é justa”, deve haver modos de pressionar para melhorá-la ou mudá-la.

b - Cabe a ocupação se se esgotaram os meios legais usuais. Deve haver uma estrutura de posse e uso da terra, definida e já pensada, melhor que a atual e com razoável possibilidade de êxito. Deve haver exame sério dos pressupostos do projeto: por que queremos a terra e para quê.

c - Não se podem usar métodos intrinsecamente maus (mentira, difamação, violência contra inocentes) mesmo que o adversário os use.

d - Leve-se em conta o bem de terceiros que estejam em situação semelhante. Ao menos tenha-se a preocupação de não piorar a situação para eles. Particular preocupação deve-se ter com quem estiver ainda mais despossuído do que os ocupantes.

e - A ocupação não deve atingir terras (ou terrenos e casas) de quem precisa deles. Nem ocupar mais que o necessário para a vida digna, seja para a lavoura no campo (trabalho, sustento), seja para a moradia na cidade.

f - Todas as outras coisas sendo iguais, os métodos não-violentos devem ser pre-

41 Cabe aqui lembrar a profunda intuição ético-teológica da afirmação: “A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática” - *Exigências Éticas da Ordem Democrática*, n. 72 - Documentos da CNBB n. 42.

42 Estas orientações foram formuladas com muita pertinência por Pe. Antônio José Maria de Abreu, sj, do Centro João XXIII-IBRADES. É à sua inteligência e argúcia ética que devo esta importante contribuição. Ao transcrevê-las, com uma e outra correção, torno-as minhas. ABREU, Antônio, “Fé e justiça, os bens da terra, ocupação”, Rio de Janeiro, 1988, mimeo.



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de setembro de 1997

Está à sua disposição, a qualquer hora e dia, na sede de sua CRB Regional ou, aqui, na sede da CRB Nacional, um opúsculo de 32 páginas denominado: **QUEM É JESUS**. No tríduo de anos, no caminho da preparação em vigília ao grande jubileu do ano 2000, **este ano de 1997 é consagrado a JESUS CRISTO, à Fé e ao Batismo**. O Pe. João Roque Rohr, SJ, Presidente da CRB Nacional, escreve na Apresentação deste opúsculo:

“Trata-se de um subsídio, uma ajuda, um reforço, um apoio, um fomento e um convite para se prosseguir celebrando, com certa profundidade e intensidade, a pessoa de JESUS CRISTO na vida de cada um(a) e, deste modo, envolver-se ainda mais com o tríduo que a Igreja está vivendo com vistas ao terceiro milênio. Num relance de olhos, ao virar simplesmente as páginas, você perceberá, de imediato, a sua estrutura.

* O capítulo um: **Orientações para uma leitura frutuosa**, propõe certa metodologia para a leitura do opúsculo. Verá que se pode aplicá-la, com proveito, a outras leituras. **‘Ler até entender** reforça a fidelidade ao compromisso de apresentar aos homens de nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus. **Ler até rezar** santifica também porque une a Deus, faz comunhão com ele, única fonte de toda santidade’.

* O capítulo dois: **Quem é Jesus**, enfoca o tema propriamente dito numa perspectiva teológico-espiritual, apontando traços da natureza íntima de Jesus - sua ontologia - sua identidade última, e outros traços, ainda, que desenham funções suas na história da salvação.

* O capítulo três: **O que é o seguimento**, é um desdobramento do dois porque só saberá quem é Jesus aquele que se puser em seu seguimento.

É um texto que se propõe para ser lido e comentado em público. E depois, em algum momento de silêncio, relido, individualmente, interiorizado, metabolizado, ou seja, transformado em sangue e linfa da vida espiritual, comunitária e pessoal. A Conferência dos Religiosos do Brasil põe em suas mãos este opúsculo com esta esperança fundada: sob o influxo do Espírito de JESUS, você, Religioso e Religiosa, vai apreciar este texto e se beneficiar cultural e espiritualmente com sua leitura e reflexão”.

Jesus é o sacramento eficaz do amor salvador de Deus. Jesus significa: Iahweh-salva. Ao mesmo tempo: identidade (Deus) e missão (Salvador). Este nome não perdeu o seu valor e a sua eficácia original. Nem se reduz a um sinal superficial e extrínseco à pessoa designada. Continua tendo extraordinário e infinito poder sobrenatural. Numa linguagem meramente figurada: **Jesus, palavra indomável como a força de um trovão**. Ele é o NOVO que transforma e faz explodir a atração caduca das novidades que se desenvolvem e se transformam logo na monotonia insatisfeita que caracteriza a existência de uma civilização apenas horizontal. Ele é o ponto focal de todos os desejos da história, o mais belo entre todos os filhos dos homens, o incomparável (Sl 45,3).

No recanto mais recôndito de suas nostalgias inconscientes, no inexprimível mundo do subconsciente, faça brotar, indefinidas vezes, ao ritmo da respiração como prática e valor espiritual insuspeitável, aquele grito dos primeiros cristãos, no qual ecoa a voz de nossas raízes: **MARANA-THA! Vem, Senhor Jesus!** Como ressonância sutil, quase imperceptível, haverá de sintonizar, dentro de si, a voz do Espírito que une o seu grito ao grito da esposa, sua Igreja: **Amém! Vem! Vem! Amém!** É a realização da plena comunhão de vida no amor. É o mesmo diálogo dos Cânticos na atração mútua: “Eu sou do Amado. Seu desejo o traz a mim” (Ct 7,11). O que será **já é**, tocado e possuído pelo divino, embora **ainda não** perceptível em plenitude revelada.

Porque Deus é bom, Ele lhe dê a bênção da saúde do corpo e a bênção da saúde da alma: a fé, o perdão, a graça, a posse do Espírito Santo, fonte de toda energia espiritual. Todo batizado é corpo, alma e Espírito Santo. **O lema inspirador e a nossa estrela-guia seja o amor**. É o sol que faz o coração desabrochar. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB